

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

JORGE AUGUSTO FELDENS

SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE EM
PRÁTICAS DISCURSIVAS DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO SISTEMA
INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE SÃO LEOPOLDO.

São Leopoldo

2011

JORGE AUGUSTO FELDENS

SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE EM PRÁTICAS DISCURSIVAS DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE SÃO LEOPOLDO.

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Teixeira

São Leopoldo

2011

Ficha catalográfica

F312s Feldens, Jorge Augusto
 **Sorria, você está sendo filmado: emergência da
 subjetividade em práticas discursivas de agentes de segurança
 pública do sistema integrado de monitoramento de São
 Leopoldo / por Jorge Augusto Feldens. – 2011.**
 125 f. : il., 30cm.

 Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos
 Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada,
 2011.
 Orientação: Prof^a. Dr^a. Marlene Teixeira.

 1. Linguística - Enunciação. 2. Subjetividade. 3. Ergologia.

Catálogo na Fonte:
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à Professora Marlene Teixeira, que me apontou o caminho que eu deveria buscar para aprofundar os meus estudos a respeito do tema que propus estudar. Com ela, aprendi um novo caminho de estudos sobre a Língua, o caminho dos estudos sob a perspectiva da enunciação. Aprendi a respeitar pelo tanto que fui respeitado. Aprendi mais uma vez a crescer sozinho, com segurança e determinação. Por causa de todo esse aprendizado, tenho, agora, muitas portas abertas para entrar em cada uma delas e, humilde, mas seguramente, poder ensinar tudo o que aprendi com essa profissional por excelência.

Dedico também a todos os colegas da Assessoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento – ARID / UNISINOS, que sempre contribuíram muito para que eu pudesse desenvolver o trabalho de forma tranquila e, sobretudo, motivada. Aline, Andressa, Gisele e, em especial, Evi: o que eu poderia e ainda posso oferecer em troca é minha dedicação as nossas causas e o meu sempre sincero agradecimento.

Além disso, agradeço imensamente o apoio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo pela abertura das portas e pela valorização do trabalho acadêmico proposto. Em especial, agradeço a todos os agentes com os quais convivi pelo período de realização desse trabalho na Central de Monitoramento do SIM.

Claro que não posso deixar de dedicar esta pesquisa aos meus familiares: pai Ademar, mãe Elsi, Aline, Daniel, Sofia e César, Romeu, Gisela, Marcelo e Ane: muito, muito obrigado pelo apoio de sempre!

Por fim, um agradecimento especial a minha paciente e amada Cristiane, a quem, por muitas e muitas noites e finais de semana, deixei sem companhia. Amor: agora eu volto a ser exclusivamente teu!

RESUMO

Buscamos, neste trabalho, examinar a especificidade dos modos de intervenção nas práticas dos agentes de segurança, investigando se é possível visualizar em que medida ela ocorre por meio da fala, em especial, diante de situações de risco, em que o agente, seguindo procedimentos, normas de ação, precisa agir, a fim de determinar o sucesso de sua ação, o fracasso de uma atividade criminosa, a solução de uma situação crítica, a manutenção de vidas. O presente estudo propõe, assim, realizar investigações sobre a atividade de trabalho de agentes de segurança pública da Central de Monitoramento do sistema de vigilância eletrônica da Cidade de São Leopoldo-RS, por meio de um exercício de aproximação e contato entre as duas áreas do conhecimento: a *perspectiva enunciativa de estudo da linguagem* (Flores e Teixeira, 2005) de Émile Benveniste e a ergologia (Schwartz, 2000). Ambas as perspectivas não se detêm em observar somente regularidades, mas focalizam os efeitos da intervenção sempre singular do sujeito, seja no uso da linguagem ou na atividade de trabalho. As situações de trabalho expostas em nosso estudo implicam em relações de comunicação entre os sujeitos, num diálogo constante com as normas, na efetivação do desempenho da atividade. Assim, a análise do *corpus* permitiu visualizar, além da instauração do quadro da enunciação através de indicadores do gesto de apropriação da língua pelo locutor (eu-tu-aqui-agora), formas que, embora não sejam classicamente definidas como “marcas de subjetividade”, apresentam um uso singular da língua, a partir do qual se configura, na fala dos agentes, a emergência da subjetividade. Desta forma, pretende-se olhar para a subjetividade no mundo do trabalho a fim de que se possa conhecer, pela enunciação, pelas marcas subjetivas identificáveis, o “saber fazer” no mundo do trabalho.

Palavras-chave: enunciação, subjetividade, ergologia.

ABSTRACT

Assuming that the subject, even if minimally, intervenes in the work activity, the challenge of the researcher is trying to seize this personal investment in the activity based on something that is visible, observable and to some extent describable: the language, which will be looked in terms of enunciation, which has the speech as an object of research, focusing on the subject and interactional dimensions. It was sought to examine the specificity of the intervention modes in practices of the security officers, investigating if it is possible to visualize to what extent it occurs through the speech, especially in situations of risk, in which the agent, who follows procedures, rules of action, must act in order to determine the success of his/her action, the failure of a criminal activity, the solution of a critical situation, the maintenance of lives. The present study therefore proposes to conduct investigations into the work activity of public security officers at the Central Monitoring of the electronic surveillance system of the city of São Leopoldo-RS, through an exercise of approach and contact between the two areas of knowledge: the *enunciative perspective of a study of the language* (Flores and Teixeira, 2005) by Émile Benveniste and ergology (Schwartz, 2000). Both perspectives are not limited to observe regularities only, but focus on the effects of the always singular intervention of the subject, be it in the use of the language or in the work activity: while ergology is interested in work as an activity effectively undertaken by individuals, understanding it as a dialectic between the prescription and what actually happens, enunciation linguistics, according to Teixeira (2008), is interested in the act of taking the word, understanding that the language provides a base formal system, a set of norms, which the speaker renormalizes and arranges in a particular style when he/she uses it.

Keywords: enunciation, subjectivity, ergology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: UM NOVO RUMO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	14
2.1 MEDO: DO NATURAL AO SOCIAL	14
2.2 A CULTURA DO MEDO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS E URBANAS	16
2.3 CÂMERAS DE MONITORAMENTO: UM TEMA CONTROVERSO	18
2.4 A PESSOA POR TRÁS DA MÁQUINA	19
2.4.1 A Atividade Policial: Um Trabalho Peculiar	20
2.4.2 A Atividade de Monitoramento.....	23
2.4.2.1 Entendendo a “Cadeia do Delito”	24
2.4.2.2 OMD: Observar, Memorizar e Descrever	29
2.4.2.3 Operações com Rádio	30
2.5 O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO (SIM) DE SÃO LEOPOLDO/RS	31
2.5.1 Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.....	31
2.5.2 A Central de Monitoramento do SIM	32
3 BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS.....	39
3.1 LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	39
3.1.1 O Linguista frente à Pluralidade de Teorias.....	39
3.1.2 Modos de Organização dos Estudos sobre Linguagem.....	41
3.1.3 Linguagem, Língua e Fala em Saussure.....	43
3.1.4 O Campo da Enunção	46
3.2 LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE ÉMILE BENVENISTE	48
3.2.1 Concepção de linguagem.....	48
3.2.2 Esclarecendo Noções Fundamentais	52
3.2.3 As Marcas da Subjetividade	54
3.3 A ATIVIDADE DE TRABALHO E A ABORDAGEM ERGOLÓGICA	58
3.3.1 Trabalho: Ultrapassando os Limites do Campo Econômico.....	58
3.3.2 Trabalho: Ultrapassando os Limites da Prescrição	59
3.3.3 O Tetraedro Ergológico nos Estudos sobre a Atividade de Trabalho.....	60
3.4 DO DIÁLOGO ENTRE AS TEORIAS	64
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
4.1 CONSTITUIÇÃO DO MATERIAL DE INVESTIGAÇÃO	66
4.1.1 Primeiros Contatos	67
4.1.2 Observação Participante.....	68
4.2 O USO DA FILMAGEM EM PESQUISA QUALITATIVA.....	69
4.2.1 Por que filmar?	70
4.2.2 Aspectos Técnicos do Uso da Filmagem na Coleta de Dados	71
4.2.3 Dos Cuidados e Precauções no Uso de Imagens Técnicas.....	72
4.2.4 Aspectos Éticos.....	73
4.3 VIDEOGRAVAÇÃO	74

4.4 INDICAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	78
4.4.1 Da Transcrição.....	78
4.4.2 Da Análise Enunciativa	80
5 A INTERVENÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ATIVIDADE DE MONITORAMENTO	84
5.1 A MULHER OU A MENINA DA PRAÇA?	84
5.1.1 Zero-Quatro ou Dezenove?	88
5.1.2 Capaz	89
5.1.3 É velha!	90
5.1.4 Corpão	91
5.2 O VENDEDOR AMBULANTE	92
5.2.1 Na Realidade, Com Certeza, Ta louco!.....	96
5.2.2 Os Maneiros	97
5.3 O SEQUESTRO	99
5.3.1 Vou dizer o que realmente vi.....	106
5.3.2 É bom? Claro que é bom!	108
5.4 OS SUSPEITOS DA RUA GRANDE.....	108
5.4.1 Isso é manobra	113
5.4.2 Essa gurizadinha.....	113
5.4.3 Em busca de um machinho	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120

1 INTRODUÇÃO

Elaborar um estudo voltado à temática do trabalho policial se constitui num exercício de desafio e compromisso acadêmico. Em primeiro lugar, pela associação negativa que a imprensa, de um modo geral, veicula sobre essa atividade, geralmente pela atuação arbitrária e truculenta de alguns de seus agentes, que acabam por minar a imagem da instituição e de todos os seus trabalhadores.

Em segundo lugar e, em decorrência do primeiro aspecto, abordar o trabalho policial, desvelando a sua complexidade, os riscos diários e constantes que enfrenta é, acima de tudo, uma empreitada que tem um significado social para o qual nos sentimos eticamente convocados¹. Isso posto, é interessante destacar, ainda, que os estudos e pesquisas que dão vistas ao trabalho da polícia se restringem, na maioria das vezes, às Academias de Polícia e, estas enfatizam, prioritariamente, aspectos técnicos da profissão, carecendo, assim, de estudos e pesquisas que examinem as suas particularidades.

Para a realização desta pesquisa, privilegamos a atividade policial, especificamente a de agentes de segurança pública responsáveis pelo monitoramento das câmeras de segurança que constituem o Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) da cidade de São Leopoldo – RS. A atividade policial, por si só, é de grande complexidade, uma vez que os profissionais necessitam de conhecimento e confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física, ética e de inter-relações para resolver possíveis situações críticas.

A presente dissertação é fruto de um percurso acadêmico cujos primeiros passos foram dados poucas semanas antes do processo seletivo para o curso de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Desde a conclusão da Graduação em Letras, no final de 2004, conciliamos caminhos profissionais paralelos à sala de aula. Além de ministrar aulas de Literatura Brasileira, Língua Portuguesa e Alemã para turmas de Ensino Médio, realizamos uma atividade de caráter administrativo, com o desenvolvimento e execução de projetos que envolvem gestão de pessoas, gestão financeira e de processos.

¹ O autor atua, desde 2004, na Assessoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, setor que, em articulação com o Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública, realiza, desde 2008, o curso de especialização em Gestão Estratégica para Prevenção da Violência Local. O curso tem como meta qualificar a formação profissional dos agentes de segurança pública, para criar e aperfeiçoar padrões comuns de organização, gestão e planejamento de ações e programas de prevenção da violência local.

Essa segunda vivência profissional desencadeou um desejo de mudança para outra área do conhecimento, diferente daquela em que efetuamos nossa formação original, no caso de prosseguir estudos em nível de pós-graduação. Em vez da linha seguida na graduação, que sugeriria a escolha pela área da Linguística Aplicada, havia agora interesse em estabelecer relação com saberes que voltassem seu foco para a atividade de trabalho, como, por exemplo, a área Segurança Pública.

Em contato com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, tivemos uma agradável surpresa: a possibilidade de alinhamento entre as duas áreas do conhecimento, a da formação original e a nova, agora de grande interesse também. Trata-se da aproximação entre a *perspectiva enunciativa de estudo da linguagem* de Émile Benveniste e a ergologia (Schwartz, 2000), para a realização de investigações sobre a atividade de trabalho. Ambas as perspectivas não se detêm em observar somente regularidades, mas focalizam, em particular, efeitos da intervenção sempre singular do sujeito, seja no uso da linguagem seja na atividade de trabalho.

De um lado, conforme Teixeira (2008), a linguística da enunciação se interessa pelo ato de tomada da palavra, partindo da compreensão de que a língua fornece um sistema formal de base, um conjunto de normas, que o falante, quando a utiliza, arranja num estilo particular. O sujeito renormaliza a língua. De outro, a ergologia se interessa pelo trabalho como atividade efetivamente realizada por sujeitos, entendendo o termo “atividade” como uma dialética entre duas dimensões da atividade humana que estão ligadas no trabalho: o dizer e o fazer, ou seja, entre a prescrição e o que efetivamente acontece. Ainda, de acordo com a autora, essas duas perspectivas reconhecem que a regularidade é inerente ao campo da linguagem e à atividade de trabalho. No entanto, “observar só as regularidades é neutralizar o objeto a conhecer. É preciso olhar para a intervenção sempre singular do sujeito no ato de linguagem / na atividade de trabalho” (p. 3).

Partindo, então, do pressuposto de que a ergologia permite pensar sobre a imbricação da subjetividade na atividade de trabalho, o desafio do pesquisador é tentar apreender esse investimento pessoal na atividade a partir de algo que seja visível, observável e até certo ponto descritível: a linguagem, para a qual se olhará a partir de uma teoria que tem o discurso como objeto de investigação, entendido como “linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros”, sob ponto de vista da teoria da enunciação de Émile Benveniste (1988, p. 284).

Na situação específica de observação dos espaços públicos municipais por meio das câmeras de segurança, identificando e tomando iniciativas para mobilização de outras pessoas a fim de que intervenham na situação de risco, os profissionais de segurança pública do Centro de Monitoramento se encontram em um ponto de entrecruzamento entre saberes prescritos (saberes obtidos nos cursos de formação, nas capacitações e nos treinamentos da força policial) e saberes advindos da prática, de sua própria experiência profissional.

Mesmo sendo prescritos da melhor e mais completa forma, os procedimentos de identificação de uma situação de emergência em um espaço público e, posteriormente, os processos de intervenção precisam, em um determinado momento, de uma atitude, de uma iniciativa, de uma decisão bem particular do sujeito.

A presente pesquisa, valendo-se da perspectiva da linguística enunciativa, em interface com os estudos ergológicos, busca examinar a especificidade dos modos de intervenção nas práticas desses agentes de segurança, investigando se é possível, de uma ou outra forma, visualizar em que medida ela ocorre por meio da fala. Assim, pretende-se mostrar que o trabalho não é mera execução do que está prescrito: o trabalhador, diante de imprevistos, muitas vezes precisa intervir, agir autonomamente, tomar decisões rápidas e bem particulares. Em se tratando da atividade policial, essas intervenções podem determinar o sucesso da ação, o fracasso de uma atividade criminosa, a solução de uma situação crítica, a manutenção de vidas.

Nesse intento, a presente pesquisa traz, em seu segundo capítulo, alguns dos resultados de uma observação participante, por nós realizada a fim de criar uma base de conhecimentos sobre a prática policial em questão. Trata-se do resultado de uma imersão no contexto a ser estudado, de forma a tentar, da melhor forma possível, compreender seu funcionamento. Propõe-se, inicialmente, uma discussão a respeito do surgimento de uma “cultura do medo”, motivada pela espetacularização do crime na sociedade e pela aparente incapacidade do Estado em salvaguardar a segurança dos cidadãos, os reflexos disso na sociedade e algumas ações que têm sido tomadas pelo Poder Público no combate ao crime, em especial, com a utilização da tecnologia: as câmeras de monitoramento.

Como todos os agentes envolvidos no trabalho de monitoramento das câmeras exercem a função de policiais, parte-se de reflexões sobre a prática policial em geral, direcionadas, na sequência, para a atividade específica de monitoramento e suas peculiaridades.

Por fim, o segundo capítulo deste estudo apresenta detalhes sobre a estrutura e funcionamento do Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) de São Leopoldo/RS, bem como um diagnóstico da violência nas áreas de abrangência do Sistema que permite a definição dos horários e dias da semana com maiores chances de sucesso na coleta da materialidade linguística a ser analisada.

Já o terceiro capítulo apresenta as bases teóricas e conceituais a partir das quais se desenvolvem os procedimentos metodológicos que dirigem o olhar científico sobre o material de investigação. Entra, aqui, a compreensão do escopo da denominada *linguística da enunciação*, e a observação, a partir da teoria da Émile Benveniste, de como a subjetividade, de um ou de outro modo, pode ser considerada como parte essencial da descrição linguística.

Conforme já exposto, na busca por examinar a especificidade dos modos de intervenção nas práticas dos agentes de segurança na atividade de monitoramento, procurando visualizar em que medida ela ocorre, especialmente por meio da fala, a perspectiva linguística enunciativa se aliará aos estudos ergológicos. Assim, busca-se, no final deste capítulo, apresentar aspectos da abordagem proposta por Yves Schwartz para o estudo dos efeitos da intervenção sempre singular do sujeito na atividade de trabalho. Enquanto a perspectiva ergológica sobre a atividade de trabalho permite pensar sobre a imbricação da subjetividade na atividade de trabalho, a abordagem linguístico-enunciativa permite apreender esse investimento pessoal na atividade a partir da linguagem.

O quarto capítulo deste estudo pretende mostrar como se dá a constituição do material de investigação, desde os primeiros contatos com a Central de Monitoramento de São Leopoldo, abrangendo a observação participante, extremamente importante para a criação de uma base de conhecimento sobre a prática policial, especificamente de agentes de segurança pública atuantes no Sistema Integrado de Monitoramento da cidade.

Realizada a coleta inicial de dados e a construção de uma visão de conjunto do objeto de estudo em questão, o capítulo traz reflexões e justificativas a respeito da escolha metodológica em fazer uso da videogravação e, logicamente, a maneira com que se realizou a seleção da materialidade linguística analisada. Nesse intuito, são abordados aspectos técnicos do uso da filmagem na coleta dos dados, os cuidados e precauções no uso das imagens, aspectos éticos considerados, bem como o procedimento adotado para a definição das datas e horários das filmagens.

Adiante na exposição dos procedimentos metodológicos para a realização deste estudo, expõem-se os princípios e procedimentos de análise do *corpus*, extraídos de

momentos de discussão a respeito de uma situação de risco, na fala dos agentes e nos quais se buscam indícios da emergência de sua subjetividade. Nessa etapa, dá-se especial atenção para a realização do trabalho de transcrição, que contempla, além da contextualização de cada fato enunciativo que se propõe analisar, marcações de omissões, interrupções e suspensões de segmentos, entonação, de pausas, de eventos não-verbais e de marcas de interação dos agentes.

Ainda no que diz respeito à metodologia de pesquisa, finalmente, expõe-se a maneira com que se propõe realizar a análise da materialidade linguística coletada. Essa análise recorta quatro fatos enunciativos que possam ilustrar a emergência da subjetividade na prática discursiva dos agentes de segurança pública observados durante a realização de seu trabalho de monitoramento através das câmeras de segurança.

Por fim, apresenta-se o capítulo em que se realiza a análise de diferentes fatos enunciativos, selecionados entre todas as horas de gravação realizadas, expostos seguindo uma ordem cronológica, nos quais se busca entender como o sujeito se constitui e constrói sentido na linguagem e o que isso diz do uso de si na atividade de trabalho.

2 SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: UM NOVO RUMO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

2.1 MEDO: DO NATURAL AO SOCIAL

Todo mundo tem medo. Ele sempre existiu na história da humanidade, em todos os tempos e lugares, assumindo formas de manifestações diferenciadas. O medo é um sentimento natural, intrínseco a todos os seres vivos, sejam eles racionais ou irracionais e, conforme Mira e Lopez (2005, p.9), uma força que tem como objetivo evitar perigos de qualquer natureza, funcionando como um sinal que interrompe qualquer ação imprudente.

Delumeau, citado por Baierl (2004, p.48), afirma que o ser humano é o único ser que antecipa a sua morte. Como sabe, desde cedo, que um dia morrerá, teme pelo fim de sua existência e, por consequência, por todos os males que possam simbolizar, antecipar ou até mesmo recordar a morte. Enquanto o medo dos animais é fixo, idêntico e imutável, na espécie humana ganha uma multiplicidade de formas não estáticas, pois é construído culturalmente. Cada cultura e cada sociedade constrói compreensões do significado e do sentido do medo, dando conteúdos diferenciados em cada tempo e espaço. Assim, os medos dominantes nas sociedades que existiam no passado não são idênticos aos medos que hoje predominam nas sociedades urbano-industriais.

Você sente medo ao andar, à noite, pelas ruas de sua cidade? Salvas raríssimas exceções, pode-se dizer que a resposta única e definitiva é sim! Em especial nas grandes cidades, o crescimento constante da violência e a aparente ineficiência do Estado para prover a segurança pública alimentam sempre mais a sensação de medo e insegurança entre os cidadãos e não nos permitem dizer o contrário. Dessa forma, o aumento nos índices de violência contribui decisivamente para o surgimento de um “medo social”, de uma “cultura do medo”.

Compreendendo “cultura” – em consonância com as palavras de Pastana (2007, p.91) – como a expressão das necessidades historicamente condicionadas de um grupo social e de seus indivíduos, como referência à totalidade das práticas sociais coletivas e suas representações simbólicas e como reflexo das mudanças nas relações sociais, desde a esfera

da produção econômica até a esfera do imaginário dos agentes e das representações de ordem, podemos facilmente inferir que a violência se converte numa linguagem compartilhada, a partir da qual temos pensado os limites da sociabilidade, sua crise e suas possibilidades, situando o medo e a insegurança como determinismos socializadores cada vez mais presentes no convívio urbano.

Essa mencionada “Cultura do Medo” faz com que o ser humano mude o comportamento e forma de se relacionar com os demais. De acordo com Baiarl (*op. cit.*, p.20), a cultura do medo vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo. Esse sentimento, sem dúvidas, é alimentado e intensificado pelos três elementos que destacaremos a seguir: a maneira como a criminalidade é veiculada e tratada pela mídia e, talvez o mais importante, a ineficiência do Estado frente à questão.

Em um primeiro plano, destaca-se o que se pode classificar de “Espetacularização do Crime”. A violência foi transformada em uma das grandes atrações nos meios de comunicação de massa. Percebe-se que a mídia confere uma grande atenção aos crimes mais violentos e, assim, cria-se a ideia de que estes são os mais frequentes, o que não é verdade. Em muitos momentos, a seleção das notícias que vão a público pode expressar, também, uma estratégia especificamente focada para capturar audiência e ampliar mercado, o que contribui significativamente para o aumento dos medos da população. Analisando friamente o que se vê na mídia, podemos tranquilamente afirmar que a criminalidade parece ser bem maior do que realmente é.

Segundo dados da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, os homicídios dolosos (aqueles em que se tem a intenção de matar) vem caindo anualmente no Estado desde 1999 e, no ano de 2008, a queda foi de 10,04% em comparação com 2007. Desde o início do acompanhamento, a queda no número desse tipo de ocorrência é de 70%. O índice está dentro da casa dos 10 homicídios por cada 100 mil habitantes – nível de países desenvolvidos, considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde da ONU. Com o número, que representa menos da metade da média nacional, que é de 24,5, São Paulo ajuda a reduzir o índice de homicídios dolosos do país, que também vem caindo, porém, em menores proporções. Considerando o que se vê na mídia, temos a sensação de que os índices estão diminuindo? Desenha-se aqui, quem sabe, um frutífero tema para futuras pesquisas: analisar a espetacularização da criminalidade violenta pela mídia, buscando compreender como o jornalismo impresso ou televisivo a representam e reproduzem e, naturalmente, quais as conseqüências disso para a sociedade.

Em um segundo plano, talvez o mais significativo, percebe-se que a “cultura do medo” se desenvolve num contexto em que o Estado não consegue assumir para si seu papel legítimo de garantir e manter o Estado de Direito (conceito que designa qualquer Estado que se aplica, por meio de instrumentos legais, a garantir o respeito às liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais). Em suma, é dever do Estado proteger a liberdade, segurança e propriedade de todas as pessoas. Somente ele é capaz de garantir que todas as regras sejam aplicadas a todos e possam, efetivamente, ser implementadas.

Ao que parece, no entanto, os instrumentos legais não se configuram para a população como legítimos e eficientes, considerando que a Polícia, por exemplo, em muitos casos aparece como uma instituição que não dá conta de proteger a segurança dos cidadãos. E pior, em algumas situações, é uma entidade que também aterroriza! Basta lembrarmos os vários casos em que policiais agiram de forma infeliz e agressiva, abordando, ferindo e até matando cidadãos inocentes. Isso evidencia um Estado limitado em sua política de segurança, sem controle eficaz sobre a deterioração dos direitos à liberdade na condição pública.

Para Caldeira (2000, p. 91), quando as pessoas veem o número de crimes aumentando, frequentemente culpam as instituições públicas e diagnosticam a necessidade de uma autoridade forte. Se as instituições falham, as pessoas sentem que têm de resolver seus problemas por seus próprios meios. A partir daí, conforme Eckert e Rocha (*op. cit.*, p.23), surgem “novas formas de determinações socioculturais que alimentam a tentação da busca de uma ordem considerada ‘caótica’ e que afeta a população alimentada de medo e que se coloca na defensiva”.

2.2 A CULTURA DO MEDO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS E URBANAS

Para Eckert e Rocha (2005, p.32), a crise configurada pelo medo social da violência na cidade, refere-se ao tempo presente, em que as formas interativas no mundo cotidiano já não garantem uma previsibilidade das rotinas e interações de reconhecimento do outro na imagem ideal do trabalhador honesto. Nesse sentido, “há uma espécie de socialização da violência na indagação sobre a construção da imagem do Outro, promovida pela cultura do medo”.

Os indivíduos, reféns do estranhamento nas redes sociais a que pertencem, restringem seus movimentos: saem menos à noite, andam menos pelas ruas, evitam as “zonas perigosas” de sua cidade. Assim, Eckert e Rocha (ibidem, p.15) afirmam que “a desconfiança do outro leva ao mergulho no sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos, fortalecendo ainda mais as bases de um *ethos* social hiperindividualista”. Caldeira (*op. cit.*, p.301) corrobora essa ideia, afirmando que “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública”.

Nos últimos tempos, em decorrência do medo da violência, pode-se observar uma expressiva alteração na paisagem arquitetônica das cidades brasileiras. A cada mês, proliferam mais e mais casas, condomínios e estabelecimentos comerciais com grades, guaritas, muros altos, cercas eletrônicas, complexos sistemas de alarme e vigilância eletrônica, enfim, um arsenal de recursos para a proteção das pessoas e seu patrimônio. Essa perspectiva se pode definir como uma nova estética da configuração urbana, a “Estética da Segurança”. Por consequência, a criminalidade e o medo por ela gerado fazem crescer um mercado novo, a “Indústria do Medo”. A segurança hoje, se não salvaguardada pelo Estado de Direito e por seus instrumentos legais, como a Polícia e o Poder Judiciário, configura-se como uma mercadoria, vendida no mercado sob formas cada vez mais variadas e sofisticadas, seja pela contratação de equipes de segurança privada ou pela aquisição e instalação de equipamentos eletrônicos de vigilância.

Diante de um desejo coletivo de reconstruir uma ordem perdida, segundo Caldeira (*idem*, p.90), os cidadãos

[...] intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (preconceitos e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança). Além disso, elas tendem a apoiar medidas de proteção que são violentas e ilegais, tais como a ação dos justiceiros e abusos da polícia.

As pessoas, assim, procuram se isolar mais em suas residências, aumentar os muros de suas casas, cercá-las, fortificá-las e, com isso, buscam refúgio nos avanços oriundos da modernidade que propiciam o “conforto” de não ser necessário sair de casa para quase nada. A televisão, o telefone e *internet*, por exemplo, promovem a sensação de ter o mundo em casa. Se precisar de algo, é só pedir, (usando uma dessas ferramentas) que alguém, que provavelmente não passará do portão da casa(!), entregará em seu domicílio. Enfim, é como

se estivesse sendo criado um mundo auto-suficiente, isolado de todos os perigos e mazelas do mundo extramuros.

A partir das considerações iniciais sobre o surgimento de uma “cultura do medo”, motivada, em especial, pela espetacularização do crime e pela aparente incapacidade do Estado em salvaguardar a segurança dos cidadãos, e os reflexos disso na sociedade, propõe-se, neste trabalho, mostrar algumas ações que têm sido tomadas pelo Poder Público no combate ao crime, em especial, com a utilização da tecnologia: as câmeras de monitoramento. Elas ultrapassaram o caráter de medida própria e particular de casas, condomínios e estabelecimentos comerciais para se tornarem importantes ferramentas na área da Segurança Pública. Atualmente, representam não apenas uma solução para a diminuição do medo e da insegurança, mas uma espécie de sensação de ascensão a outro patamar de desenvolvimento, que a tecnologia parece representar.

2.3 CÂMERAS DE MONITORAMENTO: UM TEMA CONTROVERSO

Nos últimos tempos, sem sombra de dúvidas, as tecnologias digitais de imagem ampliam as formas de vigilância. Os sistemas de segurança baseados na imagem são cada vez mais comuns e incrustados no espaço urbano: além dos meios de transporte coletivos, estabelecimentos habitacionais e comerciais, ambientes públicos também passam a ser monitorados, constituindo imensos “panópticos eletrônicos”, à imagem e semelhança dos *Reality Shows* da programação televisiva. As câmeras de monitoramento utilizadas em sistemas eletrônicos de segurança se apresentam não como opções, mas como fatos concretos de nosso cotidiano. Na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, distante 45 Km da Capital Porto Alegre, o quadro de câmeras de segurança, foco de nosso estudo, foi composto nos primeiros meses de 2008, com substanciais investimentos públicos, provindos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – sobre o qual falaremos no próximo item deste capítulo.

Consoante ao que já se expôs no início deste estudo, a insegurança e a conseqüente sensação de medo constituem uma preocupante realidade e a violência, por sua vez, precisa ser combatida. O que se busca discutir aqui é o caminho de duas vias percorrido pelos sistemas de monitoramento eletrônico, especialmente quando analisados sob a ótica da

Constituição da República de 1988, justamente a lei fundamental e suprema do Brasil, que serve de parâmetro de validade a todas as espécies normativas.

As câmeras de vigilância, por um lado, “protegem”, são instaladas sob a premissa de diminuir a criminalidade, a ocorrência de roubos, assaltos e casos de desordem pública, conferindo, ainda, um caráter de aparente modernização da segurança, conforme mencionado acima.

Por outro lado, as câmeras registram constantemente o trajeto e rotina dos transeuntes; é um rastreamento fragmentado, já que esses dispositivos não acompanham todo o percurso do indivíduo, mas que, por recortes, constroem uma narrativa comportamental de quem está “sorrindo e sendo filmado”, podendo acarretar segregação espacial, discriminação social e restrição da acessibilidade aos lugares.

Vale lembrar que cabe aos Municípios, aos Estados e à União, em concorrência de atribuição, a promoção de políticas que combatam a desigualdade e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos indivíduos (conforme Inciso X, Artigo 23 da Constituição Federal de 1988), com observância estrita das garantias fundamentais. Ao que parece, fecham-se os olhos para alguns desses direitos a partir do momento em que se instalam câmeras de vigilância para monitorar as ruas de nossas cidades, como, por exemplo, o direito à intimidade.

Dada a recorrente utilização de câmeras de segurança, o grande número de projetos para a implementação de sistemas de vigilância por imagem em cidades de todo o país e a quase ausência de debates teóricos e políticos sobre o tema no Brasil, julgamos necessária e urgente a compreensão de tal fenômeno na atualidade, indo além do entendimento de que as câmeras são “facilidades tecnológicas” que auxiliam na prevenção da violência, dos crimes e de depredações, trocando privacidade por segurança.

2.4 A PESSOA POR TRÁS DA MÁQUINA

De tema controverso, as câmeras de vigilância passaram à realidade em muitas cidades brasileiras. Seja atendendo a demandas particulares ou comunitárias, as câmeras e os projetos de segurança que envolvem tecnologia somente se mostrarão eficazes e, conseqüentemente, confiáveis, se manipulados por pessoas bem preparadas, capazes de fazer com que todo o mecanismo funcione a contento. Isso significa não apenas ter preparação técnica para operar

as câmeras, mas a capacidade de observar, analisar e decidir sobre a necessidade, ou não, de uma intervenção.

Neste trabalho, buscamos voltar nossos olhares para a atividade de observação dos espaços urbanos da cidade de São Leopoldo/RS por meio das câmeras de vigilância e, em específico, focar a atividade dos agentes de segurança pública da cidade, envolvidos com o Sistema Integrado de Monitoramento (SIM).

Antes de traçarmos qualquer linha a respeito dos agentes que atuam na Central de Monitoramento, convém salientar que todos exercem a profissão de policiais, alguns ligados à Guarda Municipal de São Leopoldo e outros à Polícia Militar. A instituição policial se destaca na sociedade brasileira pelo seu papel estabelecido no Artigo 144 do Capítulo III da Constituição Federal que trata da Segurança Pública. Em nível estadual, a Polícia Civil (não envolvida diretamente com o SIM) tem uma função judiciária (§ 4º. Art.144) e à Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e a prevenção da ordem pública (§ 5º. Art.144).

Já no que diz respeito à Guarda Municipal, existe um leque incomensurável de atribuições que podem desenvolver na sua municipalidade, de acordo com as exigências dos governantes e políticas de segurança locais no que tange à Segurança Pública (§ 8º. Art.144). Podemos dizer, portanto, que em todas as três corporações (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal) subsiste uma origem comum que se caracteriza pela missão de preservação da ordem pública, como um dos pilares da defesa da sociedade.

2.4.1 A Atividade Policial: Um Trabalho Peculiar

Considerando especificamente a atividade do Policial Militar e do Guarda Municipal, entende-se que sejam trabalhadores que desenvolvem um processo de trabalho peculiar. A atividade-fim desses policiais, basicamente o policiamento ostensivo (modalidade em que a atividade policial é desenvolvida intencionalmente à mostra, em contraposição ao policiamento velado, secreto), é exercida pelo sujeito fardado, em locais públicos. Trata-se de uma prática preventiva, caracterizada pela observação e fiscalização, pela atitude de vigilância, em que o policial tenta coibir eventuais ações de infratores e evitar a ocorrência de atos delituosos. No entanto, a atividade policial é marcada por uma diversidade incomensurável de serviços, conforme destaca Mariante (1972, p.32):

[...] na rua – no serviço de policiamento ostensivo: no trânsito, nos colégios, nos bancos, nos serviços exercidos pelos bombeiros (nos casos de salvamentos), nas rodovias, abas-largas – combatendo o abigeato e os abigeatários, na guarda dos presídios, escoltas e diligências, nas grandes reuniões de pessoas, nas greves, nas estações viárias, nas praias – como salva-vidas, flora e fauna, postos fiscais, nas comunicações, nas calamidades, guarda consular, nos dias festivos, além de outras colaborações, tais como: guardar as imediações das mesas eleitorais, guarnecer o transporte das urnas para os locais de apuração e assim segue uma longa lista de serviços que a polícia presta à sociedade.

A execução do trabalho dos policiais é caracterizada por atividades repetitivas e incertas que se mesclam de maneira paradoxal no cotidiano de policiamento ostensivo, pela constante visibilidade da farda. Repetitivas por seguirem uma rotina de permanência de horas seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, atentos ao executar um trabalho como o de policiamento ostensivo, que consiste num compromisso diário e ininterrupto, numa intervenção direta nos acontecimentos tidos como “anormais” no espaço público. Paradoxalmente, essa rotina também se configura pela incerteza diante do constante suspense de perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo.

Quanto ao regime de trabalho dos policiais, há de se fazer uma distinção entre os profissionais da Polícia Militar e os da Guarda Municipal. Embora ambos sejam relativamente prescritos por escalas, as jornadas de trabalho dos Policiais Militares normalmente são constituídas de 6 horas de trabalho por 18 de folga, as dos Guardas Municipais constituem-se de 8 por 16. No entanto, por se tratar, como vimos, de uma atividade marcada pela incerteza e por ser um regime de dedicação exclusiva, as jornadas de percurso ao trabalho ou até mesmo os momentos de folga podem ser transformados em trabalho.

Assim, o trabalho dos policiais, tanto Militares quanto Guardas Municipais, reveste-se de características muito peculiares: não possuem horários predeterminados, principalmente para o término do serviço, ou seja, não têm uma jornada fixa, como os outros trabalhadores. Além disso, depois que a escala de serviço acaba, os policiais estão sujeitos, ainda, ao atendimento de ocorrências. Significa dizer que eles têm de estar à disposição do Estado/Município, ou melhor, da segurança da sociedade, por imposição legal, nas 24 horas do seu dia. Dessa forma, ao assumir o compromisso da profissão, o policial não pode se omitir diante de fatos que exijam sua intervenção, precisa estar sempre preparado para servir à comunidade. Daí seu caráter de dedicação exclusiva: uma exigência permanente de continuidade da função para além do horário de serviço esteja usando farda ou não.

Além dos aspectos críticos apontados em relação à rotina, à incerteza e ao compromisso de dedicação exclusiva, inclusive com o sacrifício da vida, pode-se citar a

exposição às intempéries, ao realizar o trabalho de policiamento sob sol forte, chuva, vento e/ou frio.

Santos (1997, p. 162), ao abordar a questão do trabalho policial na sociedade, destaca que ele é constituído por um limite que o diferencia: o direito à vida. Não raras vezes, o policial a perde, afinal, está submetido ao risco de morte em sua prática diária de repreender, de coibir e de prevenir a violência. A sua vida, pois, situa-se como um limite.

Talvez pelo fato de se constituir de uma gama de atividades variadas, com ingredientes incertos e surpreendentes, Monjardet (2003) tenha afirmado que o trabalho policial não procede simplesmente de tarefas prescritas, mas da seleção, pelos próprios interessados (no caso a comunidade) de suas atividades. Por exemplo: a residência das pessoas, em princípio, é inviolável. Só se pode nela adentrar com a autorização de quem lá reside ou com mandado judicial. Na atividade policial, no entanto, sabe-se que existem situações em que a pessoa a domicílio não tem condições de autorizar e tampouco se pode esperar por uma autorização judicial, basta imaginarmos um cenário em que a vida de uma pessoa (ou pessoas) está em perigo, ou uma situação de grave ameaça à integridade de alguém, como uma situação de incêndio.

Geralmente, nessas ocasiões, quem faz a seleção (quem chama pelos serviços da polícia) são as pessoas interessadas e preocupadas com a vida de quem está na residência. É justamente nesse momento, na incerteza e na surpresa, que o risco dos outros passa a ser assumido como o risco do policial, justamente pelo caráter incerto do cenário e do resultado do seu trabalho. Invade-se a casa.

Isso corrobora o pensamento de Monjardet (2003), quando afirma que o trabalho policial não é uma soma de tarefas prescritas, isto é, não existe um manual indicando o que seja ou não tarefa da polícia, mas o PM aprende que é preciso identificar uma situação de crime, uma ocorrência policial. Talvez, o mais difícil para o profissional não seja identificar ou não se a tarefa é de sua alçada, mas como intervir em situações que sempre reservam certa dose de rotina, suspense e surpresa.

Os ingredientes novos dos quais são constituídas as situações de trabalho do policial exigem, além do aparato jurídico-legal, sensatez, iniciativa e capacidade de negociação nas situações adversas. É no cotidiano de trabalho com a comunidade, portanto, com os seus interesses e sua seleção, que se determina a definição, a organização e a análise de onde e como o policial pode e/ou deve atuar.

2.4.2 A Atividade de Monitoramento

Como vimos, a atividade policial é de grande complexidade, uma vez que os profissionais necessitam de conhecimento e confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física, ética e de inter-relações para resolver possíveis situações críticas. De um modo geral, são de responsabilidade das polícias a prevenção como missão principal, além de outros encargos no campo repressivo. Logo, seria difícil entender a existência de qualquer instituição policial apenas para a prática de atos decorrentes dos fatos delituosos, como, por exemplo, cuidar exclusivamente da apuração, ou se especializando somente em atender aos chamados da população por intermédio de suas centrais telefônicas. Um grupo policial estático como esse, que fica apenas esperando que os fatos delituosos aconteçam para uma oportuna interferência, corre o risco de ações tardias, ineptas e estaria fadado ao insucesso, uma vez que o crime, o desrespeito à lei, a violência, o prejuízo ou a morte já ocorreram.

O foco de nosso estudo é o trabalho específico de policiais na observação dos espaços públicos municipais através das câmeras de segurança: a Atividade de Monitoramento. As câmeras de monitoramento são dispositivos fundamentais para essa modalidade de trabalho policial. Elas são câmeras de vídeo que capturam as imagens e as transmitem, via circuito fechado de televisão, para uma central de monitoramento, onde as imagens são replicadas em tempo real nas telas dos monitores, sob acompanhamento de policiais que permanecem nessas centrais. Nesse acompanhamento, em síntese, os agentes, sentados em frente a monitores (muitos deles gerando várias imagens simultaneamente) devem identificar, comunicar e mobilizar os agentes de rua para intervirem em uma situação de risco.

Há de se destacar, portanto: antes de constituírem uma ferramenta para identificar sujeitos que cometeram determinado ato criminoso ou para saber como e quando ocorreu determinado fato, as câmeras de monitoramento acompanhadas por agentes de segurança pública são uma ferramenta de prevenção à violência, panorama bem diferente daquele “estático”, descrito no primeiro parágrafo desse item. Os agentes precisam, de fato, identificar uma situação de risco e, mediante comunicação com equipe(s) externa(s), intervir para evitar que o crime ou ato ilícito suceda. Em se tratando da atividade policial, essas intervenções podem determinar o sucesso da ação, o fracasso de uma atividade criminosa, a solução de uma situação crítica, a manutenção de vidas. Assim, o monitoramento por câmeras, pode-se afirmar, presta um serviço de inteligência para as polícias, uma vez que executa ações

direcionadas ao auxílio ao policiamento ostensivo fardado, fornecendo subsídios para que este possa agir de forma mais eficiente e cumprir a missão constitucional atribuída às instituições.

Nesse contexto, duas perguntas são centrais na execução do trabalho desses agentes: O que constitui, exatamente, uma situação de risco? Como se identifica uma situação de risco? Para responder a essas questões e, de fato, agir, os profissionais de segurança pública de um centro de monitoramento se encontram em um ponto de entrecruzamento entre saberes prescritos (saberes obtidos nos cursos de formação, nas capacitações e nos treinamentos da força policial) e saberes advindos da prática, de sua própria experiência profissional, para a execução de seu trabalho.

A partir de pesquisas bibliográficas e conversas com representantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo, bem como com agentes envolvidos com a Central de Monitoramento da cidade, constata-se que o trabalho frente aos monitores ainda carece da adoção de Técnicas Operacionais específicas da atividade. No entanto, pode-se encontrar na atividade policial inúmeras técnicas “aproveitáveis” no monitoramento, dentre as quais destacamos a OMD (Observação, Memorização e Descrição), a compreensão da “Cadeia de Delito” e o domínio das operações envolvidas na comunicação via rádio.

2.4.2.1 Entendendo a “Cadeia do Delito”

Como primeiro passo, o trabalho de policiamento preventivo se baseia nos ingredientes próprios ou específicos de determinados delitos, que, por sua vez, podem guardar relação de afinidade com a prática de outros crimes. Muitos atos delituosos apresentam semelhantes componentes nas suas cadeias, diferenciando-se apenas no que diz respeito às circunstâncias e aos autores.

Estruturalmente, conforme Magalhães (2000, p.23), a “Cadeia do Delito” é composta por quatro elementos básicos: (1) Clima; (2) Ânimo; (3) Protagonistas e (4) Instrumentos. Didaticamente, podemos fazer uma analogia desses ingredientes com os constituintes do “Tetraedro do Fogo”, que também apresenta quatro componentes:

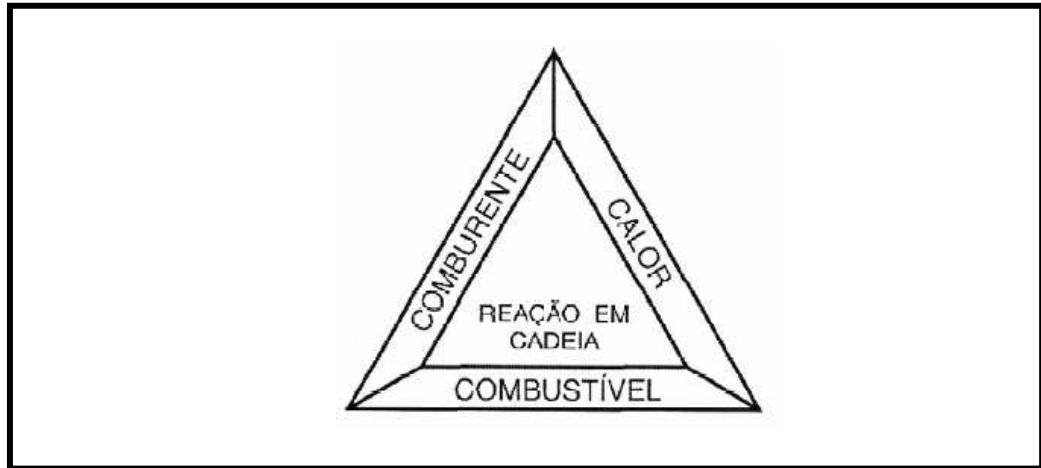


Figura 1 - Elementos constituintes do Tetraedro do Fogo
Fonte: Fundacentro/SP

Para que haja fogo, são necessários os quatro componentes destacados na ilustração: (1) Material Oxidável (combustível); (2) Material Oxidante (comburente); (3) Fonte de Ignição (energia) e (4) Reação em Cadeia. Se um dos elementos for suprimido do tetraedro do fogo, certamente não existirá mais fogo, em razão de uma interrupção da reação em cadeia. Imaginemos, por exemplo, a conhecida experiência de uma vela acesa encoberta por um copo. A chama queima o comburente oxigênio até um determinado nível em que não mais exista em quantidade suficiente para dar seguimento à reação e a chama se apaga. Ou seja, para que haja combustão, todos os elementos precisam estar alinhados. Na falta de qualquer um dos indivíduos da combustão, não haverá ou logo deixará de haver fogo.

Tudo isso se assemelha muito com a prática delituosa:

Tudo que se pode fazer para que o delito não seja deflagrado é trabalhar preventivamente a Cadeia do Delito para que ela permaneça desalinhada, pelo afastamento prévio de quaisquer dos seus componentes principais, e, enquanto há tempo, tudo fazendo para que o crime não se alastre e nem assuma proporções incontroláveis, antes que a polícia perca a noção de prevenção e tenha que assumir exclusivamente uma postura de combate extremo, com princípios de guerra ofensiva. (MAGALHÃES, 2000, p.24)

Somente haverá uma prática delituosa quando os quatro ingredientes (Clima, Ânimo, Protagonista e Instrumentos) estiverem alinhados. O trabalho de prevenção dos crimes encontra o seu sucesso na anulação, na supressão de um ou mais desses elementos. Reiteramos, assim, a semelhança entre o Tetraedro do Fogo e a Cadeia do Delito:

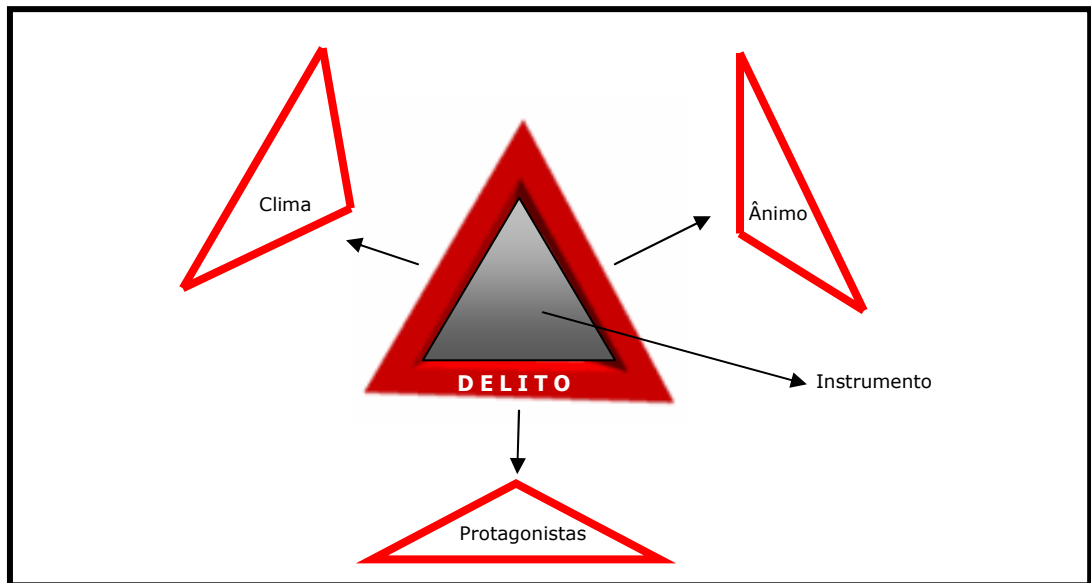


Figura 2 - Elementos constituintes da Cadeia do Delito
Fonte: Criação do Autor

Passemos, finalmente, à compreensão de cada um deles:

- (1) **Clima** – podemos compreender que sejam os horários noturno ou diurno, a visibilidade e luminosidade, a visão pública, a ocupação urbana, a frequência popular, a ausência de vigilância, o tempo, o ambiente e a ambiência (física, social, lazer e labor, financeira, urbana ou rural, geográfica, esportiva, política, promíscua, religiosa, intelectual, etc.), assim como o próprio lugar do crime, os locais fechados, abertos e os relacionados, as áreas internas e externas, os pontos de apoio e de suprimento, os depósitos e os arquivos, portanto, tornando o recinto favorável para a sua ocorrência. Tudo isto pode ser estudado como sendo um clima potencialmente propício a um delito, cada qual com suas características próprias, porém, suscetível a um controle eficiente no sentido de prevenir episódios delituosos de qualquer ordem.
- (2) **Ânimo** – é a vontade deliberada ou não de cometer o delito, mesmo que a pretexto de defesa. É a reação quando submetida a uma ação. É o motivo ou o desejo, às vezes manifestado publicamente; é o dolo; é a culpa; é a intencionalidade. É, conforme Magalhães (2000, p.24) “a disposição, por

ação ou omissão de torná-lo [o delito] factível”. Pode ser identificável, quer o elemento demonstre essa vontade por movimentos e comportamentos suspeitos ou manifestando-se de modo extremamente exaltado, com conduta provocante ou maldosa.

- (3) **Protagonistas** – são as pessoas envolvidas ou que possam ser partícipes numa atividade criminosa, podendo ser protagonistas, antagonistas, parceiras, amigas, adversárias, desconhecidas ou inimigas, dependentes ou não entre si, com ou sem vínculo familiar, sentimental ou social. Em alguns delitos, poderá existir exclusivamente a pessoa do autor, enquanto noutros, a vítima pode ser resultado de sua própria opção, face ao clima ou ao ânimo. Esta vítima em potencial deverá ser acompanhada, abordada, corrigida e conscientizada ou retirada do ambiente, antes que sugira ou provoque alguém o suficiente a praticar um ilícito penal. Cada tipo de delito pode ter agente bem caracterizado, o qual, igualmente pode ser seguido e trabalhado. Ou, conforme Magalhães (2000, p. 25), “o policial deve estar sempre com um olho no gato e outro no peixe”.
- (4) **Instrumentos** – são os meios materiais, tangíveis ou intangíveis que concorrem ou são necessários para a efetiva execução de um delito. Todo crime tem meios materiais ou armas próprias que o tornam efetivo. Se alguém for encontrado com um instrumento eficiente para a prática de um delito, como qualquer espécie de arma branca ou de fogo, que possa por em risco a integridade física de outrem, é necessário que se estabeleça uma relação com o desencadeamento de algum fato presente ou passado ou indícios que possam ter relações com episódios que poderiam ser desencadeados no futuro, com qualquer outro crime, inclusive, quanto à sua origem.

Trabalhar com a hipótese de quebrar a Cadeia do Delito, mantendo seus elementos fora de rota, desalinhados, é uma atividade meritória de qualquer polícia. Entre os constituintes, no entanto, é difícil apontar quais deles se destacam para maior sucesso da prevenção ao crime no trabalho de monitoramento por câmeras de segurança.

No que diz respeito ao Clima, os bancos e estabelecimentos comerciais, locais com grande circulação de pessoas e valores, por exemplo, podem constituir o ambiente perfeito para a ocorrência de crimes. São locais, pois, que devem ser bem monitorados. É interessante destacar que, no caso dos sistemas de monitoramento por câmeras de segurança, os equipamentos são instalados justamente em espaços nos quais há um “clima” propício para a ocorrência de delitos. É inegável que isso, por si só, já contribui para a inibição de atividades criminosas.

Já com relação ao Ânimo, conforme mencionado acima, determinadas condutas, como a de determinado sujeito observando (discreta, mas) atentamente determinado estabelecimento, transitando repetidas vezes pelos mesmos locais ou até mesmo agindo de forma mais explícita, manifestando-se de forma exaltada, provocante ou maldosa, podem constituir fortes indícios.

No que se refere aos Protagonistas, o trabalho de identificação dos potenciais autores é feita, normalmente, partindo-se do elemento da animosidade. Já no que diz respeito à(s) potencial(ais) vítima(s), por exemplo, o perfil pode se desenhar no momento em que determinada pessoa sai de uma instituição financeira com um envelope em mãos. Conforme visto acima, a vítima pode ser resultado de sua própria opção e ação, face ao clima ou ao ânimo.

Por fim, há de se destacar os Instrumentos. Se determinado sujeito é flagrado portando uma arma sem a devida autorização, é possível estabelecer uma conexão, além do porte ilegal, com o comércio e tráfico de arma, identificação de sua origem, se é objeto de locação, se há relação com um assalto ou latrocínio, com um homicídio ou lesão e com vários outros atos anti-sociais. Se alguém for encontrado armado tem de ser investigado, podendo até preencher um formulário próprio sobre a arma, estabelecendo seu histórico, aquisição, suas características, sua procedência, seu registro, qualidade da munição, motivo do porte e outros dados, disparos recentes, independente da formalização dos demais autos. Talvez se possa acrescentar à categoria de Instrumentos os veículos motorizados que, conduzidos de forma irresponsável, podem levar a resultados sabidamente ruins.

A compreensão do quadro exposto acima constitui um conhecimento técnico-teórico sobre a identificação de uma situação de risco. Para a realização do trabalho, no entanto, certamente cada policial aplicará boas doses de subjetividade na compreensão e na identificação dos elementos composicionais da Cadeia do Delito.

2.4.2.2 OMD: Observar, Memorizar e Descrever

Conforme regem as cartilhas, os cursos preparatórios, as normativas do trabalho policial, ao aplicar quaisquer que sejam as Técnicas Operacionais, o profissional de segurança pública se depara com a necessidade de observar atentamente. Além de observar, o agente necessita, também, memorizar o que foi observado, visto que, pela efemeridade dos acontecimentos e pela necessidade de ação rápida, no momento em que se identifica uma situação de risco nem sempre é possível recorrer às gravações. Por fim, ainda segundo essa concepção, é preciso que o profissional descreva com *veracidade* e *sem ruídos*² o que foi memorizado para os colegas nas ruas, para que intercedam.

Partindo da compreensão de que a percepção de uma pessoa está diretamente relacionada às experiências vividas e de que um mesmo fato seja percebido de forma diferente por duas pessoas e na tentativa de tornar esse processo o mais objetivo possível, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) sugere que se recorra à técnica conhecida por OMD (Observação, Memorização e Descrição). Trata-se de observar, memorizar e descrever corretamente um fato ou situação. É o ato pelo qual se examina minuciosa e atentamente as pessoas e o ambiente, através da máxima utilização dos sentidos.

Segundo a técnica policial descrita pela ABIN³, **Observar** é olhar com atenção. Implica utilizar todos os sentidos visando a captar o maior número possível de estímulos e, concomitantemente, eliminar os fatores que podem interferir durante a observação. No trabalho de observação, da forma mais concentrada possível, atenta-se para os elementos constituintes da Cadeia do Delito, abordada no item anterior.

Na sequência, **Memorização** é o conjunto de ações e reações voluntárias e metódicas que tem a finalidade de auxiliar a memória na lembrança dos fatos. A memória é a faculdade que tem o cérebro de conservar e reproduzir os conhecimentos.

Por fim, a **Descrição** consiste em descrever as observações pessoais de um fato ou as impressões relatadas por outras pessoas. Segundo a técnica policial, devem ser levados em consideração na descrição de pessoas os seguintes aspectos:

- a) **Aspectos físicos gerais:** sexo, cor de pele, idade, altura e peso estimados.
- b) **Aspectos físicos específicos:** aspectos aparentes do indivíduo relativos às diversas partes do seu corpo, comprimento e cor dos cabelos.

² Ainda discutiremos os conceitos de “descrever com veracidade e sem ruídos” em capítulo posterior, sob a luz da linguística enunciativa.

- c) **Caracteres distintivos:** características que distinguem as pessoas pelos traços incomuns e anormais, sendo facilmente perceptíveis para qualquer observador, a exemplo de sinais, cicatrizes, deformidades, musculatura.
- d) **Indumentária:** tipo de vestimenta que a pessoa está usando
- e) **Dados de qualificação:** dados pessoais que não são visíveis no físico do indivíduo, necessitando-se, na maioria das vezes, de uma investigação para serem conhecidos. São eles o nome completo, filiação, estado civil, domicílio, número da carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF.

2.4.2.3 Operações com Rádio

O trabalho de monitoramento via câmeras de segurança na identificação de uma situação de risco já é, por si só, de singular dificuldade em que, como vimos, os agentes precisam se valer das mais variadas técnicas para a execução de sua atividade e confiar nas suas habilidades particulares, cognitivas, emocionais, físicas e éticas. Na atividade de monitoramento, como os agentes se encontram em uma Central, apenas observando os locais em que sucede determinada ocorrência, e, portanto, impedidos de eles próprios intervirem, é necessário que mobilizem colegas, agentes de rua, para que o façam.

Essa ação de mobilização da força policial de rua se faz via rádio, momento em que se precisam, novamente, acionar conhecimentos técnicos, em especial, relativos ao manuseio dos aparelhos e, logicamente, da terminologia específica do rádio. A comunicação de voz via rádio é, portanto, o elemento essencial para as ações da polícia, que tem como propriedades principais uma extensa área de cobertura, de modo a alcançar os demais integrantes, informando todos os chamados de emergência e de todos os fatos criminosos que demandem a intervenção imediata de polícia ostensiva.

Essa comunicação policial é privativa e somente podem fazer uso das mensagens de voz os agentes em serviço. Todas as suas chamadas são em grupo, com obediência a princípios de superioridade numérica e ações rápidas e coordenadas. Para isso, os equipamentos devem funcionar de modo que o policial não dependa de discagem ou chamadas selecionadas, características estas presentes em rádios transceptores, equipamento utilizado por todas as polícias do Brasil e por maior parte das polícias do mundo. Além de

³ REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006, p. 38 – 40.

caráter privativo, essa comunicação também precisa ser bastante rápida, objetiva e, conforme afirmam no meio policial, “sem ruídos”. Dessa forma, carece de terminologia específica.

Expostas algumas peculiaridades da atividade policial, especialmente a de monitoramento, voltemos nossos olhares, agora, para o grupo específico que constituirá o público alvo de nosso estudo: os agentes de segurança pública envolvidos com o Sistema Integrado de Monitoramento da cidade de São Leopoldo/RS.

O quadro OMD exposto anteriormente, a exemplo da compreensão da Cadeia do Delito e do domínio das operações de rádio, constitui um conhecimento técnico-teórico que pode ser aproveitado na atividade dos agentes que monitoram as câmeras de segurança na constante busca por possíveis situações de risco. Não se trata, portanto, de uma técnica específica para a atividade, mas um quadro de conhecimento “aproveitáveis” para a prática profissional.

2.5 O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO (SIM) DE SÃO LEOPOLDO/RS

2.5.1 Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Os índices de criminalidade e a insegurança gerada nos grandes centros certamente estão hoje entre as maiores preocupações dos brasileiros. Diante desse cenário, investir no combate ao crime tornou-se um desafio para as administrações públicas. Recentemente idealizado pelo Ministério da Justiça, o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – é uma importante iniciativa no combate à criminalidade em nosso país. Muito mais do que articular políticas de segurança com ações sociais, o projeto prioriza a prevenção da violência e busca atingir as suas causas, sem, claro, abdicar da repressão, ou seja, das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Em um primeiro momento, são atendidas pelo Programa as 11 regiões metropolitanas que apresentam os maiores índices de criminalidade do país (entre elas, a região metropolitana de Porto Alegre). O PRONASCI tem como objetivos, entre outros, modernizar o sistema de segurança pública, valorizar seus profissionais e restaurar o sistema prisional; ressocializar jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional;

enfrentar a corrupção policial e o crime organizado e promover os direitos humanos, considerando as questões étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual e diversidade cultural.

Para alcançar essas metas, o Ministério da Justiça estipulou 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade. A execução do PRONASCI, então, dá-se por meio de mobilizações policiais e comunitárias. A articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança – Polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Secretaria de Segurança Pública – se dá pelos assim denominados Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM). O PRONASCI é coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal e, regionalmente, é dirigido por uma equipe que atua junto aos GGIM e trata da implementação das ações nos municípios.

2.5.2 A Central de Monitoramento do SIM

A cidade de São Leopoldo possui um GGIM constituído e, assim, está apto a apresentar projetos ao PRONASCI, com o intuito de ter acesso às verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública. No ano de 2007, a Prefeitura de São Leopoldo, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SEMUSP), assinou um convênio com o Programa para garantir a manutenção de medidas no combate à violência. Entre elas, a implementação, em 11 de fevereiro de 2008, de 27 câmeras de segurança no espaço urbano da cidade e a estruturação de uma Central de Monitoramento, cujas metas visavam à redução dos furtos e roubos de veículos, bem como à prevenção de ações criminosas de qualquer gênero.

O nome “Sistema Integrado de Monitoramento” denuncia a lógica de funcionamento do SIM. O nome “Integrado” parte da intenção de articular as ações entre as diferentes forças de segurança – Polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. Dependendo da natureza situacional identificada pelos agentes que atuam na Central de Monitoramento, uma específica ou mais forças são mobilizadas. Na Central de Monitoramento do SIM, sempre há equipes em atuação, alternando-se em diferentes turnos de trabalho. Em todos os horários do dia, há quatro agentes da Guarda Municipal de São Leopoldo e um agente da Polícia Militar em atividade. Como os Guardas Municipais alternam-se em turnos de 8 horas de trabalho por 16 de folga e os Policiais Militares em 8 por 16, a rotatividade de pessoas é bastante grande e a constituição dos grupos de trabalho bastante variada durante o dia, sempre respeitando, no entanto, a presença de três Guardas Municipais e um Policial Militar.

Qualquer sistema de monitoramento por câmeras de segurança pode ser composto por câmeras analógicas ou digitais, e sua forma de funcionamento, em ambos os casos, varia bastante. No caso específico do Sistema Integrado de Monitoramento da cidade de São Leopoldo/RS, as 27 câmeras constituem um sistema digital, em que as imagens, o controle de câmeras e o armazenamento de conteúdo são feitos por meio de um *software* específico, instalado em um computador com grande capacidade de processamento e gerenciamento de dados. Isso permite, por exemplo, o controle de diversos locais ao mesmo tempo, cada um em diversos ângulos, pois, mesmo que também sejam fixadas em pontos considerados estratégicos, em muitos casos, as câmeras são rotativas, podendo girar até 360 graus, e munidas da ferramenta *zoom*, que permite um alcance de mais de 250 metros com nitidez de imagem. Todas as funcionalidades acima descritas podem ser acionadas através do manuseio de controles (*Joysticks*, a exemplo dos utilizados em *vídeo games*) ou teclados comuns de computador.

As 27 câmeras de segurança instaladas pela cidade capturam as imagens e as transmitem, via circuito fechado de televisão, em que são replicadas, em tempo real, em cinco monitores. Os agentes, sentados em frente às telas, acompanham a movimentação de pessoas e veículos. Além dos cinco monitores, há uma tela de 42 polegadas instalada à vista de todos, acima dos monitores, na parede da sala. Quando julgar necessário, qualquer um dos agentes pode reproduzir a imagem de uma das 27 câmeras na grande tela, de modo que todos possam acompanhar em conjunto. Nas imagens abaixo, podem-se visualizar a localização das câmeras e da Central de Monitoramento na cidade de São Leopoldo, bem como a disposição dos monitores e agentes na Central.



Figura 4: Disposição dos Agentes e Monitores na Central de Monitoramento do SIM – São Leopoldo/RS
Fonte: Arquivo pessoal autor

Constatando a necessidade de qualquer que seja a intervenção de uma equipe externa em determinada situação, as coordenadas são passadas pelos agentes da Central via rádio. Para a realização dessa tarefa, a terminologia utilizada para indicação da natureza do fato é a seguinte:

CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA	
CÓDIGO 001 – CRIMES	
GRUPO 100	GRUPO 300
111 - Homicídio	311 - Estupro
112 - Tentativa de Homicídio	312 - Atentado ao Pudor
113 - Aborto	321 - Sedução
120 - Lesões Corporais	322 - Corrupção de Menores
131 - Omissão de Socorro	330 - Rapto
132 - Maus-Tratos	341 - Prostituição
133 - Rixa	342 - Rufianismo
141 - Calúnia	343 - Tráfico de Mulheres
142 - Difamação	350 - Ultraje Público ao Pudor
143 - Injúria	GRUPO 400
151 - Ameaça	411 - Peculato
152 - Sequestro e Cárcere Privado	412 - Corrupção
160 - Violação de Domicílio	421 - Usurpação
170 - Violação de Correspondência	422 - Resistência
GRUPO 200	423 - Desobediência
210 - Furto	424 - Desacato
211 - Furto Qualificado	425 - Contrabando
212 - Furto de Auto	GRUPO 500
213 - Furto em Coletivo	511 - Incêndio

214 - Furto em Estabelecimento Comercial	512 - Inundação
215 - Furto em Estabelecimento Financeiro	513 - Entorpecente (Posse e Uso)
216 - Furto em Estabelecimento de Ensino	520 - Contra o Sentimento Religioso
217 - Furto em Residência	530 - Contra a Família
218 - Furto de Auto Carga	540 - Contra a Organização do Trabalho
219 - Roubo	550 - Contra a Propriedade Material
220 - Roubo de Auto Carga	560 - Contra a Paz Pública
221 - Roubo de Auto	571 - Falsidade Documental
222 - Roubo em Coletivo	572 - Falsidade Ideológica
223 - Roubo em Estabelecimento comercial	580 - Contra a Economia Popular
224 - Roubo em Estabelecimento Financeiro	
225 - Roubo em Estabelecimento de Ensino	
226 - Roubo em Residência	
227 - Extorsão	
230 - Esurpação	
240 - Dano	
250 - Apropriação Indébita	
260 - Estelionato e Fraude	
270 - Receptação	

CÓDIGO 002 - CONTRAÇÕES GRUPO 600	CÓDIGO 004 - ASSISTENCIAIS GRUPO 800
601 - Fabricar Armas e Munições	800 - Auxílio ao Policial Militar
602 - Porte Ilegal de Arma	810 - Auxílio ao CBERJ
603 - Vias de Fato	820 - Auxílio ao DER/RJ
611 - Fabricar Instrumento para Furto	830 - Auxílio à Justiça
621 - Disparo de Arma de Fogo	840 - Auxílio à Autoridade Policial
631 - Conduta Inconveniente	851 - Condução de Alienado Mental
632 - Perturbação do Trabalho ou Sossego	852 - Condução de Enfermo
641 - Corrida de Cavalos	853 - Mal Súbito
642 - Carreado	854 - Parturiente
643 - Jogo de Bicho	855 - Menor Abandonado
644 - Vadiagem	856 - Apreensão Animais
645 - Mendicância	857 - Esporte em Via Pública
646 - Embriaguez	CÓDIGO 005 - DIVERSAS GRUPO 900
650 - Referentes à Fé Pública	901 - Elementos Suspeitos
660 - Referentes à Organização do Trabalho	902 - Apreensão de Arma Branca
670 - Referentes à Administração Pública	903 - Apreensão de Arma de Fogo
CÓDIGO 003 - TRÂNSITO GRUPO 700	904 - Apreensão de Material
701 - Auto Abandonado	905 - Apreensão de Tóxico
702 - Auto Furtado	906 - PM Ferido em Ação
703 - Auto Roubado	907 - PM Morto em Ação
704 - Auto Recuperado	911 - Endereço não Localizado
705 - Recuperação de Auto Carga	912 - Nada Constatado
706 - Recuperação de Carga	920 - Encerradas no Local
711 - Colisão com Vítima	930 - Suicídio
712 - Capotamento com Vítima	931 - Tentativa de Suicídio
713 - Tombamento com Vítima	932 - Encontro de Cadáver
714 - Atropelamento	933 - Fuga de Preso
721 - Colisão sem Vítima	934 - Encaminhamento de Menor Infrator
722 - Capotamento sem Vítima	935 - Ocorrência com militar
723 - Tombamento sem Vítima	936 - Ocorrência com o Policial Militar
730 - Apreensão / Retenção de Veículo	937 - Terrorismo

740 - Menor ao Volante	938 - Tumulto
------------------------	---------------

Tabela 1: Códigos das Ocorrências Policiais para comunicação via rádio

Fonte: Guarda Municipal São Leopoldo

Como se pode perceber, a variedade de delitos/ ocorrências possíveis com as quais os agentes podem se deparar é enorme. Logicamente, a exemplo do que se expõe nesse capítulo, o sucesso maior de uma ação é conseguir prever o delito e intervir. Porém, dada a dificuldade em antever essas situações, a atividade exige, em muitos casos, ações posteriores a um crime. Flagrado o delito, apesar de ter “falhado” a ação de prevenção e já ter sido causado o dano ao(s) cidadão(s), parte-se para a captura do(s) autor(es), a remediação.

Tanto na ação de previsão do delito quanto na remediação, é necessário que os agentes da Central de Monitoramento sejam eficientes na transmissão da informação aos colegas interceptadores. Nessa ação, informar o *status* (se já consumado ou não), a natureza, o local, o ambiente e os protagonistas do delito sempre são procedimentos adotados. Os agentes de rua, por sua vez, orientados pelos colegas da Central de Monitoramento, adotam as técnicas de perseguição ou abordagem que julgarem pertinentes. Não há, nesse processo, qualquer ingerência por parte da Central de Monitoramento.

No que diz respeito à indicação do local, do ambiente e dos protagonistas do delito não existe terminologia específica. Para relatar o local em que se desenha determinada situação, a comunicação se dá na maneira utilizada por qualquer cidadão, na citação de nomes de rua, pontos de referência (como estabelecimentos comerciais e bancários) e até mesmo o número da câmera de segurança que captou as imagens ou próxima da qual ocorre/ ocorreu determinado evento, conforme imagem 3. Quanto aos protagonistas, segue-se, em partes, o que prescreve a técnica OMD, descrita anteriormente, em especial os aspectos relativos à Descrição.

Para finalizar, convém destacar que cada um dos agentes envolvidos com a Central de Monitoramento participou de um curso de capacitação, realizado no início de 2008 pela Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo (SEMUSP), em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). No curso, os agentes participaram de 40h teóricas, trabalhando temas como “Percepção profissional” – incluindo OMD e Cadeia do Delito – “Legislação sobre salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais” e “Legislação sobre privacidade e garantias fundamentais dos

cidadãos”. Na sequência, o curso ainda contou com 40h práticas, quando os policiais tiveram o primeiro e efetivo contato com os equipamentos de vigilância do SIM.

Desde a implementação do Sistema Integrado de Monitoramento na cidade de São Leopoldo, em fevereiro de 2008, houve, sem dúvidas, uma redução no índice de delitos registrados pela polícia nas áreas específicas em que as câmeras estão instaladas. Isso não significa, no entanto, que os índices gerais de violência na cidade tenham diminuído. As 27 câmeras que compõem o SIM estão estrategicamente instaladas em locais considerados prioritários, por apresentarem um histórico de violência ou por constituírem, como vimos anteriormente, um “clima” favorável à ocorrência de delitos. Conforme a própria Secretaria de Segurança Pública do município, a redução da criminalidade nas áreas de abrangência do SIM é fato, mas há de se considerar que os crimes podem ter migrado para outros pontos, fora do alcance das câmeras. Tudo isso, pois, carece de estudos.

Em nosso trabalho, no entanto, interessam justamente as áreas cobertas pelas câmeras, o que elas têm flagrado, os horários e dias da semana em que ocorre a maioria dos delitos. A partir desses dados, são elaborados os procedimentos de coleta do material de investigação, que preveem o registro em vídeo das ações e conversas entre os agentes que realizam o monitoramento, nos dias (dois / três por semana) e nos horários (período de três / quatro horas) que apresentam os maiores índices de ocorrências, ou seja, em que a probabilidade de vê-los em ação é maior.

3 BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

3.1 LÍNGUÍSTICA DA ENUNCIACÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Considerando a realização deste estudo sob a luz de diferentes teorias que têm o discurso como objeto de investigação, propõe-se, neste item, tecer um breve comentário sobre o campo da linguística, que permita compreender por que razões encontram-se tantas regiões, áreas, caminhos ou limites para que nos desloquemos pela “floresta” linguagem, conforme analogia de Borges Neto (2004, p.19).

Nesse intento, *a priori*, considera-se o desafio dos linguistas frente à pluralidade de teorias existentes e se lança um olhar sobre os modos de organização dos estudos linguísticos historicamente realizados. Chega-se, finalmente, à abordagem enunciativa da linguagem, quando se expõem, de forma sucinta, alguns princípios formulados por Émile Benveniste (PLG I⁴ e PLG II⁵), que elegemos como fundamento de nosso estudo.

3.1.1 O Linguista frente à Pluralidade de Teorias

A definição da Linguística como o estudo científico da linguagem verbal humana parece ser pacificamente aceitável e não despertar maiores controvérsias. No entanto, trata-se de definição pouco esclarecedora, tendo em vista a multiplicidade de sentidos em que o termo linguagem pode ser tomado e as diferentes concepções de ciência existentes. Não há dúvidas de que o objeto de estudo da linguística seja a linguagem. Mas afinal, o que é linguagem? E o que significa estudá-la cientificamente?

A definição de linguagem é necessariamente marcada pelas suposições que acompanham o pesquisador e, conseqüentemente, a sua teoria. O objeto eleito é encarado de

⁴ *Problemas de Linguística Geral I*, publicado na França em 1966. A edição consultada neste trabalho é de 1988.

⁵ *Problemas de Linguística Geral II*, publicado na França em 1974. A edição consultada neste trabalho é de 1989.

modo bem particular e parcial, orientado por pressupostos teóricos previamente estabelecidos. Borges Neto corrobora essa ideia, afirmando que

Como linguistas, estamos sempre buscando novidades nos fenômenos ou nos modos de abordar os fenômenos. Boa parte da graça em nos engajarmos num empreendimento complexo como o estudo da linguagem está na possibilidade de descobrirmos fatos novos, de reanalisarmos fatos velhos, de virarmos de ponta cabeça análises bem estabelecidas, de estabelecermos novas relações entre fatos. Cada linguista, individualmente, vive essas experiências em seu trabalho. Cada linguista já deve ter-se defrontado com situações em que é preciso ignorar o que já foi dito e ousar, abrir caminhos, redizer em outras bases o que já foi dito ou até mesmo ficar sem ter o que dizer. (2004, p.7)

O autor sugere que todas essas possibilidades de abordagem da linguagem, as diversas perguntas possíveis de se fazer com relação à realidade e os diferentes recortes que cada pesquisador tem direito de fazer no seu objeto, tornam a Linguística uma ciência, sobretudo, complexa, dinâmica e rica.

Para que possamos entender melhor nosso objeto de pesquisa e, conseqüentemente, a ciência da linguagem a que nos filiamos, nada mais adequado do que realizar um passeio pela história dos estudos que se abrigam no terreno da linguística. Poder-se-á averiguar, além das convergências ou divergências entre concepções, as influências que cada uma delas exerce sobre a teoria de diferentes estudiosos. Trata-se de um jogo de inovações e (re)visitas a estudos clássicos que precisa ser compreendido a fim de nos oportunizar condições para reflexão crítica sobre as principais abordagens teóricas desenvolvidas no âmbito da ciência linguística.

Nesse jogo, o grande desafio, segundo Faraco, é de construir pontes entre as diversas teorias. E nesse processo, afirma,

[...] temos de evitar, em primeiro lugar qualquer atitude de sectarismo teórico. Temos de, pelo menos, prestar atenção ao que dizem as teorias diferentes daquela que nos atrai mais diretamente; estamos postos diante dos desafios de testar a capacidade de nossas teorias de responder também a questões postas pelas outras; ou de problematizar essas questões; ou de problematizar as nossas questões à luz dessas outras; ou ainda de refletir sobre até que ponto as nossas questões e as alheias são, de fato, cruciais. (2005, p. 214)

Em suma, é importante que não se ignorem ou recusem as teorias concorrentes, mas que as ouçamos e analisemos criticamente, em interlocução com o nosso próprio quadro teórico. Isso porque, segundo Borges Neto (2004, p. 28-29), as teorias são visões particulares do real, sempre parciais, pois o fenômeno linguagem, dada sua complexidade, não se deixa apreender por um só ponto de vista.

3.1.2 Modos de Organização dos Estudos sobre Linguagem

Os estudos sobre linguagem, desde o princípio, sugerem dois modos de organização: de um lado, o sistema formal (modo lógico-gramatical) e, de outro, o discurso / a enunciação (modo retórico). Benveniste assim refere essa oposição:

Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados por procedimentos rigorosos, separados por classes, combinados em estruturas e sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. (1988, p. 22)

O fato de existirem esses dois modos de estudo, no entanto, não significa que ambos sempre estiveram em mesmo nível de interesse e relevância entre os estudiosos que se propunham a pesquisar sobre o tema. Até o início deste século, é inegável a suprema hegemonia do modo lógico-gramatical sobre o retórico.

Historicamente, os estudos sobre a linguagem focalizam e manipulam incontáveis dados linguísticos, em especial, suas dimensões morfológica, sintática e fonético-fonológica. Trata-se de um grande exercício empírico, centrado em propriedades gramaticais das línguas, o que, inegavelmente, contribui para constituir a língua como um objeto autônomo, de existência própria. Ao tratarem a língua como objeto autônomo, os estudos realizados criaram, de acordo com Faraco (2001, p. 4),

dois blocos analíticos distintos e aparentemente irreconciliáveis, elaborados em resposta à mesma grande questão em torno da realidade da linguagem: por um lado, condições para o estabelecimento de uma tradição epistemologicamente muito produtiva e heurísticamente poderosa, com a elaboração de sucessivos quadros

analíticos de inegável beleza arquitetônica, que buscam modelizar a língua assim construída.

Por outro lado, ainda segundo o autor, essa abordagem reitera a eliminação do sujeito e do vivido de seu espaço teórico, expulsando do palco os atores e construindo uma língua sem falantes.

De outra parte, figuram os estudos sobre a enunciação/interação, que apresentam a linguagem como um fenômeno extremamente complexo, que não pode ser dissociado das atividades humanas, nem do meio social em que é usado, tampouco dos processos psicológicos individuais de cada falante. Assim sendo, os estudos sobre a linguagem envolvem uma diversidade de problemas que suscitam a análise de outras ciências, como, por exemplo, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia.

O foco das atenções nesses estudos linguísticos volta-se às práticas discursivas (integridade concreta e viva na boca dos falantes da língua) e não à língua como um objeto obtido por meio da abstração radical da vida concreta do discurso (olhar tradicional da linguística). É justamente para esse contexto enunciativo que pretendemos voltar os nossos olhares neste estudo.

O que apresentamos acima é a organização do espaço da linguística proposta por Faraco (2001). Entretanto, esse não é o único modo de conceber essa organização. Wilson (2009, p. 87) observa duas tendências nos estudos linguísticos, desde o aparecimento do *Curso de Linguística Geral* (CLG) de Ferdinand de Saussure: uma voltada para o estudo da língua como sistema, independente do uso (tendência formalista, que inclui o estruturalismo e o gerativismo); outra que segue na direção de um paradigma funcional, atento à observação da língua em situações reais de comunicação.

A grande questão que divide a linguística pode ser localizada no modo como se concebe a relação da linguagem com a “exterioridade”. As perspectivas consideradas formalistas pautam-se por uma espécie de “ideal de homogeneidade”⁶, preocupando-se em delimitar seu território como autônomo em relação ao que Saussure chamou de “ciências conexas” (Psicologia, Antropologia etc.).

No entanto, há quem veja como indissociável a relação entre linguagem e exterioridade, defendendo a idéia de que é preciso instituir uma “outra linguística”, capaz de tratar questões

⁶ A esse respeito, remeto a Teixeira (2000).

tidas pelos formalistas como “exorbitantes” em relação à ordem estritamente linguística. Nesse segundo grupo, incluem-se os estudos no âmbito do texto/discurso.

As teorias da enunciação, na interpretação de Teixeira (2000, 2004), representam uma terceira alternativa, pois, sem descartar a idéia de “ordem própria da língua”, abrem a possibilidade de contemplar o discurso.

Para Barthes (1988, p. 182), Benveniste

[...] funda uma linguística nova, que não existe em nenhum outro autor [...]: a linguagem da enunciação; a linguagem, e, portanto, o mundo inteiro, articula-se sobre essa forma: eu/tu.

A Linguística da Enunciação, assim denominada por Flores e Teixeira (2005), compreende várias teorias que, embora tenham suas especificidades e tenham surgido em diferentes momentos, possuem certo número de características comuns. Pode-se afirmar que as teorias incluídas nesse conjunto (a citar: Benveniste, Ducrot, Bakhtin, Authier-Revuz, entre outras), modificam e, por vezes, contrariam conceitos estruturalistas, mas, sobretudo, apresentam uma reconstrução do pensamento de Saussure em torno da suposta oposição língua e fala, para situá-la em outros termos. Para que essa afirmação resulte mais clara, necessário se faz recuperar, ainda que sucintamente, aspectos da teoria saussuriana.

3.1.3 Linguagem, Língua e Fala em Saussure

Os conceitos de *língua* e *fala*, os dois aspectos que fundamentam e definem a linguagem na teoria saussuriana, foram produtivos, embora tenham sido reinterpretados, modificados, alargados por vários estudiosos. Na teoria saussuriana (consideramos aqui a versão apresentada no *Curso de Linguística Geral – CLG*)⁷ há uma importante distinção entre *objeto* e *matéria* da linguística (cf. capítulos II e III da Introdução do CLG).

⁷ Estamos cientes de que o CLG não é a publicação parcial ou integral dos manuscritos de Saussure, mas uma “reconstrução, uma síntese da doutrina saussuriana” (HAAG & TEIXEIRA, 2008) por parte de seus alunos, que não publicaram em bruto todas as anotações, nem seguiram a ordem dos cursos.

A matéria, de acordo com Saussure, é o dado empírico, que compreende fatos fisiológicos, psíquicos, sociológicos, instituídos por uma coletividade. Os fenômenos que constituem a matéria da linguística são muito diversos, o que torna impossível a construção de uma ciência, pois, ao se escolher um aspecto, o linguista corre o risco, ou de ser parcial, ou de deformar a realidade, compartimentando-a, isolando fenômenos que talvez não pudessem ser entendidos separadamente.

Se a matéria da linguística é constituída por todas as manifestações da linguagem, seu objeto é obtido a partir de um corte epistemológico determinado pelo ponto de vista do linguista.

Saussure parte da constatação de que a linguagem é um “aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” que, além de poder ser analisado linguisticamente de diferentes ângulos, está “a cavaleiro de diferentes domínios” (CLG, 2000, p.16), tais como a Psicologia, a Antropologia, a Gramática Normativa, a Filologia etc. A percepção de que a linguagem é “um todo multiforme” aliada à preocupação em construir os princípios da ciência linguística – que necessitava definir um objeto único e autônomo para análise – fizeram com que o conceito de *língua* se tornasse o ponto de partida das reflexões saussurianas contidas no CLG.

Vários argumentos apoiam, no CLG, esse ponto de vista de criação do objeto da linguística: a *língua* tem definição autônoma, é vista como sistema, é norma para todas as manifestações da linguagem, portanto, pode ser estudada cientificamente. A língua é só uma parte da linguagem, é seu produto social e, como tal, é compartilhada pela comunidade de fala por meio de um contrato que se estabelece entre seus membros; é o “produto que o indivíduo registra passivamente” (CLG, 2000, p.220) por aprendizagem, é de natureza concreta.

A *fala* – o outro aspecto da linguagem – é a utilização da *língua*, sua parte individual, de caráter criador e livre. É o acessório, o acidental da linguagem. Assim sendo, a *fala* não pode ser o objeto da Linguística da língua, que deve se ocupar do estável e do geral.⁸

A *língua* pode ser estudada separadamente, mas *língua* e *fala* são estreitamente relacionadas: a *língua* é necessária para a *fala* inteligível, e a *fala* é necessária para o estudo da *língua*.

⁸ Sempre é válido lembrar que Saussure não descarta a fala como objeto, apenas destaca a necessidade de uma linguística da fala para dela se ocupar (cf. CLG, 2000, p. 26-28).

Conforme Barbisan e Flores (2009, p.17), ao lermos o capítulo “Objeto da Linguística” da Introdução do CLG, observamos que a distinção entre *língua* e *fala* apresenta propósitos bem definidos:

1) o de mostrar sua intenção de fundar a ciência da linguagem; 2) o de enfatizar a necessidade de definição de um objeto único e classificável para essa ciência; 3) o de defender sua tese de que esse objeto é criado a partir de um ponto de vista; 4) o de demonstrar, apoiado em vários argumentos, que esse objeto só pode ser a *língua* como é por ele entendida.

Através das relações entre *língua* e *fala* Saussure também se ocupa da relação entre o campo da linguística e o da exterioridade. No capítulo que trata da “Linguística da língua e linguística da fala”, o estudioso afirma que

Com outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística. [...] Todos os outros elementos da linguagem, que constituem a fala, vêm por si mesmos subordinar-se a esta primeira ciência e é graças a tal subordinação que todas as partes da Linguística encontram seu lugar natural. (CLG, 2000, p. 26).

Para ele,

[...] a língua pode ser comparada a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade (CLG, 2000, p. 26).

Saussure considera, então, que a atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente têm lugar na linguística pela relação que mantêm com a língua. Por isso, o estudo da linguagem é dividido em duas partes: a primeira, cujo objeto é a língua; a segunda, cujo objeto é a parte individual, a fala. Conforme Saussure, “Cumprir escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente” (CLG, 2000, p. 28).

Desse prisma, continua Saussure, a definição de *língua* implica a eliminação de tudo o que seja estranho ao sistema, ou seja, tudo o que pertence ao que ele chamará, no capítulo seguinte, “Elementos internos e elementos externos da língua”, de a *linguística externa*.

Saussure, de um lado, com a determinação da *língua* como objeto da linguística, estabelece um objeto tangível e regular; de outro lado, não desconhece que a *fala*, ou aquilo que não cabe na definição de *língua*, problematiza a regularidade do objeto construído. Ao se ocupar da relação entre o campo da linguística e o da exterioridade, Saussure sugere a escolha ou do caminho da *língua*, ou do caminho da *fala*. O fato de ter se inclinado para o primeiro, não significa dizer que minimiza o segundo.

Saussure realmente não aprofunda seus estudos sobre a fala e muitas são as críticas feitas a ele em função disso. Considerá-la, desenhá-la como possível objeto de estudo na linguagem é, no entanto, já uma grande contribuição. Não à toa lhe é atribuído o lugar de fundador da Linguística Moderna e, assim, tomado, até hoje, como base de muitos estudos sobre a linguagem.

3.1.4 O Campo da Enunciação

Estudos de diferentes teorias que têm o discurso como objeto de investigação, enfocando dimensões interacionais da linguagem sob ponto de vista da enunciação e da fala em interação trazem para o cenário das preocupações linguísticas o uso da linguagem. É nesse conjunto que se insere a Linguística da Enunciação, tendo como particularidade o interesse pelos mecanismos de produção do sentido, a partir da tomada em consideração do elemento subjetivo como parte essencial da descrição. A noção de subjetividade aí presente possibilita uma nova forma de pensar o trinômio linguagem/língua/fala.

Por ser um campo essencialmente heterogêneo, a enunciação, e, por consequência, as teorias da enunciação, apresentam várias correntes que tratam do tema e que compõem a já mencionada *Linguística da Enunciação*. Apesar da diversidade de contribuições teóricas e da existência de um corpo de doutrina comum, impensável falar em teoria da enunciação sem mencionar Émile Benveniste.

Benveniste, cujos estudos remontam os anos 1950 e 1960, é comumente apresentado como o “pai” da Linguística da Enunciação. No entanto, o interesse pelos problemas enunciativos é anterior. Paveau e Sarfati (2006, p. 175) destacam a importância de Charles Bally e Mikhail Bakhtin para a emergência da teorização em torno da “problemática enunciativa”.

A título de ilustração, vale lembrar, em relação a Bakhtin, e também a Volochinov, a visão de linguagem como prática social que tem na língua sua realidade material, preconizada por ambos. Particularmente *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1981), obra hoje atribuída quase que consensualmente a Volochinov⁹, defende que se ultrapasse o paradigma estruturalista como forma de estudar a língua, propondo sua substituição por uma perspectiva que tome a enunciação como objeto de estudo. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (1997, p. 181) argumenta em torno da insuficiência da linguística para o tratamento da “língua em sua integridade concreta e viva”, anunciando a *metalinguística*, área que se interessará pelos aspectos abstraídos da linguística. Para o autor, as duas perspectivas devem “complementar-se mutuamente e não fundir-se”, uma vez que estudam um mesmo fenômeno concreto, a linguagem, embora sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão.

Neste trabalho, restringimos a Benveniste as discussões a respeito da Linguística da Enunciação. Isso porque consideramos válido o que propõem Flores et al (2009, p. 21): a linguística da enunciação é “um campo constituído por diferentes teorias semânticas da enunciação – e isso é um fator unificador -, por outro lado, não se pode tomá-las em bloco”, pois os autores apresentam especificidades no modo de conceber o sentido. Acrescentaríamos que o universo de cada teoria da enunciação é bastante complexo e qualquer tentativa de aproximá-las requer cuidado especial para que não se percam suas sutilezas. Finalmente, consideramos que a teoria benvenistiana traz elementos suficientes para, em diálogo com a ergologia, fornecer as bases ao estudo aqui desenvolvido.

⁹ Sabemos que entre os anos 1919 e 1929, Bakhtin se reuniu regularmente com um grupo de intelectuais de diversas formações e atuações profissionais, mais tarde, designado como Círculo de Bakhtin, de que faziam parte V. N. Volochínov e P. N. Medvedev. Em razão disso, pairam dúvidas sobre a autoria de alguns textos publicados durante esse período: *O discurso na vida e o discurso na arte* (1926), *Freudismo* (1927) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929); *O método formal nos estudos literários* (1928). Para uma discussão a esse respeito, remetemos a VASILEV, N. L. A história da questão sobre a autoria dos “textos disputados” em estudos russos sobre Bakhtin (M. M. Bakhtin e seus co-autores). In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2006, p. 290-304.

3.2 LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE ÉMILE BENVENISTE

Neste item, fazemos uma breve incursão pela teoria de Benveniste, restringindo-a aos conceitos indispensáveis para o desenvolvimento do estudo aqui proposto. Interessa-nos, particularmente, sua definição de linguagem, indissociável da subjetividade, pois é nesse ponto que vemos a possibilidade de aproximação com a visão de Schwartz sobre a atividade de trabalho. Além disso, buscamos definir o alcance metodológico da noção benvenistiana de enunciação para aplicação na análise de nosso objeto de investigação: interlocuções levadas a efeito na atividade de trabalho de policiais que atuam em Sistema Integrado de Monitoramento. Acreditamos que os usos particulares da língua, na atividade de trabalho, podem apontar para a intervenção da singularidade que, segundo Schwartz, aí inevitavelmente ocorre.

3.2.1 Concepção de linguagem

A *linguagem*, segundo Benveniste, não pode ser entendida como um simples instrumento de comunicação. É célebre a contestação feita por ele (1988, p. 284-285), no início de *Da subjetividade na linguagem*, de que “falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza” (1988, p. 285). Na tentativa de fundamentar seu ponto de vista, o autor deixa entrever que esse termo tem, em seu universo, um sentido diferente do que costumeiramente circula. Ao menos nesse texto, a linguagem é apresentada como condição da existência do homem, pois “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a”, o que atesta que ela “está na sua natureza”.

Um outro aspecto a se destacar, nesse texto, é que Benveniste considera a linguagem como constitutiva do homem, e sob a condição da intersubjetividade, pois ele lembra que o que encontramos no mundo não é o “homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”.

É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2008, p. 285).

Como se pode perceber, a linguagem é, para ele, constitutiva do homem na justa medida em que a intersubjetividade lhe é inerente, sem o que não se poderia encontrar “um homem falando com outro homem”.

A Linguística da Enunciação acentua o interesse pelo discurso, entendido como a linguagem posta em ação, necessariamente entre parceiros (1988, p. 284). Conforme o estudioso,

como forma, a língua constitui uma estrutura, mas como funcionamento, a língua se transforma em discurso, que é o fenômeno temporal da troca, do estabelecimento do diálogo, é a manifestação interindividual da enunciação, é o seu produto (1988, p. 285).

Como vimos, a abordagem enunciativa de Benveniste necessariamente implica levar em conta o sujeito, afinal, é o efeito, sobre o sentido, das marcas de sua inscrição no enunciado que constituem o objeto dos estudos linguísticos sob esse viés. Ignorado nas abordagens estruturalista e gerativista, nessa perspectiva, o sujeito está no centro das discussões, sem que, no entanto, sejam desconsideradas as proposições estruturalistas anteriores sobre o signo linguístico.

Benveniste é herdeiro de Saussure e, embora, se considere que sua teoria represente um movimento de ultrapassagem em relação ao mestre, é preciso destacar que essa ultrapassagem apenas se dá quanto à consideração de que o signo possa ser um “princípio único, do qual dependeriam simultaneamente a estrutura e o funcionamento da linguagem” (BENVENISTE, 1989, p. 67). A distinção entre semiótico e semântico feita por ele é de grande fecundidade para os estudos linguísticos voltados para a significação. Essa distinção é apresentada em dois importantes textos do autor: *A forma e o sentido na linguagem*, de 1967 e *Semiologia da língua*, de 1969, ambos publicados em PLG II.

No primeiro texto, Benveniste destaca uma característica própria à linguagem: a de ser um sistema de signos (cf. Saussure) e outra coisa ao mesmo tempo, propondo que se ultrapasse Saussure no que diz respeito a ver a língua apenas como sistema significante (1989, p. 224).

Para Benveniste, Saussure, com sua noção de signo, abriu caminho para a descrição das unidades semióticas: elas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do

sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta como significante e como significado (1989, p. 225).

O significante é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo, identificável no interior e no uso da língua, na rede de relações e oposições (1989, p. 225). O significado é dado pelos que manuseiam a língua, já que é no uso que um signo tem existência; o que não é usado, não é signo; sem uso, o signo não existe (1989, p. 227).

Já a semântica, na visão de Benveniste, é o campo das conexões. A frase, sempre particular, é sua expressão. Enquanto o signo tem por parte integrante o significado (ser reconhecido) que lhe é inerente (dado pela relação com outros signos do sistema), o sentido da frase implica referência à situação do discurso e à atitude do locutor.

Para o linguista, o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, e a “referência” é o estado de coisas que a provoca, ou seja, a situação de discurso a que ela remete, que não pode ser prevista nem fixada. A partir da ideia, sempre singular, o locutor agencia palavras que, em cada emprego, tem um “sentido” particular.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste fornece subsídios para que consideremos signo e palavra como elementos portadores de forma e sentido e pertencentes a dimensões de significância distintos, isto é, ele afirma que dois sistemas se superpõem na língua tal como a utilizamos¹⁰: semiótico e semântico. Mas é em *Semiologia da língua* que o autor propriamente esclarece esse princípio da *dupla significância*, ou seja, para ele, a língua combina dois modos distintos de significação: o *semiótico* e o *semântico* (1989, p. 64).

O semiótico designa o modo de significação que é próprio do signo linguístico, no sentido saussuriano, e que o constitui como unidade, sendo da ordem do estável, do fixo. Todo estudo semiótico tratará de identificar as unidades, de descrever suas marcas distintivas e de descobrir os critérios dessa distintividade (1989, p. 65). Esse modo de significação corresponde ao nível em que cada signo é distintivo e significativo em relação aos demais. Desse ponto de vista não interessa a relação do signo com as coisas denotadas nem da língua com o mundo.

O segundo modo de significação, o *semântico*, resulta da atividade do locutor que coloca a língua em ação; é o modo específico de significância engendrado pelo discurso e nos introduz no domínio da língua enquanto produtora de mensagens. No processo de

¹⁰ Forma e sentido, noções gêmeas, concorrem para que a língua signifique mediante o trabalho dos sujeitos que põem em ação os mecanismos da língua (Lichtenberg, 2006, p. 36).

significação, enquanto os elementos constitutivos do primeiro modo (os signos) devem ser identificados, reconhecidos, os elementos do segundo (as palavras) devem ser compreendidos, interpretados.

A dupla dimensão da significância permite retomar, sob ângulo diferente, a dicotomia língua/fala atribuída a Saussure. A partir dessa formulação de Benveniste, a análise linguística não mais fica restrita ao fechamento no mundo dos signos, mas também não desconhece que a dimensão semiótica é uma propriedade da língua.

Concordando com Flores (2009, p. 182), pode-se dizer, então, que a teoria benvenistiana instaura um plano da linguagem que não se reduz nem à língua nem à fala, mas que constitui ambas.

Vale considerar ainda um outro ponto trazido por Flores (2009, p. 188) sobre a teoria de Benveniste: não há isomorfia entre forma e sentido. Isso porque a enunciação, entendida como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), converte a língua em discurso e, nesse processo, promove uma relação singular entre forma e sentido (FLORES, 2009, p. 188).

Em síntese, a enunciação, ato transformador da língua em discurso, se dá entre um locutor, que se apropria do aparelho formal da língua para se constituir como sujeito, e um alocutário, isto é, entre um *eu* e um *tu*, em um aqui-agora que lhes são particulares. Segundo Benveniste, “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (idem, 1989, p. 87).

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (idem, 1989, p.83-84).

Nesse processo, a significação intrassistêmica, que se estabelece mediante distinção, ganha uma forma específica, “uma semântica própria”, produzida na “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o eu e o outro mutuamente implicados” (DLE, 2009, p. 146).

As considerações acima apresentadas a respeito da *Linguística da Enunciação*, em que priorizamos a teoria de Benveniste, demonstram um empenho em lançar as bases de uma

forma de olhar a língua que, sem desconhecer sua “ordem própria”, tome a subjetividade como parte essencial da descrição linguística.

Necessário se faz ainda apresentar a distinção entre as noções de homem, locutor, pessoa, sujeito e subjetividade, essenciais a quem quer que empreenda uma caminhada pela teoria de Benveniste. Para orientar essa apresentação, além dos textos do autor, vamos nos valer de verbetes elaborados por estudiosos de sua obra para o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al, 2009) e de interpretações realizadas em Normand (1996) e Flores (2008).

3.2.2 Esclarecendo Noções Fundamentais

Vimos que, em *Da subjetividade na linguagem* (1988), Benveniste afirma a linguagem como indissociável da natureza do homem. Em outros textos o termo aparece nesse sentido antropológico, como atesta a passagem seguinte, retirada de *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*:

(...) não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade específica do ser humano.

Como se pode constatar, em Benveniste, a linguagem é intrínseca à espécie humana.

O termo locutor, por sua vez, designa “aquele que fala em uma dada circunstância de discurso”, marcando-se na língua toda vez que toma a palavra (DLE, 2009, p. 157-158). Na interpretação de Flores (2008), é a noção de locutor que permite formular a de sujeito e, por esta, a de subjetividade, como atesta a afirmação: “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (BENVENISTE, 1988, p. 286). Cabe ao locutor realizar a atualização da língua, o que implica dizer que é ele que articula as dimensões semiótica e semântica (FLORES, 2008).

E o sujeito? Trata-se de uma questão complexa em Benveniste. A julgar por três passagens de *Da subjetividade na linguagem*, não é nem homem nem locutor.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito* (1988, p. 286).

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito” (1988, p. 286).

É na instância de discurso no qual eu designa o locutor que este se enuncia como “sujeito” (1988, p. 288).

Estudiosos, como Normand e Flores, têm trazido contribuição no sentido de precisar o alcance do termo *sujeito* em Benveniste. Normand (1996) afirma que a teoria benvenistiana da enunciação implica o sujeito, mas não teoriza a esse respeito. A autora sugere que o termo, nessa teoria, não corresponde ao uso dele feito por áreas que, nos anos 1960, na França, tentaram juntar a psicanálise, o marxismo e a linguística¹¹ (1996, p. 145).

Complementando, Flores (2008) destaca que, de fato, Benveniste não teoriza sobre o sujeito em si, noção que diz respeito a campos como a filosofia e a psicanálise, mas, sim, sobre a representação que a enunciação dá do sujeito, através de pistas “apreensíveis” no enunciado.

Já a subjetividade é interpretada como a “passagem de locutor a sujeito” (DLE, 2009, p. 219), que se dá na e pela linguagem e se determina pelo *status* linguístico de pessoa.

A subjetividade é a passagem do locutor a sujeito e essa passagem se apresenta na língua através de marcas específicas que são do campo da categoria de pessoa (DLE, 2009, p. 219).

A subjetividade pode também ser compreendida como “fortemente relacionada à noção de enunciação e não mais às marcas linguísticas da passagem de locutor a sujeito” (DLE, 2009, p. 220). Voltaremos, no próximo item a essa questão, crucial para a operacionalização da análise que propomos.

Resta definir ainda a noção de *pessoa*. Vimos que a subjetividade é determinada pela pessoa e pelo seu *status* linguístico, ou seja, seu fundamento é linguístico, repousando na noção de pessoalidade, que Benveniste (1991b) se preocupa em definir. Nela se ancoram a espacialidade e a temporalidade.

¹¹ A autora refere-se à Análise do Discurso de orientação francesa, cujo fundador é Michel Pêcheux.

A categoria de pessoa existe em qualquer língua e, conseqüentemente, também a possibilidade da subjetividade na linguagem. De acordo com Benveniste (1991B, p. 287), a linguagem “é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntaríamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”.

O termo *pessoa*, então, designa a “categoria linguística que se constitui na e pela enunciação”. Essa noção implica reciprocidade: “*tu* é implícito ao dizer de *eu*” (DLE, 2009, p. 180). Mais uma vez, observa-se que a intersubjetividade é elemento-chave na teorização de Benveniste, ou seja, a condição de *eu* está na dependência da existência do outro (DLE, 2009, p. 146). De acordo com Benveniste (1991b, p. 288), “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*”. Para o autor, não há outra forma de o indivíduo legitimar sua subjetividade senão pelo testemunho dado por ele mesmo para um outro.

É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (BENVENISTE, 1991b, p. 287).

Na visão do autor (1991b), a língua comporta índices especiais, em seu interior, reveladores da subjetividade, que se encontram à disposição de todo locutor que deseje falar: pronomes, verbos, advérbios, adjetivos e até mesmo funções sintáticas. É à discussão desse aspecto que dedicamos o item a seguir.

3.2.3 As Marcas da Subjetividade

Conforme vimos, a subjetividade é percebida materialmente num enunciado através de algumas formas que a língua empresta ao locutor para enunciar-se como sujeito. As marcas mais evidentes da subjetividade são os pronomes, que, segundo Benveniste (1988, p. 288), “escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem”, uma vez que se referem “a algo de muito singular”, que só tem referência atual. O autor quer dizer que a categoria de pessoa *eu-tu* remete única e exclusivamente à instância de discurso que as contém, diferentemente do

que ocorre com *ele* (não-pessoa), remetido a algo ou alguém que está “fora da alocação” (BENVENISTE, 1988, p. 292).

[...] os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamamos de ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em forma de palavra pelo locutor (1991b, 277).

Levando em consideração que, de acordo com Benveniste, podemos denominar de “pessoa” apenas aqueles que são participantes ativos de um ato de enunciação, a noção de pessoalidade só pode ser carregada por *eu* e *tu*, ou seja, o pronome *ele* não é portador do *status* de “pessoa”.

Em relação ao pronome *nós*, Benveniste (1991b, p. 278) contraria a ideia de que ele corresponda ao plural de *eu*. Para o autor, a chamada primeira pessoa do plural representa a junção de *eu* e *não-eu*, visto que não se poderia pensar em um *eu* multiplicado, já que “Cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.”

Assim, a primeira categoria que define o quadro no qual Benveniste expõe a subjetividade é a dos pronomes pessoais *eu* e *tu*. Essas formas devem ser vistas, nas palavras de Benveniste, como formas linguísticas que indicam a “pessoa”. O *eu* remete ao “locutor” e só pode ser identificado na instância de discurso em que é proferido. Além disso, devemos observar que, embora o *tu* seja indispensável, na relação de interlocução, o *eu* é transcendente ao *tu*. Essa transcendência é temporal, não implicando hegemonia de *eu* sobre *tu*. De fato, é sempre *eu* que enuncia e implanta o *tu* diante de si, mas não se pode esquecer que essas posições são inversíveis, isto é, os lugares de *eu* e de *tu* são intercambiáveis nas trocas verbais.

O segundo grupo de marcas da subjetividade é constituído pelos dêiticos, elementos contextualizadores, que introduzem, na alocação, as referências extralinguísticas. Eles tanto nos permitem referenciar o discurso, simulando a existência linguística de um referente externo, como também apontam para a instância da enunciação e suas coordenadas espacial ou temporal. Os dêiticos, portanto, são expressões que realizam uma espécie de “ancoragem” da fala na realidade. Para entender a importância dessa “ancoragem”, convém imaginar, conforme exemplificação de Ilari (2001, p.24), a dificuldade que teríamos para entender de

quem partiu um pedido de socorro trazido pelo mar numa garrafa fechada, sem data, sem referência a lugares e assinado por um desconhecido.

Para Benveniste, os elementos dêiticos são principalmente os pronomes demonstrativos e os advérbios que “organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito” e que têm em comum “o traço de se definirem somente em relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia” (1991b, p. 288).

Benveniste (1988, p. 289) amplia ainda mais o domínio da subjetividade pela inclusão da temporalidade. Para ele, o presente se define como “o tempo em que se fala”, isto é, no presente há “coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve”.

O linguista (1991b, p.286) propõe ainda, no interior do sistema verbal, uma distinção entre o paradigma normal da conjugação do verbo e um paradigma específico de determinados verbos que, quando empregados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, não descrevem meramente uma ação, mas, na verdade, realizam-na.

Chegamos, assim, a uma outra categoria alinhada por Benveniste no quadro em que a subjetividade se marca: os verbos performativos. Esses verbos descritos pela linguística são verbos tais como “eu prometo”, “eu juro”, “eu (te) batizo”, “eu ordeno” etc, que, pelo simples fato de serem pronunciados, realizam a ação que nomeiam.

O que até aqui apresentamos diz respeito a um primeiro entendimento de subjetividade, aquele que a vê como resultado da passagem de locutor a sujeito, e que se determina pelos chamados indicadores de subjetividade. Tal leitura dessa noção, que pode ser chamada de indicial, circunscreve a subjetividade a certos mecanismos da língua.

No entanto, conforme apresentado no item anterior, a subjetividade tem um outro sentido em Benveniste, podendo ser vista em relação à noção de enunciação e, assim, ser estendida para a língua na sua totalidade. Essa possibilidade está colocada no texto de 1970, *O aparelho formal da enunciação* (1989, p. 81-90).

Nesse texto, Benveniste reafirma que a enunciação é responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência (1989, p. 86). Diz que é preciso distinguir: entidades que têm na língua um estatuto pleno e entidades que, emanando da enunciação, não existem senão na relação de “indivíduos” que a enunciação cria em relação ao “aqui/agora” do locutor.

Além disso, ele acrescenta que a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas¹² (1989, p. 86): interrogação, intimação, asserção, referindo-se também às modalidades formais, onde se incluem termos como *talvez*, *certamente*, *provavelmente*, que suspendem a asserção do sujeito enunciante e, por isso, se ligam à enunciação.

Ao afirmar que tanto os termos vazios e plenos como as formas que exercem função gramatical na língua só têm sentido na enunciação, Benveniste estende o dispositivo enunciativo a toda a língua. Não apenas os índices específicos emanam da enunciação, mas também os termos estáveis e a própria sintaxe (CARDOSO, 2010, p. 64).

Desse modo, para entender como o sujeito se constitui e constrói sentido na linguagem, em um estudo como este, que toma por base a teoria da enunciação de Benveniste, podemos partir da observação e análise da categoria de pessoa, da categoria de tempo e de espaço, sendo que a primeira é o parâmetro para as demais, lembrando que, quando fazemos um estudo enunciativo, o objetivo não é analisar o sujeito em si mesmo, mas as suas marcas na enunciação. No entanto, é preciso ir além, pois, se a análise enunciativa tenta captar a ideia, a cada vez singular, que o locutor expressa no ato de passagem da língua ao discurso, a subjetividade não se restringe a mecanismos linguísticos específicos, mas compreende a língua em sua totalidade (FLORES, 2009).

Definido o alcance da subjetividade na linguagem, de acordo com Benveniste, passamos a apresentar aspectos da perspectiva ergológica de estudos da atividade de trabalho, que, em nosso estudo, dialoga com a linguística benvenistiana para fundamentar a análise das formas pelas quais a subjetividade se mostra no falar de agentes de segurança pública que atuam na Central de Monitoramento das câmeras de segurança da cidade de São Leopoldo/RS.

¹² Benveniste explica as relações de intersubjetividade por meio do “aparelho de funções”, responsável pela criação de efeitos de sentido que revelam o eu e seus objetivos para com o tu. Situa o aparelho de funções no quadro figurativo da enunciação. Vista como um sistema enunciativo, a língua comporta o uso em sua estrutura e, portanto, prevê a existência de sujeitos que buscarão manifestar-se por meio dos suportes disponíveis.

3.3 A ATIVIDADE DE TRABALHO E A ABORDAGEM ERGOLÓGICA

Os estudos sobre questões relativas ao trabalho têm múltiplos olhares. Diferentemente de tomar o trabalho como uma atividade remunerada e, segundo leis do mercado, submetida a contratos, regras e leis específicas, buscamos abordá-lo pelo viés da Ergologia.

3.3.1 Trabalho: Ultrapassando os Limites do Campo Econômico

Vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver? Essa pergunta, por mais simples que pareça, deixa transparecer duas ideias importantes que nos servirão de ponto de partida na discussão acerca do verdadeiro valor do trabalho: enquanto a primeira traz a ideia de que nós, seres humanos, temos o trabalho como razão de nossa existência; a segunda sugere que são necessidades colocadas por condições econômicas, sociais e políticas que nos levam a ter que trabalhar.

Excluímos de imediato o trabalho como razão de nossa vida, pois, afinal, existimos desde muito antes da instituição de quaisquer atividades formais. Sobra-nos, então, a segunda opção. A atividade de trabalho sugerida pela expressão “trabalhar para viver”, segundo Schwarz (1999), emerge com o capitalismo industrial do século XXVII, que pensa o trabalho como sendo uma variável que pode ser medida em função das horas que um indivíduo dedica a determinada atividade em uma organização. Atuamos em determinada atividade, sujeitos a contratos, regras e leis específicas, ganhamos dinheiro e, assim, temos condições de consumir (alimentos, bens, serviços) e, conseqüentemente, viver.

No entanto, “abordar o trabalho unicamente a partir de seu estatuto de mercadoria, como segmento da vida humana que é trocado por dinheiro, não é uma maneira clara e fecunda de entrar no debate atual sobre o ‘valor do trabalho’” (SCHWARTZ, 1996, p.147). Na contemporaneidade, segundo o filósofo francês, o trabalho não pode ser pensado somente como o resultado de uma arbitragem entre horas de atividade no emprego e lazer, pois ele é revestido de arbitragens múltiplas e transversais que envolvem inclusive valores sociais. Dessa forma, ou o trabalho é visto como algo simples, podendo ser caracterizado como uma mercadoria, o que o reduz a uma troca de tempo por salário, ou é visto como uma realidade mais complexa, ainda por ser satisfatoriamente entendida.

A proposta de Schwartz é olhar para o trabalho como atividade humana, lugar de uma dialética entre o saber instituído, perpassado por técnicas e normas, e o saber que emerge no *aqui-agora* da própria atividade.

Olhar para a atividade de trabalho é se deparar com a maneira pela qual os humanos se envolvem no cumprimento dos objetivos do trabalho, em um lugar e tempo determinados, utilizando-se dos meios colocados à sua disposição. Para lidar com as variabilidades que nela se apresentam, o trabalhador se engaja por inteiro, a cada momento, com seu corpo biológico, sua inteligência, sua afetividade, seu psiquismo, sua história de vida e de relações com outros humanos.

Sob essa perspectiva, o trabalhador deixa de ser visto como um simples “executor de instruções”, uma vez que o fazer profissional, qualquer que seja ele, não se apresenta como o campo do mecânico e do repetitivo, mas “mobiliza escolhas e dramas particulares” (TEIXEIRA, 2010, p. 46).

3.3.2 Trabalho: Ultrapassando os Limites da Prescrição

Na visão da Ergologia, não há como o trabalhador se ater ao prescrito, àquilo que é determinado antes da realização do trabalho. O trabalho efetivamente realizado nunca é só prescrição, pois envolve sempre atividade humana. Só existe trabalho se existe um sujeito que trabalha.

Diferentemente do que as estruturas organizacionais *tayloristas* acreditavam, os estudos ergológicos entendem que apenas seguir normas, procedimentos e prescrições não correspondem à totalidade da realização da atividade de trabalho. Dessa forma, o trabalho jamais pode ser encarado como mera execução: o trabalho real (aquilo que efetivamente é realizado) exige sempre uma mobilização cognitiva e afetiva do trabalhador, apresentando-se como lugar em que se dá uma enigmática alquimia humana..

Voltando os olhares para o sujeito que realiza a atividade, não para a simples prescrição do trabalho, e considerando a impossibilidade de dar conta sozinha desse complexo universo do sujeito, a Ergologia se configura como uma abordagem pluridisciplinar, que convoca para junto de si disciplinas como a Linguística, a Antropologia, a Psicologia, a Economia, dentre várias outras possibilidades.

3.3.3 O Tetraedro Ergológico nos Estudos sobre a Atividade de Trabalho

Ao adentrarmos nos estudos ergológicos do trabalho, há de se considerar a sua estruturação a partir de quatro pressupostos, quais sejam: (1) a noção de atividade; (2) a consideração de que, em todas as atividades humanas, existe um campo de debate de valores; (3) a existência de uma dialética: universalidade x ressingularização ou macro x micro; e (4) a consideração da existência de um regime de produção de saberes como dispositivo em três pólos.

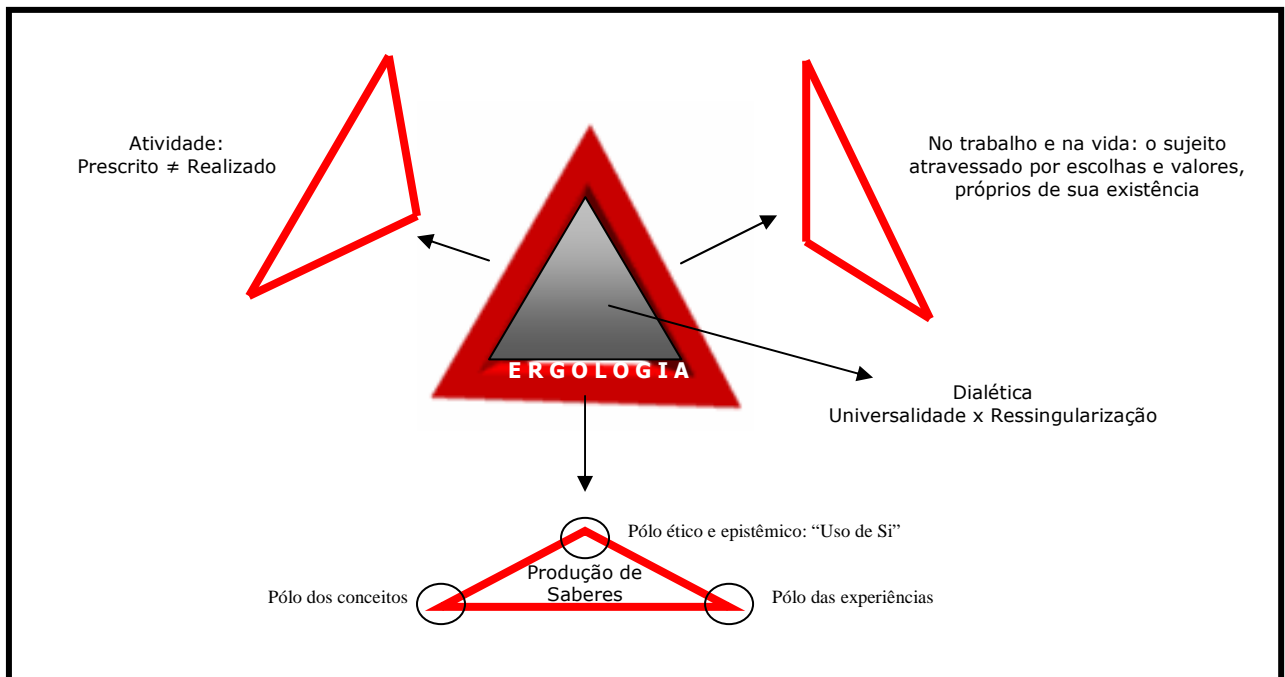


Figura 4: O Tetraedro Ergológico nos Estudos sobre a Atividade de Trabalho

Fonte: Criação do Autor

A **Atividade**, na concepção ergológica, não é apenas aquilo que se faz, mas também o que não se faz, o que não pode ser feito, o que se busca fazer sem lograr êxito (os fracassos), o que poderia ter sido feito, o que se desejou fazer, o que se pensa ou se sonha fazer em outra ocasião, o que fazemos para não fazer o que deve ser feito, o que fazemos sem querer fazer, o que está para ser refeito, o que foi suspenso, o não realizado. Isso significa dizer que toda atividade é realizada e vivenciada de forma singular, personalizada e diferenciada, marcando o distanciamento entre o que é prescrito e o que, de fato, é realizado.

Em um segundo plano, a abordagem ergológica traz a questão dos **valores**: se o trabalho mobiliza o tempo todo aspectos subjetivos do trabalhador, então o trabalho é também

o tempo todo um debate de valores. Ao se deparar com a prescrição, cada um vai ressingularizá-la à sua maneira, de acordo com seus valores e com sua história individual e coletiva. Schwartz refere a “infidelidade crônica do meio”, entendendo por isso a impossibilidade absoluta de padronização. Isso significa dizer que o meio “jamais se repete exatamente de um dia para o outro, ou de uma situação de trabalho a outra” (2007, p.191). Em razão disso, as normas apresentam lacunas, que deverão ser preenchidas na própria atividade pelo trabalhador.

A maneira como cada pessoa age diante das lacunas ou das deficiências do prescrito é sempre singular, não pode ser padronizada. Cada um vai renormalizar o meio a seu jeito para dar conta do que não está prescrito. E isso vai sempre envolver um debate: de normas, de valores, de histórias.

Conforme explica Schwartz (2000, p.38),

A variabilidade de todas as situações de trabalho faz com que os problemas não sejam resolvidos, mas constituídos. [...] toda situação de trabalho é, de alguma forma, experiência, reencontro: ela coloca à prova normas e valores antecedentes em uma situação histórica sempre em parte singular. [...] A atividade de trabalho propõe, convoca, impõe escolhas e arbitragens. Nunca é o retorno do mesmo. A realidade e a materialidade desses encontros obriga a levar a sério o fato de que os valores são também convocados em uma espécie de prova de fogo que os avalia e julga segundo sua capacidade de tratar esses reencontros.

A Ergologia não separa a produção no trabalho das demais instâncias da vida; enxerga o sujeito como alguém atravessado por escolhas e valores, próprios de sua existência. Não existem valores sociais no trabalho fora de determinados valores sociais, ou seja,

não se pode compartilhar este universo [universo do trabalho] em ‘valores do trabalho’ e ‘outros valores’... Os valores circulam e se retrabalham entre o pólo ‘trabalho-emprego’ e os outros encontros com a vida social e cultural. (SCHWARTZ, 1996, p. 152)

A terceira face do “Tetraedro Ergológico” dá conta de um diálogo constante entre o particular e o geral, entre universalidade e ressingularização. É necessário que se olhe tanto para o contexto em que ocorre a atividade de trabalho quanto para a atividade singular. Segundo essa concepção, olhar apenas para o contexto global é acreditar que apenas ele promove impactos sobre as pessoas, a quem, por sua vez, restaria apenas encontrar formas de

se adaptar. De outro lado, fechar-se na dimensão micro do trabalho impossibilita a sua ampliação para efetuar análises mais precisas. Os esforços devem ser direcionados, pois, na possibilidade de um diálogo constante entre o particular e o geral, entre o micro e o macro.

Por fim, o quarto pressuposto da abordagem ergológica aponta na direção de um regime de produção de saberes como dispositivo em três pólos, que, na verdade, permite problematizar e conhecer, mesmo que sempre de maneira parcial, a complexidade da atividade humana e, nesse sentido, a atividade de trabalho: (1) pólo dos conceitos, (2) da experiência e (3) ético e epistêmico, que serve de ligação entre os dois primeiros. Na construção dos saberes, cada sujeito faz “cruzarem-se” os pólos dos conceitos, do conhecimento sistematizado e o pólo dos saberes da experiência, gerados nas atividades.

Esse “cruzamento” (SCHWARTZ, 2000), por sua vez, se produz na presença de um terceiro pólo, o das exigências éticas e epistemológicas, que é o do “desconforto intelectual”, aquele do questionamento, da fricção entre os valores, do diálogo entre os conceitos epistêmicos dos conceitos e a experiência e, fundamentalmente, do reconhecimento de que ambos os saberes (conhecimento e experiência) vivem a fragilidade de não explicar a realidade em sua totalidade, sendo complementares e não excludentes. O terceiro pólo desse triângulo é do trabalho considerado como “uso de si”, como “gestão dos valores”, ou seja, uma espécie de “destino a viver” que nos leva sempre, mesmo nas menores situações, a fazer escolhas em relação a nós mesmos, aos outros e à vida social.

Para Schwartz, trabalhar envolve sempre uma “dramática do uso de si”. Trabalhar é sempre um drama no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro, é o espaço de tensões problemáticas, de negociações de normas e de valores. Assim, do ponto de vista ergológico, podemos inferir que a experiência humana no trabalho se constitui através de uma permanente gestão de si mesmo.

A gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados. Toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e objetivos, portanto, de valores em nome dos quais estas decisões se elaboram. (SCHWARTZ, 2004, p. 23)

Qualquer situação de trabalho, pois, exige do trabalhador escolhas, análises, arbitragens e ponderações no seu dia a dia. Toda a atividade de trabalho comporta uma parte de gestões complexas por parte daqueles que participam dessa atividade: decisão entre

imperativos diferentes, gestão de imprevistos, gestão de relações sociais, gestão de crises também e, finalmente, gestão de “si”. Nas palavras de Souza e Silva,

Gerir a complexidade do trabalho implica as chamadas “dramáticas do uso de si”, isto é, as escolhas cotidianas que entram em jogo, simultaneamente, os imperativos do setor econômico – produtividade, eficiência, manutenção do próprio emprego – e aqueles dos valores não econômicos: solidariedade, respeito, ética. (2007, p.196)

Finalmente, entre os três pólos há sempre uma dialética, um compromisso, um encontro, parâmetros indissociáveis e presentes em toda a situação de trabalho.

Segundo Barros (2002, p.6), “os trabalhadores inventam/elaboram/transmitem uns aos outros procedimentos não ensinados, nem pela formação, nem pela supervisão. Esse saber é fonte não só de criação, como também de produção de resistências, de novos sujeitos/objetos, de outras formas de gestão de si”.

Assim sendo, há uma tensão contraditória entre esses dois diferentes “usos de si”. Existe um “uso de si” pelo outro, no sentido das condições históricas que são dadas, dos procedimentos, do trabalho prescrito, da supervisão e, de outro lado, existe o “uso de si” por si mesmo, aquele uso que cada um faz de si próprio, a renormalização singular realizada pela atividade humana. O ser humano está longe de ser um sujeito passivo, um mero reprodutor, que apenas sofre os impactos dos determinismos históricos, econômicos e sociais. No trabalho efetivamente realizado, nunca é apenas isso. As pessoas praticam o tempo todo uma gestão de si como uma questão humana que envolve escolhas, valores, arbitragens.

Essa abordagem analisa o trabalho não de forma genérica, mas como atividade efetivamente realizada por sujeitos. O trabalho, sob essa perspectiva, não é visto simplesmente como um conjunto de prescrições, que excluem de cena a autonomia do sujeito, em que o trabalhador é “modelado” e se adapta àquilo que precisa ser feito. Pelo contrário: os estudos ergológicos apontam para as possibilidades de o sujeito transformar a atividade de trabalho. Toda atividade prescrita é ressingularizada, ou seja, o sujeito renormaliza parcialmente as operações que recebe antecipadamente de outrem. A atividade de trabalho, portanto, media a relação do sujeito com o meio, expressa contradições e transgressões.

A abordagem ergológica propõe um novo tratamento ao estudo da situação de trabalho. Desloca o interesse da tarefa para o sujeito que a realiza, na perspectiva de dar à atividade de trabalho a importância que de fato tem. Ou seja, a atividade de trabalho é o encontro entre

trabalho prescrito (normas antecipadoras do trabalho) e experiência (particular, específica de cada sujeito). As normas prescritas não antecipam de modo pleno o trabalho. Elas são confrontadas no cotidiano das situações reais de trabalho, re-normalizadas pelos sujeitos trabalhadores.

As situações de trabalho implicam relações de comunicação entre os sujeitos, num diálogo constante com as normas, na efetivação da atividade. Olhar para essas relações é fundamental para que se possa conhecer o “saber fazer” do trabalhador, isto é, a inevitável implicação de sua singularidade.

3.4 DO DIÁLOGO ENTRE AS TEORIAS

A possibilidade de diálogo entre as teorias de Benveniste e Schwarz foi proposta, pela primeira vez, por Teixeira e Cabral, na *III Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do Trabalho: Interfaces entre Ergologia, Linguagem e Educação*, realizada na UNISINOS em outubro de 2008, e que contou com a presença de Yves Schwartz. A partir daí, esse referencial teórico tem sido objeto de ampliação e aprofundamento no *Grupo de Estudos Enunciação em Perspectiva (GEEP)*, coordenado pela professora Marlene Teixeira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (UNISINOS).

Vários estudos produzidos por integrantes do GEEP têm recorrido a esse diálogo para implementar a análise da atividade de trabalho em diferentes *corpora*, tais como: Teixeira; Cabral (2009, 2010); Abreu (2009); Abreu; Teixeira (2010). Esta dissertação representa, assim, um passo a mais em direção à consolidação desta linha de investigação.

Em Teixeira e Cabral (2009), podemos encontrar argumentação destinada a mostrar a validade desse empreendimento. Segundo os autores, a perspectiva enunciativa de estudo da linguagem de Benveniste apresenta pontos de contato com a perspectiva ergológica de estudo da atividade de trabalho proposta por Schwartz. O ponto em que as duas teorias convergem diz respeito ao entendimento de que, embora as ações humanas sejam pautadas pela repetibilidade, o sujeito, ao agir, mobiliza escolhas particulares, promovendo uma tensão/negociação entre o que está instituído e o que é da ordem do irrepitível.

Teixeira e Cabral (2009, p. 237) localizam ainda que a linguística da enunciação tem duas contribuições a trazer para os estudos ergológicos: uma concepção de linguagem que

implica a subjetividade e, no terreno da prática, ferramentas para a análise da materialidade linguística propriamente dita.

As produções do GEEP, incluindo-se esta dissertação, pretendem mostrar que o estudo da enunciação pelo paradigma benvenistiano constitui uma via possível de acesso à singularidade que, segundo Schwartz, é inerente à atividade de trabalho.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 CONSTITUIÇÃO DO MATERIAL DE INVESTIGAÇÃO

Conforme pudemos observar no primeiro capítulo deste trabalho, a atividade policial é de grande complexidade, considerando, entre outros, o fato de que os profissionais necessitam de conhecimento e confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física, ética e de inter-relações para resolver possíveis situações críticas. Na situação específica a que nos propomos investigar, a de observação dos espaços públicos municipais através das câmeras de segurança, identificando e tomando iniciativas para mobilização de outras pessoas para intervirem na situação de risco, os profissionais de segurança pública se encontram em um ponto de entrecruzamento entre saberes prescritos (saberes obtidos nos cursos de formação, nas capacitações e nos treinamentos da força policial) e saberes advindos da prática, de sua própria experiência profissional.

Mesmo sendo prescritos da melhor e mais completa formas, os procedimentos de identificação de uma situação de emergência em um espaço público e, posteriormente, os processos de intervenção precisam, em um determinado momento, de uma atitude, de uma iniciativa, de uma decisão bem particular do sujeito. Esta pesquisa busca justamente examinar a especificidade desses modos de intervenção nas práticas de Agentes de segurança pública envolvidos nas atividades do Sistema Integrado de Monitoramento da cidade de São Leopoldo. Para isso, é na linguagem, especificamente nas práticas discursivas orais dos agentes durante a execução de seu trabalho, seja na identificação de uma situação de risco ou no processo de intervenção, que a pesquisa pretende apreender a emergência da subjetividade para além das normas, para além do trabalho prescrito.

Nesse intento, destacaremos, a seguir, como se constituiu o material de investigação e como se organizam os procedimentos metodológicos para a execução deste trabalho.

4.1.1 Primeiros Contatos

A entrada no campo da Segurança Pública, especificamente na Central de Monitoramento do Sistema Integrado de Monitoramento da cidade de São Leopoldo, seria, em princípio, muito difícil, por se tratar de uma atividade em que se lida com informações e procedimentos sigilosos, sem acesso a civis.

No entanto, a UNISINOS, especialmente por meio da Assessoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento – ARID (setor da instituição em que este pesquisador atua desde 2004), em articulação com o Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública, realiza, desde 2008, o curso de especialização em Gestão Estratégica para Prevenção da Violência Local. O curso, que busca qualificar a formação profissional dos agentes de segurança pública, para criar e aperfeiçoar padrões comuns de organização, gestão e planejamento de ações e programas de prevenção da violência local, criou uma relação de confiança e reciprocidade entre a ARID / UNISINOS e a Secretaria de Segurança Pública de São Leopoldo – SEMUSP. Por consequência, a inserção para estudos acadêmicos em atividades das diferentes forças de segurança – Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal – é facilitada.

Uma conversa preliminar com o Secretário Municipal de Segurança Pública do município, Secretário Carlos Sant’Ana, seguida de uma resposta positiva à formalização da proposta de pesquisa por parte da SEMUSP e da Superintendência da Guarda-Municipal da cidade, apontaram para a possibilidade de realização do trabalho aqui exposto, desde que respeitados alguns termos de sigilo e uso das informações para fins estritamente acadêmicos, conforme exposto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS, a fim de que sejam defendidos os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, além de que se contribua no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (normas e diretrizes regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos).

Extremamente atencioso, o Comandante da Guarda Municipal, Comandante Eduardo de Oliveira, encarregou-se das explicações sobre o Sistema Integrado de Monitoramento, sobre a Central de Monitoramento e da apresentação entre o pesquisador e os agentes envolvidos com as observações.

4.1.2 Observação Participante

A pesquisa qualitativa tem como foco de estudo o processo vivenciado pelos sujeitos. Dessa forma, as investigações qualitativas crescem em número, como outro modo de produção de conhecimento capaz de responder à necessidade de compreender em profundidade alguns fenômenos da prática policial, suprindo vazios deixados pela pesquisa positivista e seus métodos de coleta e análise de dados.

As pesquisas qualitativas possuem características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados. O ato de observar é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, os acontecimentos e as situações. Conforme Rudio (1986, p.14),

Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.

A observação torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade. O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. Na pesquisa qualitativa, há diversos tipos de observação, dentre as quais a observação participante, foco deste item de nosso estudo.

Nesta pesquisa, tem-se por objetivo criar uma base de conhecimento sobre a prática policial, especificamente de agentes de segurança pública atuantes no Sistema Integrado de Monitoramento da cidade de São Leopoldo. Nesse intento, o trabalho demanda uma imersão etnográfica no contexto a ser estudado, de forma a tentar, da melhor forma possível, compreender seu funcionamento. Seguindo algumas etapas essenciais, sobre as quais falaremos a seguir, o processo de observação participante se apresenta como procedimento metodológico fundamental.

Na primeira das etapas, há a **aproximação do pesquisador com o grupo social em estudo**. Nessa fase, passada a apresentação da proposta de pesquisa a todas as instâncias de decisão (Secretaria Municipal de Segurança Pública e Superintendência da Guarda Municipal de São Leopoldo) e ao público-alvo propriamente dito (os agentes que atuam em frente aos

monitores), procura-se trabalhar com as expectativas do grupo, no sentido de minimizar quaisquer bloqueios, como, por exemplo, a eventual desconfiança e a reticência dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Nessa fase, o pesquisador procura ser aceito em seu próprio papel, isto é, como alguém externo, interessado em realizar, juntamente com os executores da atividade de monitoramento, um estudo.

Essa inserção tem como principal objetivo atenuar a distância que separa o pesquisador do grupo de Guardas Municipais com quem pretende trabalhar. Entendemos que essa aproximação, que exige paciência, tempo e, sobretudo, honestidade, é a condição inicial necessária para que o percurso da pesquisa possa, de fato, ser realizada de dentro do grupo, com a efetiva participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos.

Já na segunda etapa, há o esforço do pesquisador em **constituir uma visão de conjunto da comunidade objeto de estudo**. Essa etapa é operacionalizada com o auxílio de alguns elementos, como o estudo de documentos oficiais, artigos e demais produções científicas, entrevistas não diretivas, entre outros, que auxiliaram na construção de alguns conhecimentos relacionados à área de segurança pública e à atividade policial, ao uso de câmeras como ferramentas de prevenção e combate à violência e, claro, ao histórico e ao funcionamento da Central de Monitoramento do SIM.

Após a coleta dos dados e a construção de uma visão de conjunto da comunidade objeto de estudo, passa-se à terceira fase, na qual é preciso **sistematizar e organizar os dados**, procedimento cujos resultados estão, em parte, materializados no capítulo primeiro deste estudo e, substancialmente, em um item posterior, que trata da videogravação.

4.2 O USO DA FILMAGEM EM PESQUISA QUALITATIVA

A coleta do Material de Investigação se fez por registro em vídeo das ações e conversas, nos dias e nos horários que apresentam os maiores índices de ocorrências. A partir do levantamento realizado e das observações feitas no primeiro capítulo deste estudo, propõe-se a coleta do material de investigação, o registro em vídeo das ações e conversas entre os agentes que realizam o monitoramento, em segundas-feiras, quintas-feiras e sábados no período da tarde, entre as 14h e 17h, durante os meses de abril, maio e junho de 2010. Pretende-se, aqui, encaminhar reflexões preliminares sobre questões éticas e metodológicas relativas ao uso da imagem na realização desta pesquisa.

4.2.1 Por que filmar?

A escolha de o registro ser feito por meio de gravações em vídeo se dá, em primeiro lugar, pela compreensão de que a pesquisa em ciências sociais humanas pode se beneficiar do uso de imagens técnicas como instrumento de credibilidade na mediação e revelação das ações sobre as quais se pretende investigar. A imagem técnica é, pois, uma forte aliada metodológica para a construção de um olhar sobre o humano, que capta as minúcias das condutas humanas (incluimos aí gestos, movimentos, olhares e outras marcas não-verbais).

O método de observação permite a obtenção de muitos dados que não são possíveis por outros métodos, como a entrevista ou a aplicação de questionários. Há muitos elementos que não podem ser apreendidos por meio da fala e da escrita: o ambiente, os comportamentos individuais e grupais, a linguagem não-verbal, a sequência, a temporalidade em que ocorrem os eventos são fundamentais, não apenas como dados em si, mas como subsídios para interpretação posterior dos mesmos.

De acordo com Angelo (2005, p. 717), o vídeo (filmagem) é indicado para estudo de ações humanas complexas difíceis de serem integralmente captadas e descritas por um único observador, “minimizando a questão da seletividade do pesquisador, uma vez que a possibilidade de rever várias vezes as imagens gravadas direciona a atenção do observador para aspectos que teriam passado despercebidos, podendo imprimir maior credibilidade ao estudo.”

A utilização simultânea de áudio e de vídeo por meio de filmagem constitui escolha metodológica, no sentido de apreender o fenômeno complexo em que os discursos e as imagens são suas partes inerentes. A expressão do pensamento do indivíduo, conforme destacado por Silva (1996, p.48), “se faz, sim, com palavras, mas muito com entonação de voz, velocidade da pronúncia, entre outros, e por meio dos sinais do corpo”. Ainda, segundo o autor, o significado social de qualquer interação é dado pelas palavras pronunciadas, na proporção de 35%, pois o homem é considerado um ser multissensorial, em que a verbalização é apenas uma das formas de expressão, entre outras.

4.2.2 Aspectos Técnicos do Uso da Filmagem na Coleta de Dados

O primeiro passo do pesquisador é a escolha do equipamento a ser utilizado, considerando os recursos e as limitações de cada equipamento em relação ao fenômeno que se quer captar. Esse pode ser uma câmera móvel, manipulada por um operador, que pode, ou não, ser o próprio pesquisador; ou, ainda, a câmera fixa que, por sua vez, além de um único equipamento, pode constituir-se em um sistema de circuito interno, composto de várias câmeras que possibilitam apreender imagens do mesmo objeto sob diversos ângulos. Quando o equipamento dispõe de microfone, torna-se possível também captar o som.

O uso de uma câmera fixa, pela sua possibilidade de deixar o equipamento operando por um tempo mais longo e não-necessidade de captar imagens em diversos ângulos, é a opção para a realização das filmagens desta pesquisa, que buscam a apreensão de imagens e sons de fenômenos de ocorrência natural, que não são programáveis. O equipamento utilizado é uma câmera digital amadora, que, por sua vez, além de uma razoável capacidade de armazenamento de dados (que permite a geração de imagens por 4 horas ininterruptas), possui capacidade para captação de sons e imagens em níveis satisfatórios.

O tempo de filmagem é planejado de acordo com a natureza do fenômeno e também com a frequência de sua ocorrência. Além disso, o planejamento do horário de filmagem deve levar em consideração o momento mais provável da ocorrência do fenômeno. Conforme se pode observar no capítulo primeiro deste estudo, o diagnóstico das ocorrências captadas pelas câmeras do Sistema Integrado de Monitoramento da cidade de São Leopoldo/RS, realizado a partir do relatório de atividades de 2009, mostrou que os dias da semana e horários com maior índice de ocorrências são segundas-feiras, quintas-feiras e sábados, no período da tarde, entre 14h e 17h.

O pesquisador tem em mente que nem todas as imagens captadas serão aproveitadas para o estudo. Das três horas de filmagens diárias, o que de fato interessa são os momentos em que os agentes de segurança pública identificam uma situação de risco através das câmeras de segurança e acionam os colegas que fazem o policiamento ostensivo nas ruas, a fim de que estes interfiram na cena. Nesse caso, será realizada a edição das imagens obtidas, selecionando-as, de forma a privilegiar as situações acima descritas.

4.2.3 Dos Cuidados e Precauções no Uso de Imagens Técnicas

Apesar de acreditarmos que todas as pesquisas em ciências humanas podem se beneficiar do uso de filmagens como instrumentos, também é verdade que o pesquisador deve ter uma série de cuidados. De acordo com Jobim e Souza (2003, p.93), o primeiro deles diz respeito à perigosa recepção de uma imagem recortada do real e posta na condição de realidade única: “o que vemos ao contemplar uma imagem técnica não é o ‘mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem”. Isso significa dizer que o pesquisador não deve assumir as filmagens como revelações objetivas do próprio mundo, mas deve compreendê-las como uma construção de imagens que se remetem a maneiras de ver, sentir e interpretar a realidade:

Trata-se, sem dúvida, de um desafio para a pesquisa cuja intenção extrapola a detecção dos efeitos da videoesfera nas subjetividades, por comprometer-se com a proposição de espaços para que os sujeitos possam experimentar-se, não apenas como sujeitos captados pelas lentes da câmera, mas também como participantes da construção de suas próprias imagens”. (idem, 2003, p.93)

Dessa forma, a imagem técnica se configura como uma aliada metodológica para a construção de um olhar sobre o humano, uma forma de experimentação do real.

Além disso, há de se lembrar que as pessoas tendem a modificar seu comportamento diante de uma câmera ou quando são observadas. Conforme Jobim e Souza (ibidem, 2003, p.89), os participantes podem agir de acordo com o que eles julgam que sejam as expectativas do investigador no estudo, ou podem apresentar comportamentos muito formais, prejudicando o desvelamento do fenômeno.

No entanto, de acordo com Ludke e Meda (1986, p. 72) “os ambientes sociais são relativamente estáveis, de modo que a presença de um observador dificilmente provocará tantas alterações a ponto de distorcer o fenômeno”. Segundo sua concepção, é interessante que o operador da câmera permaneça pelo menos 10 minutos no ambiente antes de começar a filmagem, pois “acostumando-se com o observador, ou com as câmeras, os sujeitos observados voltarão a apresentar seu comportamento usual”.

Para efetuar a análise do material filmado, conforme vimos acima, é necessário, em primeiro lugar, selecionar as imagens e os discursos que são relevantes: no nosso caso, os considerados “momentos de tensão”, de identificação de uma situação de risco e a reação.

Conforme chama a atenção Röse (2002, p. 45),

é preciso lembrar que os meios audiovisuais são um amálgama complexo de sentidos, imagens, técnicas, composição de cenas, sequência de cenas e muito mais. É, portanto, indispensável levar essa complexidade em consideração, quando se empreende uma análise de seu conteúdo e estrutura.

A seleção e análise das filmagens, portanto, devem considerar tanto a parte de áudio como de vídeo e se pode fazer necessário o pesquisador desenvolver habilidades para apreender e decodificar os sinais não-verbais, baseando-se em referencial teórico adequado para a compreensão dos aspectos não-verbais que envolvem as interações humanas.

4.2.4 Aspectos Éticos

Partindo dos princípios enunciados na Resolução CNS 196/96(18), no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), deve estar acordado, com o sujeito do estudo, o direito de uso da imagem pelo pesquisador, pois, deve-se admitir a possibilidade de utilização das imagens para confrontar os dados, aprofundar a análise com os participantes, seja individualmente, ou em grupos. Tudo isso pode implicar que, no filme, apareçam outras pessoas e, assim, infringindo-se direito do sigilo e do anonimato. Por outro lado, na comunicação dos resultados da pesquisa, o investigador deve assegurar aos interlocutores a possibilidade de ver as imagens, uma vez que nas pesquisas qualitativas, admite-se certo grau de subjetividade na interpretação dos dados. O modelo do TCLE aplicado nesta pesquisa pode ser encontrado em anexo a este trabalho.

As implicações éticas da utilização do filme envolvem o questionamento entre disponibilizar as imagens e sons gravados aos potenciais leitores e o direito dos sujeitos da pesquisa ao sigilo de sua identidade, e das informações fornecidas individualmente.

Embora haja recursos de colocação de tarjas para ocultar a face, desfocar a imagem e também distorcer a voz, muitas vezes, as pessoas podem ser reconhecidas pela imagem corporal. Por outro lado, no caso de nossa pesquisa, em específico, a colocação de tarjas na face, assim como a distorção da voz, podem dificultar a apreensão do próprio fenômeno e, assim, ser metodologicamente inviável.

4.3 VIDEOGRAVAÇÃO

As filmagens relativas à constituição do *corpus* para esta pesquisa foram realizadas nas datas e horários definidos a partir dos dados fornecidos pela própria Central de Monitoramento do SIM.

Desde primeiro de janeiro de 2009, foram registradas 197 ocorrências pelas câmeras. Realizada a análise dos dados, considerando-se os dias da semana, percebe-se que, o maior número de casos ocorre, conforme se visualiza no gráfico abaixo, em segundas-feiras, quintas-feiras e sábados.

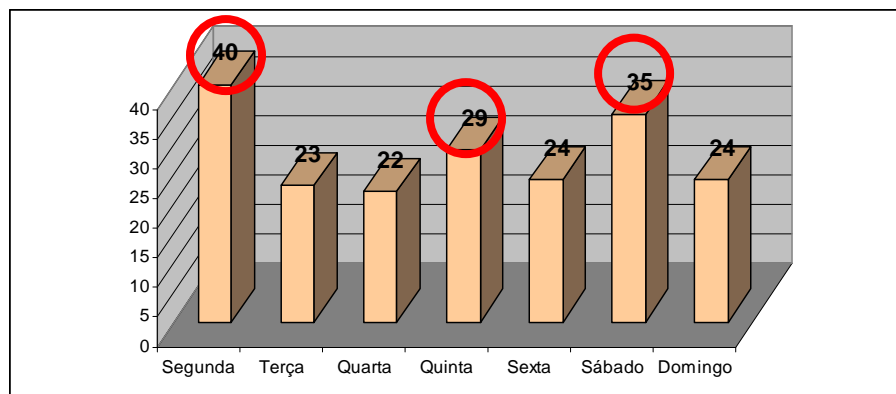


Gráfico 1: Ocorrências de 2009 Organizadas por Dia da Semana
Fonte: Criação do Autor

Isso posto, olhemos para os horários em que há maior incidências:

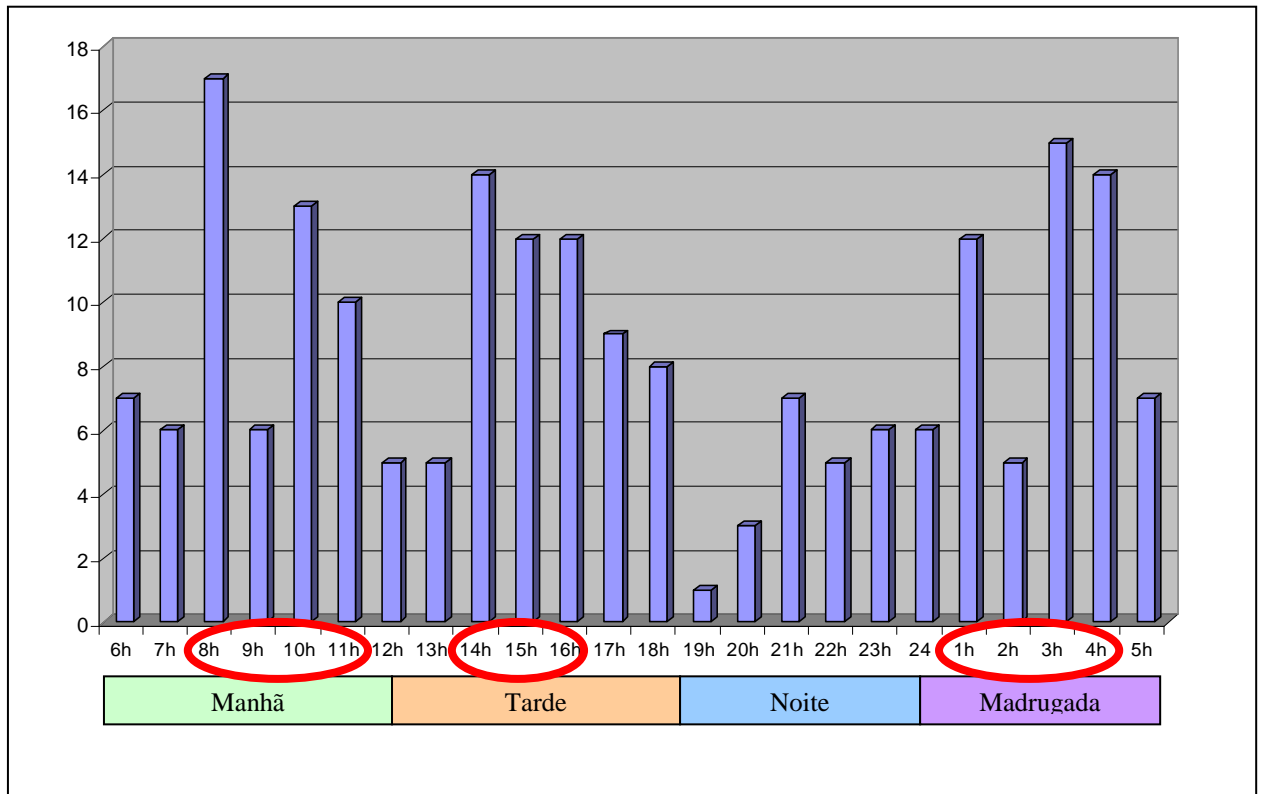


Gráfico 2: Ocorrências de 2009 Organizadas por Horário

Fonte: Criação do Autor

No que diz respeito aos horários das ocorrências, pode-se perceber que, considerando períodos de três ou quatro horas (destacados pelos círculos vermelhos), há três momentos de “pico”, com quantidade de ocorrências significativamente acima da média, quais sejam: um pela manhã, entre 8h e 12h; o segundo à tarde, entre 14h e 17h e o último na madrugada, entre 1h e 5h. Tanto no período da manhã quanto no da madrugada apontados, existe a lacuna de uma hora com um baixo histórico de ocorrências, a destacar, o período das 9h às 10h e o das 2h às 3h. Enquanto isso, a sequência de três horas que destacamos no período da tarde apresenta maior regularidade nos números.

A partir do levantamento realizado e das observações feitas, propõe-se, então, a coleta do material de investigação, o registro em vídeo das ações e conversas entre os agentes que realizam o monitoramento, em segundas-feiras, quintas-feiras e sábados no período da tarde, entre as 14h e 17h durante os meses de julho e agosto de 2010.

Para a realização da videogravação, o equipamento utilizado foi uma *webcam* da marca *HP*, de resolução 3.1 megapixels, integrada a um *laptop* da mesma marca. Aliado a este equipamento, para a coleta de áudio, utilizou-se um microfone ambiental com capacidade

de captação de 280°. Esse equipamento permitiu, de forma satisfatória para este estudo, a coleta e preparação do corpus necessário para a realização da pesquisa aqui proposta.

Durante os meses de julho e agosto de 2010, foram realizadas exatamente 25 horas, 32 minutos e 20 segundos de gravações, dentre as quais foram selecionaram cenas consideradas adequadas e relevantes para o trabalho, conforme orientação a seguir.

Na realização do trabalho de monitoramento, basicamente as atividades previstas, conforme vimos, são a antecipação a uma situação de risco e a repressão a práticas delituosas. Em nosso estudo, focaremos justamente a primeira, a prevenção de práticas delituosas de qualquer natureza.

Durante a realização da observação participante, pode-se perceber que, nessa prática antecipatória, é possível identificarmos quatro diferentes fases, quais sejam:

1. **A identificação da situação de risco por parte de um agente:** essa etapa envolve naturalmente um processo individual que não cabe aqui investigar. Aliás, não seria sequer possível saber quais os processos mentais e pensamentos envolvidos na atividade de observação das imagens e na eventual identificação de uma situação de risco por cada um dos agentes.
2. **A exposição da situação identificada por um agente aos demais:** passada a primeira etapa, individual e inacessível, em que o sujeito identifica uma situação de risco, passa-se à fase a que o linguista tem acesso: o agente expõe aos colegas a situação que identificou. A partir daqui se estabelece o diálogo. Começam a surgir os fatos enunciativos.
3. **A discussão a respeito da situação:** Exposta a situação, os agentes a avaliam, expõem o seu ponto de vista, discutem a respeito. Novamente temos aqui uma situação dialógica, acessível ao linguista.
4. **A decisão a respeito da atitude a ser tomada:** identificada, exposta e discutida a situação de risco, chega o momento da decisão. Trata-se realmente de uma situação de risco? É necessário que se intervenha? De que maneira? Deve-se chamar à cena os agentes de rua?

O processo de antecipação a uma prática delituosa, portanto, envolve situações acessíveis e inacessíveis aos olhos do linguista. Como se pôde perceber nas diferentes etapas descritas acima, é nas três últimas que se podem encontrar elementos passíveis de análise para o que aqui se propõe. O processo decisório a respeito de uma situação de risco normalmente envolve interação, envolve discussão, envolve diálogo, conforme se pode observar na ilustração abaixo:



Figura 5: As fases do processo de antecipação à prática delituosa
Fonte: Criação do Autor

Em síntese, é justamente nos momentos de discussão a respeito de uma situação de risco, na fala dos agentes, que buscaremos indícios da emergência de sua subjetividade. Da interação entre os agentes durante a discussão é que extrairemos os fatos enunciativos a serem analisados.

4.4 INDICAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

4.4.1 Da Transcrição

Realizado o processo de videogravação, conforme metodologia descrita acima, partiu-se para a edição das imagens, privilegiando, entre as três horas de cada sessão de filmagem, as cenas que mostram os momentos em que os agentes de segurança pública identificam uma situação de risco através das câmeras de segurança e, dependendo da decisão, acionam os colegas que atuam nas ruas, a fim de que estes interfiram na cena.

Para a realização do trabalho de transcrição¹³, consideramos importante, em primeiro lugar, contextualizar cada fato enunciativo que se propõe analisar, trazendo à luz alguns aspectos implicados no ato de enunciação: os participantes, o espaço e o tempo. Dessa forma, cada fato enunciativo estudado será precedido de um cabeçalho com informações, conforme sistematização a seguir:

Contextualização	
Participantes	Em cada um dos turnos de fala, indicação dos participantes como AGE1, AGE2, AGE3 e assim sucessivamente.
Data da filmagem	Dia da semana, data e hora
Situação	Descrição da situação de coleta

Além da contextualização sistematizada acima, contendo informações sobre os participantes e os dados situacionais da filmagem, a transcrição logicamente pretende trazer à luz da análise elementos que levam em conta o *corpus* e, além disso, o próprio *transcritor*. Para isso, a transcrição apresenta uma linha principal, iniciada com o identificador AGE1, AGE2 ou AGE3, com a fala dos participantes do fato enunciativo e uma linha secundária, com esclarecimentos sobre questões relativas à situação de enunciação ou sobre a interpretação de um interlocutor acerca de um segmento não-inteligível, identificada pela marca “Com”. Além dessa marca, o transcritor, no caso de difícil entendimento do dizer de

¹³ A metodologia para transcrição foi inspirada no sistema de transcrição de dados formulada por Silva (2009).

algum agente de segurança, vale-se do sinal [?], indicando dúvida. Quando, por ventura, a palavra ou frase não é entendida, a passagem é indicada com [XXX].

Abaixo, ilustramos essas marcas de transcrição:

Transcrição do Fato Enunciativo	
AGE1	Coloca essa pro alto!
<i>Com</i>	<i>AGE1 faz a solicitação ao AGE2. “Colocar para o alto”, nessa situação, significa que o AGE1 quer que a imagem que está sendo por ele visualizada no monitor deve ser transmitida no telão, para que todos possam ver.</i>
AGE2	Essa [XXX]? Era 14?[?]
<i>Com</i>	<i>AGE2, em resposta à solicitação de AGE1, coloca as imagens captadas pela câmera 14 no telão.</i>

Uma vez que os dados a serem transcritos são de oralidade, para trazermos a cena enunciativa, consideramos relevantes as indicações listadas a seguir:

[@]	pausa curta
[@@@]	pausa longa
[=riso]	Riso
[=]	eventos não verbais e breves explicações, como gestos de apontar pessoas e objetos
[/]	Interrupção brusca de alguma palavra ou frase
[?]	entonação de pergunta
[!]	entonação de exclamação
...	turno de fala em suspenso
,	marca utilizada para organizar turnos de falas longos ou enumerações

Marcas de interação:

Concordância:	<i>ãh hã!</i>
Discordância:	<i>ãh ah!</i>
Não compreensão:	<i>ãh?</i>

Assim, relacionamos ao *corpus* e seu contexto, marcações de omissões, interrupções e suspensões de segmentos, entonação, de pausas, de eventos não-verbais e de marcas de interação. No que diz respeito ao *transcritor*, há as indicações de eventuais dúvidas e de não-

entendimento assim como comentários da situação de enunciação ou interpretações para os dizeres dos agentes.

Dessa forma, o primeiro passo metodológico para identificação e análise da emergência da subjetividade no discurso de agentes de segurança pública durante o trabalho de monitoramento de vias públicas através das câmeras de segurança é a transcrição dos fatos enunciativos de acordo com os elementos elucidados no item 3.4 deste trabalho.

4.4.2 Da Análise Enunciativa

É necessário tecer algumas considerações sobre a questão do método em linguística da enunciação. Flores e Teixeira (2005) formulam observações a esse respeito. Segundo eles, a enunciação não é um nível de análise, como o sintático, o morfológico ou o fonológico. Trata-se, sim, de um ponto de vista sobre a linguagem. O lugar teórico no qual o pesquisador se coloca, determinará, então, a análise que será feita dos fatos linguísticos. Os autores utilizam o termo “fatos” e não “dados” como, normalmente, se conceitua o *corpus* em linguística, porque não se trata de algo “dado” como evidência, mas do produto de um construto teórico. Sendo assim, não existe um fenômeno linguístico *a priori* a ser estudado, mas qualquer fenômeno que já tenha sido tratado por outras perspectivas linguísticas, não importa em que nível, pode receber o “olhar” da linguística da enunciação, basta que, para isso, se leve em conta o que já está indicado no texto de Benveniste (1989, p. 83-84): “na enunciação, consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, a situação em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”.

Na perspectiva enunciativa, a subjetividade está sempre implicada, razão pela qual cada análise da linguagem é única, embora a organização do sistema da língua seja dotada de estabilidade. De acordo com os objetivos do presente projeto, o dispositivo metodológico de análise a ser construído deve ser capaz de permitir a apreensão, no discurso, de marcas, a partir das quais a intervenção da subjetividade constitutiva da atividade de trabalho pode ser apreendida. Conforme explicitado no item 3.2.3, a partir do texto de 1970, Benveniste estende o dispositivo enunciativo a toda a língua. Desse modo, além dos indicadores típicos da subjetividade, nossa busca se orienta para usos particulares, isto é, para sentidos promovidos no e pelo ato de conversão da língua em discurso.

Conforme visto no segundo capítulo deste estudo, o trabalho, seja das polícias ou das guardas municipais, tem a prevenção como missão principal, além de outros encargos no campo repressivo, não se limitando a uma prática de atos decorrentes dos fatos delituosos, como cuidar exclusivamente da apuração ou atender aos chamados da população por intermédio de suas centrais telefônicas.

Reiteramos que o foco de nosso estudo é o trabalho específico de policiais na observação dos espaços públicos municipais através das câmeras de segurança: a Atividade de Monitoramento. Há de se destacar, portanto: muito além de constituírem uma ferramenta para identificar sujeitos que cometeram determinado ato criminoso ou para saber como e quando ocorreu determinado fato, as câmeras de monitoramento acompanhadas por agentes de segurança pública também são uma ferramenta de prevenção à violência. Os agentes precisam identificar uma situação de risco e, mediante comunicação com equipe(s) externa(s), intervir para evitar que o crime ou ato ilícito suceda.

Assim, o monitoramento por câmeras, pode-se afirmar, presta um serviço de inteligência para as polícias, uma vez que executa ações direcionadas ao auxílio ao policiamento ostensivo fardado, fornecendo subsídios para que este possa agir de forma mais eficiente e cumprir a missão constitucional atribuída às instituições. Este trabalho dos agentes de monitoramento, entre outros, consiste em frustrar delitos, na prevenção da violência.

A partir disso, encaminhamo-nos para o segundo passo, para a análise da materialidade linguística coletada, a **Análise Enunciativa**. Parte-se, aqui, do pressuposto de que não é possível compreender e investigar as atividades de trabalho sem as contribuições provenientes das trocas verbais entre os trabalhadores. Na verdade, não existe situação de trabalho em que não haja algum tipo de interação verbal.

A primeira tentativa de recorte metodológico da análise da linguagem em situação de trabalho foi a distinção das falas desenvolvida por Lacoste (1998). Essa proposta diferencia a linguagem *como*, *no* e *sobre* o trabalho. A linguagem *como* trabalho é aquela que é utilizada durante e para a realização da atividade. A linguagem *no* trabalho é que não se relaciona diretamente com a execução da atividade, mas que ocorre na própria situação de trabalho. Por fim, a linguagem *sobre* o trabalho é a produção de saber sobre a atividade, seja durante a sua realização, entre os próprios atores, seja em algum questionamento posterior (Lacoste, 1998).

No contexto de realização desta pesquisa, a distinção das falas é importante porque o objetivo pretendido é justamente a análise das falas dos agentes de segurança *como* trabalho,

ou seja, as suas falas durante a atividade de antecipação ou repressão a uma situação de risco ou delituosa.

Realizar um estudo sob a ótica da Linguística da Enunciação significa, em princípio, não ter um fenômeno a analisar, mas, reafirmando a máxima de Saussure (1991), de que *o ponto de vista cria o objeto*, poder selecionar os fatos linguísticos a serem estudados no momento em que estes forem tomados para investigação.

Isso significa dizer que o objeto de investigação é constituído no momento em que se opta pela teoria que embasará o estudo deste objeto.

Pelo caminho até aqui traçado, fica claro que o objeto de estudo desta pesquisa é a enunciação, sendo que esta é atualizada em cada instância enunciativa e engloba toda a língua. Assim, o foco da constituição do material de investigação não está na *forma* (o estável da língua), mas no *sentido* (sempre único, irrepetível).

Essa postura possibilita que a relevância nos estudos enunciativos da linguagem não esteja na quantidade de *fatos* analisados ou na reincidência de determinados *fatos*, visto que a possibilidade de enunciados é infinita. Em síntese, o *corpus* consiste em uma determinada manifestação linguística dentro da qual são recortados *fatos linguísticos*, ou seja, o que propriamente será estudado em função dos objetivos de cada análise.

Nesta pesquisa, o *corpus* é formado por uma série de enunciados produzidos oralmente por agentes de segurança pública que exercem a atividade de monitoramento através de câmeras de segurança, de onde serão recortados *fatos* enunciativos que permitirão vislumbrar como intervém a subjetividade nessa atividade.

Conforme pudemos aprender até agora, a partir das concepções de Benveniste, é na e pela linguagem que o indivíduo se constitui como sujeito, sendo que a língua disponibiliza elementos para que isso aconteça, como é o caso da categoria de pessoa (da qual fazem parte os pronomes e o verbo, expressando pessoalidade), da categoria de tempo (com verbo e advérbios, expressando a temporalidade) e da categoria de espaço (com advérbios e pronomes, expressando a espacialidade), além de formas que assumem sentidos particulares na instanciação do discurso.

É evidente que a existência da subjetividade se dá na e pela linguagem, mas é a atitude do locutor diante da língua que ativa essa propriedade e assim deve ser porque não haveria possibilidade de dispor, para cada indivíduo, signos específicos para marcar a sua subjetividade. Todos usam os mesmos, sendo que, a cada vez que forem concretizados, referem-se a quem os usou. Depois da enunciação, estão livres novamente e vazios de sentido e referência para que outro possa assumi-los. De acordo com Benveniste (1991b, p. 288), “a

linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*”. Para o autor, não há outra forma de o indivíduo legitimar sua subjetividade senão pelo testemunho dado por ele mesmo para um outro.

Finalmente, vale destacar que o estudo aqui proposto não tem a intenção de empreender uma análise exaustiva e de totalidade da materialidade linguística coletada, uma vez que há mais de 20 horas de filmagens realizadas. Propõe-se, a título de ilustração, a análise de quatro fatos enunciativos que possam elucidar a emergência da subjetividade na prática discursiva dos agentes de segurança pública observados durante a realização de seu trabalho de monitoramento através das câmeras de segurança.

5 A INTERVENÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ATIVIDADE DE MONITORAMENTO

A seguir, apresentamos a análise de quatro fatos enunciativos, selecionados entre todas as horas de gravação realizadas conforme relato anterior e seguindo uma ordem cronológica. Dentre os quatro registros propostos para estudo, em dois houve decisão por interferência policial na cena identificada pelos agentes controladores das câmeras de segurança. Nos dois restantes, no entanto, os agentes decidiram por não intervir.

A análise apresenta dois movimentos. No primeiro, tentamos delinear o quadro da enunciação, a partir de indicadores do gesto de apropriação da língua pelo locutor (eu-tu-aqui- agora). No segundo, examinamos formas que, embora não sejam classicamente definidas como “marcas de subjetividade”, apresentam um uso singular da língua, a partir do qual se configura, na fala dos agentes, a emergência da subjetividade em momentos de decisão sobre uma possível situação de risco.

5.1 A MULHER OU A MENINA DA PRAÇA?

O fato enunciativo a seguir foi gravado durante a observação do trabalho de monitoramento no dia 22 de julho de 2010, às 15h43min:

Contextualização	
Participantes	AGE1, AGE2 e AGE3. Todos agentes de segurança pública trabalhando em frente aos monitores, na Central de Monitoramento.
Data da filmagem	22 de julho de 2010, quinta-feira, às 15h43min.
Situação	Esse diálogo se dá num momento de antecipação a uma possível ocorrência. AGE1 observa as imagens de uma câmera que foca uma praça da cidade de São Leopoldo. Passa a observar uma jovem, aparentemente esperando por alguém, circulando, sempre de novo, pelo mesmo local da praça. Além disso, há um homem, sentado ao centro da praça, falando ao telefone, com o qual a jovem se comunica, por gestos, pelo menos três vezes. Um automóvel gol, de cor branca, estaciona e o motorista conversa com a jovem através da janela do carona.

Transcrição do Fato Enunciativo	
AGE1	Vem aqui um pouco!
<i>Com</i>	<i>AGE1 chama para sua mesa AGE2, a fim de que este acompanhe as imagens observadas, até então, apenas por AGE1. AGE2, em resposta à solicitação de AGE1, posiciona-se ao lado deste. De imediato, identifica todos os elementos da cena acima descritos e enuncia:</i>
AGE2	Quer ver que ela entra no gol?
AGE1	Que foi, M. [?]
<i>Com</i>	<i>M. é a abreviação do nome de AGE2</i>
AGE2	Ela ta indo pro gol, né [?]
AGE1	Ah[?]
AGE2	Ela ta indo no gol.
AGE3	Essa ele não viu contigo.
<i>Com</i>	<i>AGE3, embora não chamado para a conversa, tenta intervir no que identifica como falta/ falha de comunicação entre AGE1 e AGE2. Como ambos aparentemente não conseguem se entender, AGE3 infere que AGE1 não estaria observando a mesma imagem que AGE2.</i>
AGE2	Não viu [?]
AGE1	To vendo o gol pra ti...
AGE2	O que é que tem [?]
AGE1	Rapaz... Esse gol aí [?] Vai, A., põe pro alto... [=riso]
<i>Com</i>	<i>A. é a abreviação do nome de AGE 3. “Colocar para o alto”, nessa situação, significa que o AGE1 quer que a imagem que está sendo por ele visualizada no monitor seja transmitida por AGE3 no telão, para que todos possam ver.</i>
AGE2	Vou ter que falar com o S.
<i>Com</i>	<i>S. é, ao que parece, um colega de AGE1, AGE2 e AGE3 que, no momento, não está em turno de trabalho. AGE2 decide ligar para S. Pega, sobre sua mesa, um papel no qual há um número de telefone. Aparentemente, o motivo da ligação não é a cena identificada por AGE1, compartilhada com o grupo de agentes e sobre a qual discutiam.</i>
AGE3	É do G. esse telefone...
<i>Com</i>	<i>AGE3 alerta AGE2 de que o número constante no papel não é do telefone de S., mas de G.</i>
AGE2	Tá, e o que tu quer dizer que ac[/] ocorreu aí [?] É uma zero-quatro isso aí [?]

	<i>Com AGE2, fazendo menção de sair da sala de monitoramento (para telefonar), questiona AGE1 sobre a sua opinião a respeito da cena, buscando o porquê de ter chamado a atenção de todos. “Zero-quatro” é o código que caracteriza “ato obsceno”.</i>
AGE1	Acho que é 19 [!]
	<i>Com “19” é o código que caracteriza “prostituição infantil, abuso de menor / incapacitado”</i>
AGE2	Não, capaz que é 19 [!][!]
AGE3	Não é 19 [!]
AGE2	Capaz [!] Capaz [!] É velha, cara [!]
AGE3	Vai saber também, né? [@] Vai observar essas coisas [@ @ @]
AGE2	Mas isso aí [@] o que eu quero dizer é que ela tem um corpão [@ @ @]

Conforme vimos na metodologia (Cap. 4), a antecipação a uma prática delituosa envolve situações acessíveis e inacessíveis aos olhos do linguista. A decisão a respeito de uma situação de risco normalmente se dá na interação, num processo de discussão, e é justamente nesse momento de discussão entre os agentes que buscamos indícios da emergência de sua subjetividade.

Começemos por definir a instauração do quadro enunciativo.

Segundo Benveniste, o locutor é o “indivíduo linguístico” que assume a língua na enunciação, designando-se como “eu”. Como “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste, *eu* não emprego, ‘eu’ a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu* (BENVENISTE, 1995, p. 286), ou seja, é imprescindível que o *tu* faça eco a *eu*, num tempo e num espaço determinados, para que a enunciação se instaure.

Na primeira fala deste recorte enunciativo, AGE1 identifica, no monitor, o que considera uma situação de risco e chama para junto de si AGE2: “Vem aqui um pouco [...]”. Embora não exista aí a marca mais evidente de subjetividade (eu), o quadro da enunciação se instaura. Vejamos de que modo.

Benveniste (1989, p. 86) destaca que, além das formas que a enunciação promove à existência – os clássicos indicadores de subjetividade -, ela “fornece também as condições necessárias às grandes funções sintáticas”, ou seja, ela dispõe de um “aparelho de funções” de que o locutor pode fazer uso para “influenciar de algum modo o comportamento do alocutário”. Trata-se da interrogação, da asserção e da intimação.

No excerto em análise, o locutor (AGE1) se “apropria” da língua através desse “aparelho de funções”, mais especificamente, através do modo imperativo, que implica uma relação viva e imediata com o *tu* (AGE2), e fazendo uso de uma marca dêitica de lugar (*aqui*).

O modo imperativo¹⁴, restrito em pessoas, exprime, conforme a situação, ordem, conselho, convite ou sugestão. Assim, convoca necessariamente o *tu*, a quem cabe atender algum tipo de demanda. Seu valor modal é diretivo: ele visa orientar a conduta do interlocutor¹⁵. O imperativo situa o processo no futuro, em um momento posterior ao ato de enunciação, embora esse futuro possa, como no recorte que examinamos, ser imediato.¹⁶

Ao aproximar-se de AGE1, conforme indicado no comentário que segue o enunciado em estudo, AGE2 coloca-se como *tu*, instituindo-se, assim, o que Benveniste (1989, p. 87) chama de “*quadro figurativo*”¹⁷ da enunciação: AGE1 e AGE2, na posição de parceiros, apresentam-se como protagonistas da enunciação. A partir daí, a inversibilidade se instaura e ambos tentam “decifrar” o enigma que a imagem do monitor encerra. Em alguns momentos um outro agente (AGE3) participa da conversa, numa tentativa de contribuir para a compreensão do que a imagem mostra.

Além das marcas pessoais acima elucidadas serem um claro ponto de apoio para a instauração do quadro da enunciação, concorrem para tal outras classes gramaticais que a língua empresta ao locutor para que ele enuncie sua posição de sujeito. Expressões como as sublinhadas em “Quer ver que ela entra no gol?” (AGE2); “To vendo o gol pra ti” (AGE1) e “Vou ter que falar com o S.” (AGE3) apresentam verbos e/ou locuções verbais que, por sua desinência, indicam a pessoa e o tempo. Advérbios ou adjuntos adverbiais também podem assumir essa função. Por exemplo, AGE1, quando enuncia “Vem aqui um pouco!”, deixa entender que a demanda feita a AGE2 não vai tomar muito de seu tempo.

Já no que diz respeito à espacialidade, podem-se identificar inúmeras marcas que estabelecem a noção de espaço no enunciado. Voltando ao excerto citado logo acima, AGE1, quando diz “Vem aqui um pouco!” indica, partindo do lugar em que se encontra, o espaço para onde AGE2 deve se deslocar.

Esses indicadores de subjetividade ligados ao espaço também podem apontar para a posição de um objeto com relação ao locutor ou interlocutor. Uma amostra disso se percebe

¹⁴ A descrição do modo imperativo é feita com base em Riegel; Pellat; Rioul (1994, p. 330-332).

¹⁵ O valor diretivo do imperativo explica sua limitação em pessoas. O locutor emprega o imperativo para se endereçar a um outro sobre o que ele deve fazer. O *tu* (*você/vocês*) é, então, a pessoa visada. Dificilmente o *eu* dá ordens/aconselha a si próprio. Quando isso acontece, a forma utilizada é a chamada primeira pessoa do plural (*nós*): “Continuemos a batalha”. Quanto à terceira pessoa (a não-pessoa), por ser exterior à troca comunicativa, não pode ser a destinatária direta da ordem.

¹⁶ Em casos como o dos provérbios, o imperativo exprime ordem ou conselho válidos para todos os tempos.

em uma das falas de AGE1: “Esse gol aí? Vai, A., põe pro alto”. Por meio dessas marcas há uma ordenação espacial, que parte do lugar do “eu”. Esses elementos, conhecidos como dêiticos, têm, portanto, a função de estabelecer o tempo e o lugar da enunciação.

Até aqui, vimos que o locutor se constitui como sujeito fazendo uso de signos específicos, de elementos da língua que permitem que isso aconteça (indicadores de subjetividade/dêiticos), seja expressando pessoalidade, temporalidade ou espacialidade.

Buscamos agora outras marcas que possam evidenciar uma atitude do locutor diante da língua, capaz de apontar para a emergência da subjetividade no processo decisório sobre situação de risco, que interessa à análise que propomos.

5.1.1 Zero-Quatro ou Dezenove?

A partir da fala inicial de AGE1, chamando para junto de si AGE2, a conversa entre os três agentes envolvidos nesta cena se desenvolve. Eles visualizam a mesma cena da jovem, em uma das praças da cidade, conversando com o motorista do automóvel gol, de cor branca, através da janela do carona.

AGE2 quer entender o porquê de AGE1 ter identificado aquela cena como sendo uma situação de risco, merecedora de atenção por parte deles: “Tá, e o que tu quer dizer que ocorreu aí?”. Na sequência, antes de qualquer resposta, AGE2 emenda: “É uma zero-quatro isso aí?”. Pelo código policial de comunicação via rádio, zero-quatro (04) designa um “ato obsceno”.

Ao mesmo tempo em que pergunta a AGE1 sobre sua definição, AGE2 mostra como interpreta a cena da moça que conversa com o homem através da janela do carona: a posição que a moça ocupa na cena, em conversa com o motorista do carro, poderia configurar uma situação de ato obsceno. Note-se que AGE2 faz uso de uma interrogação, que, por ser “uma enunciação para suscitar uma resposta” (BENVENISTE, 1989, p. 86), acaba implicando AGE1. Em outras palavras, AGE2 não deixa de interpretar a cena, mas o faz chamando a cumplicidade de AGE1, que, no entanto, recusa essa interpretação, trazendo uma outra: “Acho que é 19 !”. Conforme AGE1, portanto, a moça seria uma menina, menor de idade, afinal, “19” é o código que caracteriza “prostituição infantil, abuso de menor / incapacitado”.

¹⁷ Grifo do autor.

Como se pode perceber, as situações às quais os códigos são aplicados passam por uma apreciação de caráter subjetivo. O que é para um, pode não ser para o outro.

Nessa sequência enunciativa, interpretações divergentes são feitas por AGE1 e AGE2 para a cena que observam. Identificamos aqui a emergência da subjetividade, pois há uma atitude diferente dos participantes da troca verbal diante da aplicação dos códigos que identificam os delitos.

Schwartz (2007, p. 192) chama a atenção para a “infidelidade crônica do meio”, isto é, para a “impossibilidade de padronização absoluta” nas situações de trabalho. O que ele quer salientar é o fato de as instruções orientadoras do trabalho serem sempre insuficientes, tendo em vista que “o dizer não recobre o fazer”, ou seja, “a linguagem, por mais que se execute a partir de uma base comum (um código compartilhado), abre-se para uma gama infinita de possibilidades que não se deixam apreender por uma operação de simples deciframento” (TEIXEIRA; CABRAL, 2009, p. 239). Assim sendo, é necessário fazer escolhas para dar conta do que falta, o que faz da atividade de trabalho um processo que inclui o preenchimento de “buracos de normas”, em que o risco de falhar, criar dificuldades novas, desagradar está sempre colocado (SCHWARTZ, 2007, p. 193).

A discussão instituída em torno da codificação da cena que os agentes observam, no recorte que estamos analisando, demonstra que cada um deles tenta “lidar” a seu modo com essas lacunas que são inerentes às instruções, pois, em razão da “infidelidade do meio”, não há como fazê-lo de maneira padronizada.

5.1.2 Capaz

A afirmativa de AGE1 de que se trata de uma ocorrência de “19” é prontamente refutada por AGE2: “Não, capaz que é 19!”. Além da partícula de negação “não” proferida por AGE2, há um reforço na negativa do dizer do outro pela utilização da palavra “capaz” neste enunciado. Essa palavra, aqui, não funciona em seu sentido habitual, como adjetivo que designa um sujeito “que tenha capacidade de”, mas como um intensificador enfático de refutação do ponto de vista de AGE1.

Segundo Luís Augusto Fischer, em seu *Dicionário Porto-Alegrens* (2007, p.34), esse uso de “capaz”, comum no Rio Grande do Sul, tem, em sua origem, um apelo irônico:

“capaz” pode ser entendido como a forma reduzida de “claro que não! Como tu és capaz de fazer / afirmar isso?”.

Entendemos o uso dessa expressão por AGE2 como um ponto de emergência de sua subjetividade. Ao afirmar “Capaz que é 19”, e repetindo a expressão por mais duas vezes, AGE2 afirma que, em sua concepção, em hipótese alguma, aquela moça seria menor de idade e, portanto, vítima de abuso, configurando a “19” sugerida por AGE1. Desse modo, ele não se submete ao sentido que AGE1 quer imprimir à cena observada e novamente utiliza seus próprios recursos para gerir o “vazio de normas”, constitutivo das atividades de trabalho de um modo geral. Ele se sente convocado a “usar de si”, orientando sua escolha em função de critérios e valores particulares.

5.1.3 É velha!

AGE2 ao enunciar “Capaz! Capaz! É velha, cara!” refuta a concepção de AGE1 a respeito da cena que visualizam pelas câmeras de segurança. AGE2 caracteriza a mulher observada como “velha”, adjetivo que, nessa enunciação, assume um sentido particular, que transcende a questão da idade. AGE2 não tem a intenção de dizer que a mulher sobre a qual conversam é uma pessoa de idade avançada. O adjetivo “velha”, nesse caso, indica a impossibilidade de enquadrar a situação observada no código 04. Para se configurar como abuso de menor ou prostituição infantil, a mulher deveria ser menor de idade. Conforme a avaliação de AGE2, ela não o é. Percebe-se aqui, novamente, uma apreciação de caráter subjetivo por parte de AGE2, um julgamento de valor com relação à pessoa monitorada, que, a julgar pelo desfecho da situação, acaba sendo compartilhado pelos demais agentes.

O fato de AGE2 engajar os outros em sua interpretação mostra que há valores coletivamente engendrados que transparecem na situação de trabalho.

O adjetivo “velha”, no excerto em análise, apresenta-se como definitivo para o encaminhamento da decisão de intervir ou não na situação observada. A decisão passa, então, pelo filtro dos agentes que discutem a cena, ou seja, é tomada por um critério intersubjetivamente construído, no ato de enunciação, em que “vazios de instruções” são preenchidos pelo “uso de si por si”, num processo em que valores pessoais têm papel crucial.

5.1.4 Corpão

Na sua próxima fala, AGE2, diante da observação de AGE3 “Vai saber também, né? [@] Vai observar essas coisas [@ @ @]”, tenta, de certa forma, justificar o uso do adjetivo “velha”, através de uma meta-enunciação “[...] o que quero dizer, é que ela tem um corpão”. A necessidade de meta-enunciar aparece quando o falante antecipa no outro uma provável reprovação em relação ao que diz. Trata-se de uma tentativa de “restaurar a imagem de si” que ele julga ter comprometido. Não deixa de funcionar também como um modalizador, utilizado para mitigar possíveis efeitos de sentido não-desejados de uma palavra e/ou expressão. Desse modo, pode soar como uma estratégia de busca de adesão do interlocutor pela atenuação desses efeitos possivelmente julgados como indesejáveis.

Ao utilizar o aumentativo “corpão”, AGE2 quer justificar o uso da expressão “velha”, que pode ter sido infeliz, afirmando tratar-se de uma mulher com um corpo bem desenvolvido e, portanto, distinto do de uma menina com idade inferior a 18 anos. Trata-se, portanto, da tentativa de atribuir um critério “objetivo” a um valor atribuído pelo enunciador à mulher que a imagem mostra, e, assim, quem sabe, conquistar a adesão dos parceiros de trabalho.

Parece que a estratégia foi bem sucedida, pois, ao final, não houve contato com os agentes de rua ou Central de Polícia. A decisão foi de não intervir naquela situação originalmente identificada como de risco ou delituosa por parte de AGE1. Os argumentos de AGE2 revelaram-se suficientemente convincentes para que a situação fosse considerada sem perigo.

A situação analisada ilustra o que preconiza Schwartz (2007, p. 193): a atividade de trabalho tem um pouco a ver com uma “dramática”. E isso remete ao que se pode chamar de subjetividade. Ao destacar esse aspecto, o autor imprime “algo de drama, de grandeza”, em ações normalmente consideradas como infinitamente pequenas ou negligenciáveis. “O trabalho nunca é totalmente expectativa do mesmo e repetição – mesmo que o seja em parte” (SCHWARTZ, 2004, p. 23). Processos internos intervêm constantemente na tentativa que o trabalhador faz de gerir os vazios que inevitavelmente aí se colocam.

5.2 O VENDEDOR AMBULANTE

O fato enunciativo a seguir foi gravado durante a observação do trabalho de monitoramento no dia 24 de julho de 2010, às 14h12min:

Contextualização	
Participantes	AGE1, AGE2, AGE3 e AGE4. Todos agentes de segurança pública trabalhando em frente aos monitores, na Central de Monitoramento.
Data da filmagem	24 de agosto de 2010, sábado, às 18h31min
Situação	Este fato enunciativo se dá a partir da identificação, por parte de AGE1, de uma irregularidade na localização de uma barraca para venda de churros durante a São Leopoldo-Fest, nas imediações do Ginásio Municipal. Trata-se de uma calçada localizada entre as pistas de uma avenida. AGE1 expõe a cena como sendo de perigo para os motoristas, que têm a sua visibilidade reduzida em virtude do ambulante. A barraca, inclusive, anula uma placa de sinalização. O perigo se estende também ao próprio ambulante, em virtude da proximidade com que os carros passam por ele.
Transcrição do Fato Enunciativo	
AGE1	Tu concorda com um negócio desses[?] To te falando [@] tu vai pegar o ponto.
<i>Com</i>	<i>AGE1 dirige sua fala a AGE2. Inicialmente, pede a sua opinião e, na sequência, ironicamente sugere que AGE2 assumira a posição do ambulante, estando sujeito aos mesmos riscos.</i>
AGE2	Não aguenta mais [/]
<i>Com</i>	<i>AGE2 enuncia essa frase no momento em que atende o celular e sai da sala de monitoramento, aparentemente sem prestar muita atenção ao que diz AGE1.</i>
AGE3	Mas aquele ponto ali ele [@ @ @] Na realidade [@] ele tem razão [@] Ta pagando pra botar o ponto em algum lugar [@ @ @] Esse ponto aqui o cara ta pagando, com certeza.
<i>Com</i>	<i>Conforme AGE3, o ambulante teria razão em colocar a sua barraca de vendas naquele local, pois teria, a exemplo dos demais vendedores naquela avenida, pago para ter a licença para exercer a atividade.</i>
AGE4	Ah, é.
<i>Com</i>	<i>AGE4 concorda com a afirmativa de AGE3</i>
AGE3	Ele ta pagando e pode ficar ali.

	<i>Com</i> AGE3 reafirma que, por estar pagando, o vendedor tem o direito de instalar-se naquele local.
AGE4	Ta, mas não tem fiscal ali[?] [@@@] Não podia fazer isso.
	<i>Com</i> AGE4, depois de inicialmente concordar com AGE3, questiona sobre a presença de um fiscal que, eventualmente, possa verificar a situação do vendedor. Em seguida, afirma que o vendedor realmente não poderia estar instalado naquele local.
AGE1	Ele é ambulante[!]
AGE3	Não [@] mas ele ta pagando pra botar no canteiro central cara.
AGE1	Eu sei [@] mas não tem como colocar ponto fixo.
AGE3	Ah[?]
AGE1	Não tem como colocar ponto fixo cara.
	<i>Com</i> AGE1 concorda com AGE3 no sentido de que o vendedor tenha pago para instalar a sua barraca e vender seu produto. No entanto, entende que não há um local determinado para que instale a sua barraca.
AGE4	Mas aí tem que colocar uma placa ali no começo então.
	<i>Com</i> De acordo com AGE4, deveria ser colocada uma placa no local, em compensação àquela tapada pela barraca.
AGE1	Não, mas se puser uma placa ele vai pro lado, entendeu [@] Ele é ambulante, entendeu [?]
	<i>Com</i> AGE1 entende que, se for colocada uma placa, o ambulante perderia espaço, tendo de ir ainda mais para o lado. AGE1 reafirma se tratar de um “ambulante”, que pagou para se instalar em algum lugar da avenida durante o evento.
AGE4	Ta, mas ele não pode botar ali [@ @ @] Não pra aquele lado.
AGE3	Só pode ter vindo lá do[/] [@ @ @] Ele pediu liberação pra alguém[!]
AGE1	Mas ali não pode[!] Olha aquele gás na ponta.
	<i>Com</i> “... aquele gás na ponta” é um botijão de gás, praticamente em cima do meio-fio da calçada, próximo da passagem dos carros.
AGE3	Claro que não pode[!] Mas pode ter certeza, ou ele ta pagando ou alguém [/] [@ @ @] Ele foi liberado por alguém.
AGE4	Não, mas ali no canteiro [@] onde atrapalha [@] tem lugar pra cruzar de carro.
AGE3	Bah [@] tem até um cara lá tirando foto lá [@ @ @] Vou

	mandar botar pro lado.
Com	<i>AGE3 sugere “botar pro lado”, para uma das laterais, não no espaço central entre as pistas.</i>
AGE1	O gás é um perigo cara [@] Ta louco[!] [@]
AGE3	No sol[!]
AGE1	Os caras da SEMEDES são maneiros, né?
AGE3	Eles tão vindo [@@@] só se eles for cego pra não ver aquilo ali num lugar público.

No segundo recorte enunciativo que propomos à análise, há, novamente, a antecipação de uma situação de risco. O período de gravações, neste caso, ocorreu durante a *São Leopoldo-Fest*, uma festividade organizada anualmente pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo em comemoração à vinda de imigrantes alemães ao município, a partir de 1824. Nessas ocasiões, além de um parque de exposições montado junto ao Ginásio Municipal, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social (SEMEDES) organiza e aluga barracas para comercialização de lanches e produtos alimentícios ao longo da Rua Independência e da Avenida Dom João Becker, próximas ao local do evento.

AGE1 visualiza uma barraca que comercializa lanches instalada no canteiro central da Avenida Dom João Becker. Na sequência, expõe a AGE2, AGE3 e AGE4 a situação que considera perigosa tanto para os motoristas, que têm a sua visibilidade reduzida em virtude do ambulante, quanto para o ambulante, em virtude da proximidade com que os carros passam por ele. Este é o contexto da discussão que agora focalizamos. São quatro os agentes, mas um deles (AGE2) não participa propriamente da troca verbal, uma vez que se afasta logo no início para atender o celular.

Começamos pela definição do quadro da enunciação, instaurado por AGE1 que, de imediato, institui um *tu* na posição de parceiro: “Tu concorda com um negócio desses[?] To te falando [@] tu vai pegar o ponto”, estabelecendo a reciprocidade que garante a troca verbal: que *tu* se torne *eu* na alocação, num processo de inversibilidade.

O pronome pessoal *eu*, explicitamente, ocorre apenas em uma das falas de AGE1: “Eu sei, mas não tem como colocar ponto fixo”. No entanto, essa marca da subjetividade apresenta-se em dois outros momentos, na desinência dos verbos, em falas de AGE1: “To te falando[...]” (forma reduzida de “estou”) e “Vou mandar botar pro lado”, em uma das enunciações de AGE3.

As marcas da presença de um alocutário também são claramente perceptíveis, seja através da utilização explícita do pronome pessoal *tu*, seja pela desinência verbal, seja pelo pronome oblíquo relativo à segunda pessoa do singular:

AGE1 – “Tu concorda com um negócio desses?”

“To te falando [@] tu vai pegar o ponto”.

AGE3 – “Mas (tu / você) pode ter certeza, ou ele ta pagando ou alguém...”

“Ele é ambulante, (tu / você) entendeu?”

Além disso, é preciso que mencionemos os vocativos como marca da presença de um alocutário:

AGE3 – “Não, mas ele ta pagando pra botar no canteiro central, cara”

AGE1 – “Não tem como colocar ponto fixo, cara”.

“O gás é um perigo, cara”.

Assim, verificamos a primeira categoria que define o quadro no qual Benveniste expõe a subjetividade, a dos pronomes pessoais *eu* e *tu*. Passamos agora para a segunda categoria, constituída por expressões espaciais e temporais, a maioria delas, dêiticas.

AGE1 - “Não, mas se puser uma placa ele vai pro lado, entendeu?”

“Olha aquele gás na ponta”.

AGE2 – “Mas ali não pode. Só pode ter vindo lá do...”

AGE3 – “Mas aquele ponto ali ele”.

“Esse ponto aqui o cara ta pagando, com certeza.

“Ele ta pagando e pode ficar ali.”

“No sol!”

“Só se eles for cego pra não ver aquilo ali num lugar público.”

AGE4 – “Ta, mas não tem fiscal ali?”

“Não podia fazer isso”.

“Não, mas ele ta pagando pra botar no canteiro central, cara”.

“Mas aí tem que colocar uma placa ali no começo então”.

“Ta, mas ele não pode botar ali. Não pra aquele lado”.

Essas marcas nos permitem situar o discurso em um ponto de referência externo (no canteiro central) e na instância da enunciação, a partir do lugar do *eu* que enuncia.

Esses indicadores de subjetividade e dêiticos mostram quem fala e com quem fala (locutor e alocutário - os pronomes *eu* e *tu* apresentados acima), bem como a situação espaço-temporal desses falantes. Vimos assim, novamente, que os locutores se constituem como sujeitos fazendo uso de signos específicos que a língua dispõe para que isso aconteça.

5.2.1 Na Realidade, Com Certeza, Ta louco!

Partimos agora para outras marcas nas falas dos agentes envolvidos na discussão, que compreendemos como indicadoras da emergência de sua subjetividade.

AGE1 inicia convocando os demais colegas a dizer se concordam com a situação em exame, AGE3 reage dizendo: “Mas aquele ponto ali ele... Na realidade, ele tem razão. Ta pagando pra botar o ponto em algum lugar. Esse ponto aqui o cara ta pagando, com certeza”.

A introdução da fala por um *mas* sinaliza que a posição de AGE3 vai se orientar numa direção diferente em relação ao que pensa AGE1, ou, pelo menos, que um elemento atenuador da possível “transgressão” na cena monitorada será trazido à consideração dos demais.

AGE3, em seu enunciado, faz uso das expressões “Na realidade” e “com certeza”, sublinhadas acima. Conforme Oliveira (2001), a língua coloca à disposição dos falantes uma série de recursos que precisam os limites dos sentidos da fala e de sua utilização. A análise desses recursos propicia verificar o posicionamento do enunciador frente à construção do enunciado, bem como também sua intervenção avaliativa no conteúdo da mensagem.

Essas formas recebem o nome geral de *modus*, ou recursos de *modalização*, e podem se referir tanto ao conteúdo dos enunciados (*o dito*), quanto à forma peculiar como o enunciador se coloca frente ao discurso (*o modo*). A análise do posicionamento do sujeito enunciador frente ao dito ou ao modo de sua enunciação permite estabelecer graduações diferentes de seu engajamento ou de seu afastamento em relação ao que afirma. Por sua vez, as formas de verificar o compromisso assumido pelo falante diante de uma enunciação permitem situar a emergência da subjetividade na construção do discurso.

A expressão “Na realidade” é usada para retificar a sugestão de AGE1 de que o vendedor está em local inadequado, o que já havia sido indicado pelo conector *mas* que introduz o turno de fala. Essa expressão serve para descrever o grau de adesão de AGE3 ao

conteúdo de seu proferimento, além de anunciar a posição que ele vai defender ao longo da troca verbal: se o ambulante está pagando, tem o direito de instalar-se ali.

A expressão “com certeza”, assim como a analisada anteriormente, permite também perceber o posicionamento de AGE3 frente ao dito. No entanto, em vez de retificar, “com certeza” indica ratificação em relação ao que ele próprio afirma: o vendedor está pagando para estar ali. Ele tem, pois, o direito de ali permanecer.

AGE3 não deixa de concordar com AGE1 e AGE4 que a localização da barraca é inadequada. No entanto, o fato de o vendedor ter pago para ali se instalar é, para ele, um argumento para garantir que o ambulante fique onde está.

Observa-se, nesse excerto, o “uso de si” feito por AGE3 para tentar decidir sobre o impasse. Em seu modo de valorar a situação, saberes da experiência pessoal prevalecem sobre aqueles relativamente codificados. Ele luta por fazer prevalecer a ideia de que o ambulante não pode ser penalizado pela situação irregular observada, tendo em vista que ele foi autorizado a ali se instalar.

Novamente temos uma discussão marcada por posicionamentos divergentes diante de uma mesma situação, que reafirma o que a análise anterior já mostrou: as instruções de trabalho deixam espaços vazios que colocam, para o trabalhador, a necessidade de intervir.

Passemos a analisar a terceira expressão selecionada neste item: “ta louco”. Essa expressão é usada por AGE1 no momento em que ele, observando as imagens, visualiza um botijão de gás ao lado da barraca, que está no sol e muito próximo da passagem dos carros. Diante dessa imagem, ele exclama: “O gás é um perigo, cara! Ta louco!”. Acreditamos que a expressão “ta louco”, nesse caso, funcione como um modalizador apreciativo, utilizada para indicar que alguém fez (ou falou) alguma coisa meio fora da realidade. Neste excerto, mostra que AGE1 avalia negativamente a cena que vê, reforçando, assim, sua argumentação contrária à permanência do ambulante naquele local. Por trazer um dado mais objetivo, afinal, é notório o perigo que um botijão de gás nessas condições pode representar, AGE1 acaba somando pontos em torno da ideia de intervir na situação para retirar a barraca daquele lugar.

5.2.2 Os Maneiros

A discussão entre os agentes segue o seguinte rumo: o vendedor está em lugar impróprio, mas, como teria pago para estar ali, seu direito de permanência deve ser garantido.

Conforme já mencionamos, durante a realização da São Leopoldo-Fest, a SEMEDES organiza e aluga barracas para comercialização de lanches e produtos alimentícios ao longo da Rua Independência e da Avenida Dom João Becker, próximas ao local do evento. Ou seja, se é mesmo verdade que o vendedor em questão pagou para estar ali, foi com a autorização da SEMEDES, portanto, a transgressão pode não ser propriamente dele.

No entanto, essa situação envolve riscos, tanto para ele quanto para os motoristas que por ali passam, conforme os agentes que observam as imagens, particularmente agravados pela presença de um botijão de gás no sol.

AGE3, que vinha defendendo o direito de permanência do ambulante no local, exclama “No sol [!]”, após as ponderações de AGE1 sobre o botijão de gás, como se reavaliasse sua posição diante de um fato indiscutivelmente revelador de perigo

No turno seguinte, AGE1 diz: “Os caras da SEMEDES são maneiros, né?”. AGE1 parece entender que, ao dizer “No sol [!]”, AGE3 finalmente concorda que a situação mostrada pelas câmeras de monitoramento é de risco. Além disso, tudo indica que AGE1 antecipa um não-dito na fala de AGE3: como podem ter dado permissão para a instalação da barraca nessas condições?

Em resposta a esse provável dizer do parceiro, AGE1 qualifica “os caras da SEMED” como “maneiros”. O termo “maneiro” significa “hábil”, “jeitoso”, “fácil de manobrar”. Nesse contexto, atesta a apreciação negativa de AGE1 a respeito dos funcionários da Secretaria, responsáveis pela organização das barracas de venda: por exigirem pagamento dos vendedores no sentido de garantir-lhes espaço para comercialização durante as festividades, os “caras da SEMEDES”, habilmente, não exercem controle nem fiscalizam essas instalações: são “maneiros”, adeptos da prática da “vista grossa”, não rara de ser encontrada em situações como essa. O tom irônico de seu proferimento funciona como uma espécie de tentativa de “consolar” AGE3 diante de uma realidade incontornável: o que se há de fazer? É assim que funciona. A utilização da partícula “né”, contração de “não é”, usada para solicitar ao *tu* confirmação em relação ao que *eu* profere, configura uma tentativa de levar AGE3 a se render à evidência dos fatos.

Ao final, a decisão foi de intervir, mandando para o local agentes de rua para que orientassem o vendedor a se retirar do espaço central da avenida, colocando-se em uma das laterais da pista, que não atrapalha a circulação dos veículos e que salvaguarda a sua própria segurança. Além disso, foi emitido um comunicado à SEMEDES justificando a decisão.

5.3 O SEQUESTRO

O fato enunciativo a seguir foi gravado durante a observação do trabalho de monitoramento no dia 26 de julho de 2010, às 18h35min:

Contextualização	
Participantes	AGE1, AGE2 e AGE3. Todos agentes de segurança pública trabalhando em frente aos monitores, na Central de Monitoramento.
Data da filmagem	26 de julho de 2010, segunda-feira, às 18h35min
Situação	Este diálogo se dá a partir de uma comunicação da Central de Polícia, via rádio, com o AGE1. A mensagem dá conta do desaparecimento de criança no Bairro Scharlau. A mãe da criança desaparecida fez contato com a Polícia Militar e apresentou, como principal suspeito, seu ex-marido, com quem briga na justiça pela guarda do filho. O homem estaria vestindo, naquele dia, uma jaqueta vermelha, uma calça marrom, uma bolsa a tira-colo e estaria de bicicleta. O pedido da central é de que os agentes verifiquem, através das câmeras, se há algum registro de um homem com tais características circulando pelo bairro entre 18h e 18h30min e, além disso, que o busquem pelas demais câmeras da cidade, em tempo real.
Transcrição do Fato Enunciativo	
AGE1	Esse ciclista estaria acompanhado[?]
<i>Com</i>	<i>AGE1 comunica-se com o agente da Central de polícia via Rádio, depois da comunicação inicial dando conta da situação acima.</i>
AGE1	Compreendido. Eu to com um ciclista aqui de vermelho.
AGE2	Mas não tem ninguém com ele.
<i>Com</i>	<i>AGE2 intervém, mesmo não tendo sido chamado à conversa por AGE1. Estabelece-se, a partir de então, o diálogo entre AGE1, AGE2 e AGE3.</i>
AGE1	Mas não tem ninguém com ele... Então tem que olhar a rótula no mesmo horário, na 12. Na 12, é [@] 12 [@] Entre 18h e 18h30min.
<i>Com</i>	<i>Este diálogo acontece às 18h35min. AGE1 sugere que AGE2 busque imagens gravadas pela câmera número 12, no horário entre 18h e 18h30min.</i>
AGE2	São 18h e[?] E qual a câmera mesmo[?]
AGE1	Na câmera 12... Entre 18h e 18h30min, pra ver se a gente

	acha esse cara com 35.
Com	<i>“35” é o código que caracteriza “criança, menor de idade, incapaz”.</i>
AGE2	12, não 18.
Com	<i>AGE 2 corrige a informação de AGE1. Em vez da câmera 12, o equipamento que capta as imagens da rótula referida por AGE1 é a de número 18.</i>
AGE3	Vou procurar[@@@]
Com	<i>AGE3 avisa que também vai procurar. Como ele é pessoa delegada para controlar as câmeras da periferia da cidade, sabe-se que ele fará as buscas por aquela região.</i>
AGE1	Entre 18h e 18h30min [@@@] Eu enxerguei um cara aqui[@@@] Prossiga[!]
Com	<i>AGE1 comunica-se novamente via rádio com a Central de Polícia.</i>
AGE1	OK. Nós estamos verificando. A princípio eu encontrei um ciclista aí, ta de jaqueta vermelha, boné e calça marrom, mas não tava com 35. Eu vou continuar deixando correr as imagens.
Com	<i>Ouve-se afirmativa via rádio e confirmação das características do suspeito: AGE1 viu um homem que atende a essas características, mas desacompanhado de criança.</i>
AGE2	To buscando ainda as imagens. Ali na zona sul.
Com	<i>AGE2 indica aos colegas a região observada por ele.</i>
AGE1	Enxergou, cara, alguma coisa[?]
Com	<i>AGE1 pergunta a AGE2 se avistou algum indício do suspeito.</i>
AGE2	Não, tá na do A. eu acho.
Com	<i>AGE2 nega e sugere que o suspeito possa ser enxergado nas câmeras da região controlada pelo AGE3, cujo nome inicia com a letra A.</i>
AGE3	Periferia[@@@] dois. Calça vermelha, né[?]
Com	<i>AGE3 indica a câmera de cujas imagens controla, câmera dois, e a região, periferia da cidade.</i>
AGE1	Não, jaqueta vermelha e...
AGE2	Amarelo[!]
AGE1	E amarelo [@] Acho que é 35 que deve ta [@ @ @]
Com	<i>“35”, de novo, no sentido de que com ele deve estar a criança desaparecida em questão. AGE3, sentado ao lado de AGE1, aponta para a tela que reproduz as imagens da câmera 12, sinalizando ter alguém com as características apontadas em vista.</i>

AGE1	Na 12[@@@][?] Eu to na 16.
<i>Com</i>	<i>AGE1 percebe o movimento de AGE3 e identifica que as imagens são da câmera 12.</i>
AGE1	Entre 18h e 18h30min.
<i>Com</i>	<i>Repete em voz baixa, para si mesmo.</i>
AGE2	Tinha que achar esse cara
AGE1	Não, não é aquele
<i>Com</i>	<i>AGE1 responde negativamente à suspeita de AGE3, apontada acima, na câmera 12.</i>
AGE2	Ta de vermelho[@@@] Com uma jaqueta.
<i>Com</i>	<i>Conforme AGE1, o homem localizado por AGE3 não preenche as características do homem buscado.</i>
AGE3	Entre 18h e 18h30min. E onde foi isso [?]
<i>Com</i>	<i>AGE3 quer saber das informações iniciais de AGE1: onde ele havia visualizado o homem sobre o qual falou via rádio no início do processo de busca.</i>
AGE1	É por enquanto [@@@] Ele tava vindo na principal em direção à encruzilhada [@] ali na Portão [@@@] A minha câmera ta girando assim [@] O cara que eu vi ali, tava sozinho.
AGE3	O cara da 29 era ele.
<i>Com</i>	<i>AGE3 avisa ter encontrado o mesmo sujeito nas imagens captadas em tempo real (18h42min) pela câmera 29.</i>
AGE1	A 29 [@@@]
AGE3	O cara da 29 era ele [@@@] A gente é a 12 aqui, mas encontrei ele na 29.
AGE1	Eu to olhando a 16 [@] A 16 tinha que ter uma coisa [@] O que apareceu não tava com a criança.
AGE2	Ele veio da rua Cristal [@@@] E pegou a direção Porto Quadros.
AGE3	Então a Portão é aquela lá, ó[@@@] Aquela ali é a estação [@] É a Portão, entrada da São Cristóvão [@@@] Aqui, ó.
AGE2	Ta [@] ta olhando qual? [@] Ah, ta olhando a um.
<i>Com</i>	<i>AGE2 quer saber qual a câmera atualmente monitorada por AGE3.</i>
AGE3	29, cara[!]
AGE2	Não entendi, como é que ele é o [/]
AGE1	Ta de jaqueta vermelha e acompanha uma criança, 35.
AGE3	Ta [@] ele vai passar aqui, ó [@] Calça marrom, jaqueta vermelha.
<i>Com</i>	<i>AGE3 volta as imagens e antecipa aos colegas a passagem do sujeito nas imagens da câmera 29, para que confirmem se</i>

	<i>tratar do mesmo sujeito.</i>
AGE1	Acho que ele raptou essa criança [@@@] O que passou na minha câmara eu não [@@@]
AGE3	Mas quanto tempo faz[?]
<i>Com</i>	<i>AGE3 quer saber o horário em que aconteceu o sequestro.</i>
AGE1	Entre 18h e 18h30min.
AGE3	Se isso aconteceu, a câmara não pegou[!]
AGE1	Passou um cara ali[!] [@@@] Eu vou passar essa informação que eu tenho. Eu vou ver esse cara, dar as características direitinho [@@@] e “babaus”
<i>Com</i>	<i>AGE1 afirma aos colegas que vai passar à Central de Polícia a informação sobre o sujeito observado.</i>
AGE3	Mas e tinha alguém junto com ele?
AGE1	Não tinha, esse que é o problema. Já vinha de lá. Não se sabe se largou essa criança também. [@@@] Mas as características é a mesma, bicicleta e tudo.[@@@] Eu vou ter que dar alguma coisa[!]
AGE2	Por quê[?] [@@@] Mas por quê[?] Não passou, não tem que avisar a Polícia.
<i>Com</i>	<i>AGE2 e AGE3 questionam AGE1 sobre o porquê de avisar a Central de Polícia se o sujeito definitivamente não apareceu com a criança dada como desaparecida.</i>
AGE1	Não, eu vou passar uma coisa que eu vi [@] Agora que cabe investigar [@] Eu vou investigar[?] Eu vou dizer o que eu vi[@] Eu vi um cara realmente [@] que apareceu com as características [@] Por que amanhã ou depois os caras vem olhar [@] “por que tu não me informou aquilo ali[?]” [@] “Apareceu[!] [@] não informou por quê[?]” [@] “É [@] porque não tinha criança” [@] “Ta, mas não tinha criança e o cara era” [@] Talvez abandonou a criança.
AGE2	Ta, é bom, é bom.
<i>Com</i>	<i>AGE2 concorda com a atitude de AGE1 e AGE3 sinaliza positivamente com a cabeça.</i>
AGE1	Claro que é bom.

Este terceiro recorte enunciativo que nos propomos a estudar tem uma característica distinta das dos dois anteriores. O diálogo se dá a partir de uma comunicação da Central de Polícia, via rádio, com AGE1. A mensagem dá conta do desaparecimento de criança em um dos bairros da cidade. As características do suspeito pelo sequestro foram passadas à polícia pela própria mãe da criança: um homem vestindo uma jaqueta vermelha, uma calça marrom, uma bolsa a tira-colo, e que estaria de bicicleta. Os agentes estão, portanto, envolvidos em

uma atividade de identificação e localização de um sujeito, a partir de características até certo ponto objetivas que lhes foram passadas. De fato, localizam uma pessoa com tais características, quando começa a discussão exposta acima e que aqui se pretende analisar.

Neste primeiro momento, passamos à elucidação da instauração do quadro da enunciação. O fato em análise inicia com uma pergunta dirigida por AGE1, via Rádio, a um agente da Central de Polícia, depois da comunicação do caso do sequestro da criança: “Esse ciclista estaria acompanhado[?]” . Embora o enunciado comece por uma referência a “esse ciclista” (não-pessoa), o fato de ser interrogativo implica “um processo de dupla entrada” (BENVENISTE, 1989, p. 86): o locutor se apropria da língua para demandar uma resposta de um *tu*, ausente fisicamente da interlocução (agente que está do outro lado da linha telefônica).

AGE1, no turno seguinte, se apresenta como sujeito de seu enunciado remetendo a ele próprio como *eu*. Ao contrário do ocorrido nos dois fatos enunciativos anteriores, neste temos várias ocorrências explícitas do pronome pessoal “eu”, conforme se pode visualizar abaixo, exclusivamente presentes nos enunciados de AGE1:

AGE1 – “Eu enxerguei um cara aqui”.

“A princípio eu encontrei um ciclista aí, ta de jaqueta vermelha, boné e calça marrom, mas não tava com 35. Eu vou continuar deixando correr as imagens.”

“Na 12... Eu to na 16”.

“Eu to olhando a 16”.

“Eu vou passar essa informação que eu tenho. Eu vou ver esse cara, dar as características direitinho”

“Eu vou ter que dar alguma coisa!”

“Não, eu vou passar uma coisa que eu vi [...] Eu vou investigar? Eu vou dizer o que eu vi. Eu vi um cara, realmente, que apareceu com as características...”

Especialmente na última fala destacada acima, AGE1 profere cinco vezes a palavra “eu”, talvez querendo evidenciar sua preocupação em assumir-se no papel de sujeito que toma para si a responsabilidade de passar à Central de Polícia as informações levantadas a respeito do suspeito.

Para além dessas ocorrências, o “eu” também está marcado na desinência verbal, conforme se pode ver a seguir:

AGE1 – “Acho que é 35 que deve ta”.

“Acho que ele raptou essa criança”.

AGE2 – “To buscando ainda as imagens”.

AGE3 – “Vou procurar!”

Ao utilizarem as formas verbais destacadas acima, AGE1, AGE2 e AGE3 claramente marcam a subjetividade, propondo-se enquanto sujeitos nessas enunciações.

Atenta-se ainda para outras formas linguísticas indicadoras de pessoa, por meio das quais se fundamenta a subjetividade ao discurso: o pronome “nós” e a expressão “a gente”.

Como sabemos, Benveniste (1988, p. 258) propõe que “nós”, em vez de ser descrito como plural de “eu”, seja entendido como um “eu” ampliado. A presença de “eu” é aí incontestável, mas o “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas: eu+tu; eu+tu+ele(s).

Na afirmação de AGE1: “OK. Nós estamos verificando”, é possível entender que o “nós” refere AGE1 e os demais agentes ocupados com a questão. É como membro de um grupo que inclui os parceiros de trabalho que AGE1 assume lugar no discurso nesse segmento.

A expressão “a gente” é tema da tese de doutorado de Paulo R. S. Borges (UFRGS). Nesse trabalho, o autor busca o diálogo entre a Teoria da Gramaticalização, a Teoria da Variação e Mudança Linguística e a Teoria da Enunciação de Benveniste para explicar o processo de pessoalização em torno de “a gente” no português brasileiro (BORGES, 2004, p. 163).

Borges caracteriza o pronome “a gente” a partir da noção de “pessoa” tal como proposta por Benveniste, bem como explicita a tipologia semântica associada ao tipo de referência de “a gente” na instância de discurso, chegando a várias categorias de uso dessa expressão: (a) a *a gente* genérico = *eu* (pessoa subjetiva) + *todo e qualquer indivíduo* (pessoa e não-pessoa); (b) plural exclusivo com baixo grau de pessoalização: *a gente* = *eu* (pessoa subjetiva) + *outro(s)* (não-pessoa); (c) plural inclusivo com médio grau de pessoalização [*a gente* = *eu + tu/você* (pessoa) + *outros(s)* (não pessoa)]; (d) plural inclusivo com alto grau de pessoalização [*a gente* = *eu + tu/você* (pessoa)]; (e) *a gente* = *eu* (pessoa subjetiva) com mais alto grau de pessoalização.

Na fala de AGE1: “A câmera 12... Entre 18h e 18h30min, pra ver se a gente acha esse cara com 35.”, a forma “a gente” apresenta-se, de acordo com a descrição de Borges (2004),

como um caso de plural inclusivo, com alto grau de pessoalização, pois agrega ao “eu” a segunda pessoa: a gente = eu + tu/você(s).

O mesmo ocorre nos enunciados de AGE3: “A gente é a 12 aqui, mas encontrei ele na 29”, em que a opção por “a gente” evidencia também um locutor que se institui como sujeito de seu discurso incluindo-se num grupo.

No que diz respeito à marca de alocutários, há, em apenas um momento, a aparição do pronome “tu” ou “você” na desinência do verbo, em uma das falas de AGE1, em pergunta realizada a AGE3: “Enxergou, cara, alguma coisa?”. Nesse enunciado, a desinência do verbo “enxergar” permite a materialização do interlocutor. Neste mesmo enunciado, pode-se constatar um vocativo, “cara”, também evidenciando a presença de um alocutário.

Como última marca possível de um interlocutor nas falas dos agentes analisadas nesse recorte enunciativo, consideramos a expressão “ó”, visualizada nos enunciados de AGE3 abaixo:

“Então a Portão é aquela lá, ó”

“É a Portão, entrada da São Cristóvão. Aqui, ó”

Conforme nosso entendimento, essa expressão é uma forma reduzida do verbo “olhar”, conjugado no modo imperativo, segunda pessoa do singular: “olha”, o que também possibilita a materialização do pronome pessoal “tu”.

No fato enunciativo em questão, também se podem visualizar inúmeras marcas, materializadas em advérbios ou adjuntos adverbiais, que indicam a noção do tempo e do espaço no enunciado. Como exemplo, podemos citar o enunciado de AGE1 em resposta à indagação de AGE2 sobre o horário e a câmera na qual deveria buscar imagens do suspeito: “Na câmera 12... Entre 18h e 18h30min, pra ver se a gente acha esse cara com 35”. Os elementos sublinhados elucidam que AGE2, de acordo com AGE1, deve buscar imagens gravadas pela câmera de número 12 no período de meia hora indicado, a fim de que tente visualizar o indivíduo suspeito pelo sequestro da criança. Esses indicadores de subjetividade destacados apontam para a posição das imagens com relação ao locutor ou interlocutor.

Outra amostra dessa função de indicação de tempo e espaço pode ser observada em outra fala de AGE1, agora em comunicação, via rádio amador, com a Central de Polícia: “Entre 18h e 18h30min, eu enxerguei um cara aqui”. Na comunicação que se dá entre os dois agentes, as expressões destacadas da fala de AGE1 expõem a sua situação espaço-temporal ao seu interlocutor.

Essas marcas destacadas até aqui, então, permitem que o locutor se constitua como sujeito fazendo uso de signos específicos, de indicadores de subjetividade/dêiticos, expressando tanto a sua personalidade, quanto a sua situação temporal ou espacial.

Passemos, a seguir, ao segundo movimento da análise, em busca de marcas que possam evidenciar uma atitude do locutor diante da língua, capaz de apontar para a emergência da subjetividade no processo de decisão sobre sua ação a respeito de uma situação de risco.

5.3.1 Vou dizer o que realmente vi

Como se sabe, os agentes buscam por um sujeito específico, de acordo com as recomendações passadas pela Central de Polícia, suspeito de ter sequestrado uma criança. Um sujeito com as características fornecidas pela mãe da criança é, de fato, localizado pelos agentes. No entanto, em momento algum, encontram-no acompanhado de uma criança. AGE1, em determinada altura da discussão, decide informar a Central de Polícia a respeito do homem: “Passou um cara ali... Eu vou passar essa informação que eu tenho. Eu vou ver esse cara, dar as características direitinho... e ‘babaus’”.

Em resposta à afirmativa de AGE1, AGE3 o questiona: “Mas e tinha alguém junto com ele?”. AGE3 quer saber o porquê de AGE1 passar as informações a respeito do homem para a Central de Polícia, afinal, estava sem a criança; não havia indício claro de ser ele o raptor.

AGE1 reage, num primeiro momento, concordando com AGE3: “Não tinha, esse que é o problema”. Configura-se aqui a “dramática” a que se refere Schwartz, em razão da impossibilidade de padronização inerente à atividade de trabalho. Observemos que os dados fornecidos pela Central de Polícia para facilitar a captura do provável sequestrador eram palpáveis: ele vestia jaqueta vermelha, calça marrom, usava uma bolsa tira-colo e pilotava uma bicicleta. No entanto, a imagem registra algo não previsto – a ausência da criança sequestrada -, o que deixa os agentes na situação de terem que “usar de si” para equacionar a questão.

AGE1 toma a dianteira, defendendo que a atitude correta seria informar a Polícia a respeito do que estavam vendo para evitar possíveis represálias. No entanto, percebe-se que a decisão não é cômoda para ele, que constantemente faz apelo a expressões modalizadoras

(realmente, é claro), destinadas a reforçar seu grau de certeza em relação ao que propõe, numa estratégia que visa não só a convencer os parceiros, mas a si próprio.

Na sequência, reafirma sua decisão, tentando justificá-la de vários modos. “(1) Não se sabe se largou essa criança também... (2) Mas as características é a mesma, bicicleta e tudo... (3) Eu vou ter que dar alguma coisa!”. Na primeira justificativa, levanta a hipótese de que o homem tenha deixado a criança em algum lugar e partido sozinho. A segunda justificativa (2) é de que visualizou um homem com as características do suspeito passadas pela Central. Então, precisa (3) “dar alguma coisa”, ou seja, informar a Central da localização de um sujeito com as características informadas.

Novamente AGE1 é questionado, desta vez por parte de AGE2: “Por quê? Mas por quê? Não passou, não tem que avisar a Polícia”. AGE2, partindo da mesma compreensão de AGE3, não entende por que avisar a Polícia se não se não havia uma criança com o homem.

AGE1 reage novamente ao questionamento dos colegas, informando-lhes que comunicará à Central, sim, sobre o que visualizou nas câmeras: “Não, eu vou passar uma coisa que eu vi”. Na sequência, AGE1 justifica a importância desse dado para uma investigação policial posterior: “Agora que cabe investigar”. O mesmo agente ainda reitera qual o seu papel enquanto agente de segurança atuante na Central de Monitoramento: “Eu vou investigar? Eu vou dizer o que eu vi”. Não caberia a ele investigar o desaparecimento da criança, mas contribuir com informações a respeito do que viu através das câmeras que possam ser úteis às investigações.

AGE1 insiste: “Eu vi um cara realmente, que apareceu com as características”. Ele pensa ser útil para posteriores investigações a informação de que um sujeito com as características apontadas pela mãe da criança desaparecida foi visualizado pelas redondezas, porém, sem o menor.

Podemos perceber a emergência da subjetividade na fala de AGE1, além do expressivo uso do pronome pessoal “eu”, presente em praticamente todos os seus enunciados, na utilização do modalizador “realmente”, que mostra seu posicionamento frente ao que considera que deve ser feito: informar terem visto um homem com as características do sequestrador. O modalizador destacado, portanto, atesta seu engajamento em relação ao que afirma.

5.3.2 É bom? Claro que é bom!

AGE1 vai adiante na justificativa de sua decisão em passar à Central de Polícia as informações sobre o homem que observam, simulando um possível diálogo entre ele e um outro policial em que é cobrado por não ter passado a informação: “Por que amanhã ou depois os caras vem olhar. ‘Por que tu não me informou aquilo ali?’ – ‘Apareceu! Não informou por quê?’ – ‘É porque não tinha criança’ – ‘Ta, mas não tinha criança e o cara era (o sequestrador)’ – Talvez abandonou a criança”. Ou seja, AGE1 entende que, mesmo correndo o risco de aquele homem não ser o sequestrador, deve informar a Central de Polícia sobre o que viram. Na sua opinião, isso os isentaria de futuras cobranças.

AGE2 acaba concordando com AGE1: “Ta, é bom, é bom!”. O adjetivo “bom”, expresso duas vezes no enunciado, materializa o julgamento apreciativo por parte do locutor com relação ao discurso de seu interlocutor. A expressão revela, portanto, a atitude de AGE2 frente a ideia defendida por AGE1, que, por sua vez, reforça esse ponto de vista, afirmando “Claro que é bom!”, em que a expressão “claro” novamente ratifica que a atitude a ser tomada não pode ser outra.

A decisão final foi de intervir. AGE1 mandou para a Central de Polícia as informações a respeito do sujeito localizado, que apresentava as mesmas características informadas pela mãe da criança sequestrada.

5.4 OS SUSPEITOS DA RUA GRANDE

O fato enunciativo a seguir foi gravado durante a observação do trabalho de monitoramento no dia 29 de julho de 2010, às 14h43min:

Contextualização	
Participantes	AGE1, AGE2 e AGE3. Todos agentes de segurança pública trabalhando em frente aos monitores, na Central de Monitoramento.
Data da filmagem	29 de julho de 2010, quinta-feira, às 14h43min
Situação	Este fato enunciativo se dá a partir de uma comunicação da Central de Polícia, via rádio, com os agentes das Câmeras de Segurança. A mensagem inicial parte de um agente de rua

que cruza por 5 jovens na Rua Independência (Rua Grande), centro da cidade. Como houve um assalto pela manhã em uma loja do centro, cometido por três rapazes, o agente de rua sugere que seus movimentos sejam monitorados.

Transcrição do Fato Enunciativo

AGE1 Prossiga, XXX [@]

Com AGE1 recebe por rádio a informação a respeito de 5 jovens que devem ser observados e sua atual localização.

AGE1 T. , eles estão vindo da Dom João Becker em direção ao Banco do Brasil [?]

Com Via rádio, o agente da Central de Polícia informa que o sentido em que caminham os jovens é justamente o contrário.

AGE1 O Senhor passou por onde quando avistou eles [?]

Com AGE1, via Rádio, estabelece contato direto com o agente de rua que passou pelos jovens e que sugeriu o acompanhamento.

AGE2 Sabe dizer quantos são, não [?]

AGE1 É na nove, aqui.

Com AGE1 informa que os jovens podem no momento ser vistos através da câmera de número 9. No mesmo instante, lança as imagens da câmera no telão, para que todos vejam.

AGE3 Nove.

AGE3 Na 43 ali será que não dá pra pegar [?]

Com AGE4 sugere que através da câmera de número 43 os indivíduos também podem ser visualizados.

AGE2 Aqui embaixo, ó [!] Só que [/]

Com AGE2 aponta para a tela, onde visualiza a câmera 43.

AGE3 Tem um com boné do Grêmio

Com AGE3 também visualiza as imagens da câmera 43.

AGE1 É na 20 [@] O Z. R. localizou [@] Eles estão atravessando a rua Brasil, positivo [?] [@@@] D., Z.R. tá na 20 mesmo [@] Próximo à Dom João Becker [@] na Independência.

Com AGE1 informa à Central de Polícia a localização dos jovens.

AGE2 Cara [@] o Portãozinho vai conversar com eles [=sorrindo]

Com Em conversa posterior, descobriu-se que o agente de rua conhecido por "Portãozinho" cobre a área da Praça do Imigrante e tem como característica ser ríspido nas abordagens.

AGE2 Eles tão indo

AGE1	Ah [?]
AGE2	Ó [@] eu falei que ia ser lá [@@@] Lá vem eles [!]
<i>Com</i>	<i>Quando AGE2 afirma “falei que ia ser lá” refere-se à previsão feita sobre os rapazes serem abordados por Portãozinho, na Praça do Imigrante.</i>
AGE1	Onde [?]
AGE2	É eles aí, ó [!]
AGE3	Tão assaltando[?] [@] Ah, tá, ta.
<i>Com</i>	<i>AGE3 aparentemente não prestava atenção na conversa entre AGE2 e AGE1.</i>
AGE2	Não, não saiu não [@@@]
<i>Com</i>	<i>“Não saiu” o assalto.</i>
AGE3	Quando viu eles tão ali na passada com a 59 [@] e eles tão contornando [@] Isso é manobra [!]
<i>Com</i>	<i>Câmera 59.</i>
AGE2	Lá vem eles [!]
AGE3	Lá vem eles [?] Ou não [@@@]
AGE2	Ta ali eles, ó [!] [@] Essa gurizadinha [!] Passa direto pro XXX, lá [!]
AGE1	Um foi pra um lado [@] outros tá aqui. Outros três se foram [@@@]
AGE1	D., os indivíduos são cinco ou seis aí, positivo [?] [@] Eles tão na [/] [@] dentro da praça do imigrante.
<i>Com</i>	<i>AGE1 volta a dar a localização dos jovens à Central de Polícia via rádio.</i>
AGE3	Eu tenho que cuidar da ponte [@@@] Mas não eram esses daqui, ó [?]
<i>Com</i>	<i>AGE3 está centrado nas imagens da ponte sobre o Rio dos Sinos, próxima ao Ginásio Municipal. Presta pouca atenção ao movimento entre AGE1 e AGE2 e, esporadicamente, faz alguma intervenção. Nessa passagem, sugere que o grupo esteja em outro ponto que ele, no momento, visualiza.</i>
AGE1	Não, não [@@@] era o de trás [@@@] Tão lá ainda.
<i>Com</i>	<i>Em “lá”, entenda-se “Praça do Imigrante”, não o local sugerido por AGE3.</i>
AGE3	Não era [?]
AGE3	Tão na praça [?]
AGE1	Só ver uma coisa aqui [@@@] Essa gurizada [@@@]
AGE3	É uma gurizada que saiu pra encontrar um machinho no caminho [@@@] Alguém a fim de brigar.

Neste quarto recorte enunciativo, a discussão se dá a partir de uma comunicação da Central de Polícia, via rádio, com os agentes das Câmeras de Segurança. A mensagem inicial parte de um agente de rua que cruza por cinco jovens na Rua Independência (Rua Grande), centro da cidade, e que sugere o monitoramento dos rapazes. Cabe aos agentes, então, avaliar a conduta dos indivíduos e decidir sobre a intervenção, ou não, de agentes de rua numa possível abordagem.

A enunciação é novamente instaurada por um verbo no imperativo, que, como vimos anteriormente (3.1), implica o tu e assim institui o “quadro figurativo da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 86). Explicitamente, há apenas duas ocorrências do pronome pessoal “eu”, em falas de AGE2: “[...] eu falei que ia ser lá... Lá vem eles!”; e de AGE3: “Eu tenho que cuidar da ponte...”. A marca “eu”, porém, também se apresenta em um outro momento, na desinência do verbo, na passagem em que AGE1, antes de responder à pergunta de AGE3 a respeito da localização dos suspeitos, afirma “(Eu) Só (vou) ver uma coisa aqui”.

As marcas da presença de um alocutário também são perceptíveis, mas, em nenhum momento, através da utilização explícita dos pronomes “tu” ou “você”. Podemos perceber a presença deles em um dos enunciados de AGE2: “Sabe dizer quantos são, não?”, em que o verbo “saber” está conjugado na segunda pessoa do singular.

Além disso, o verbo “passar” em “Passa direto pro XXX, lá!”, conjugada na segunda pessoa do singular do modo imperativo, possibilita a materialização do pronome “tu”. Consideramos como marca da presença de um alocutário, ainda, uma forma já analisada em fato enunciativo anterior, a expressão “ó”, especialmente nas falas de AGE2:

AGE2 - “Ó, eu falei que ia ser lá... Lá vem eles!”

“É eles aí, ó!”

“Tá ali eles, ó!”

AGE3 - “Mas não eram esses daqui, ó?”

Segundo nossa compreensão, essa expressão é uma forma reduzida do verbo “olhar”, conjugado no modo imperativo, segunda pessoa do singular: “olha”, o que também possibilita a materialização do pronome pessoal “tu”.

Por fim, também é preciso que mencionemos a ocorrência de um vocativo como marca da presença de um alocutário, como é o caso de um dos enunciados de AGE2: “Cara, o Portãozinho vai conversar com eles...”.

Este fato enunciativo, assim como os demais até aqui analisados, também apresenta marcas que indicam a noção do tempo e do espaço no enunciado. No que diz respeito à exposição da situação espacial do locutor, podem-se destacar enunciados como:

AGE 1 - É na nove, aqui.

- Ta na 20 mesmo, próximo à Dom João Becker, na Independência.

AGE 2 - Aqui embaixo, ó

- Ó, eu falei que ia ser lá. Lá vem eles!

AGE 3 - Na 43 ali será que não dá pra pegar?

Todas as expressões destacadas nos enunciados acima se referem à indicação, por parte dos diferentes locutores, do local em que se encontram os suspeitos ou as câmeras através das quais esses indivíduos podem ser observados pelos agentes. Esses advérbios ou adjuntos adverbiais, portanto, são indicadores de subjetividade que apontam para a posição dos suspeitos com relação ao locutor e seu(s) interlocutor(es).

Já no que diz respeito à função de indicação de tempo podemos destacar expressões como as sublinhadas em “Eles estão atravessando a rua Brasil, positivo?” e “Lá vem eles” (AGE 1), que apresentam, respectivamente, uma locução verbal e um verbo que indicam temporalidade: por meio dessas marcas, AGE1 expõe a situação temporal dos suspeitos em relação a si próprio e ao(s) seu(s) interlocutor(s) durante a observação das imagens captadas pelas câmeras.

Outra clara marca pela qual o locutor enuncia sua posição temporal em relação à cena que ele e os colegas observam é perceptível em uma fala de AGE 2: “Ó, eu falei que ia ser lá! Lá vem eles!” AGE 2 evidencia a concretização, neste momento, de uma situação prevista por ele sobre os rapazes serem abordados por um agente, chamado Portãozinho, na Praça do Imigrante.

Mais uma vez, podemos perceber elementos que têm a função de estabelecer o tempo e o lugar da enunciação, permitindo que os locutores se constituam como sujeitos, fazendo uso de elementos da língua que permitem expressar pessoalidade, temporalidade ou espacialidade.

Partimos, finalmente, para a identificação de outras marcas que possam evidenciar uma atitude do locutor que aponte para a emergência da subjetividade.

5.4.1 Isso é manobra

Os jovens estão sendo observados pelos agentes através da câmera de número 20, enquanto se deslocam, na Rua Grande, do Banco do Brasil em direção à avenida Dom João Becker. Em um determinado momento, eles não podem mais ser vistos nas imagens da câmera 20.

A partir daí, os agentes passam a observar a câmera através da qual os jovens, na sequência, apareceriam, caso seguissem o mesmo caminho: a câmera de número 43, conforme sugestão de AGE2: “Na 43 ali será que não dá pra pegar?”. Depois de alguns momentos fora de vista dos agentes e quando ainda não há certeza do trajeto a ser feito pelos rapazes, AGE3 lança uma hipótese, a de terem tomado um caminho por outra rua, possível de ser visualizada através da câmera 59, e estarem andando na direção contrária a que vinham anteriormente: “Quando viu eles tão ali na passada com a 59. E eles tão contornando”.

Conforme avaliação de AGE3 “Isso é manobra!” Ou seja, sugere que se os jovens estivessem em outra rua, em caminho contrário ao que vinham antes, isso configuraria uma tentativa de despistar os policiais, uma estratégia para não serem pegos. O substantivo “manobra”, então, traz à tona o caráter apreciativo de julgamento do agente perante o fato e revela também uma particularidade intimamente ligada à circunstância de enunciação vivida pelo locutor e seus interlocutores.

5.4.2 Essa gurizadinha

Na sequência da discussão, os jovens não fazem o percurso sugerido por AGE3, mas confirmam a previsão de AGE2, de que apareceriam nas imagens captadas pela câmera 43: “Ta ali eles, ó!”. Logo em seguida, AGE2 se refere aos jovens como “essa gurizadinha”.

“Guri” é termo muito comum no vocabulário do gaúcho para designar menino, garoto. Aqui ele é empregado no diminutivo. De acordo com Dubois et al (1973, p. 191), o diminutivo é formado juntando-se o sufixo que lhe é característico a uma base léxica de substantivo próprio ou comum, adjetivo ou mesmo advérbio. Flores (2008) destaca que esse sufixo tem uso bastante variado no português e inclui, no mínimo, os sentidos relacionados a seguir: (a) função denotativa do “tamanho” do objeto (cafezinho, colherinha); (b) descrição do

“tamanho” do objeto acompanhada de alguma avaliação (Eram duas casas, cada uma com seu jardinzinho); (c) marcação de depreciação (Escreveu um livrinho. Envolveu-se em conversinhas.); (d) função de atenuação (Um segundinho, por favor!); (e) marcação de afetividade em relação ao objeto referido (Fiz um docinho só pra ti.); (f) indicação de afetividade em relação ao interlocutor (Queridinha, olha o presente que trouxe para você.).

Se os princípios da enunciação são válidos, o diminutivo, mesmo tendo essa variedade de sentidos mais ou menos estabilizados na língua, quando empregado numa situação particular, pode adquirir sentidos que dependem da enunciação. Propomos que “-inha”, em “Essa gurizadinha” seja tomado como uma negação da suspeita que paira sobre o grupo que está sendo acompanhado na tela¹⁸. AGE2, através da expressão em exame, nega a possibilidade de que esses meninos sejam assaltantes.

Não queremos dizer com isso que o sufixo “-inho” possa ser incluído entre as marcas de negação em português. Apenas assinalamos que, na fala de AGE2, tomada em relação à dos demais colegas, na discussão desencadeada sobre o que as câmeras mostram, assume essa conotação.

Além disso, ao enunciar “essa gurizadinha” AGE2 faz uma apreciação positiva do grupo, isentando seus componentes da suspeita de serem perigosos ou capazes de delito da natureza de um assalto. Seu intuito é dissuadir os parceiros a intervir na situação observada.

5.4.3 Em busca de um machinho

AGE3 corrobora a negação de AGE2 a respeito do grupo que observam oferecer perigo, dizendo: “É uma gurizada que saiu pra encontrar um machinho no caminho. Alguém a fim de brigar”. O sufixo “-ada” (gurizada) pode encerrar vários significados em português. Quando usado com substantivos primitivos como “criança”, “garoto”, “rapaz”, e também “guri”, traz idéia de coletivo, de grupo. Em alguns casos, tem sentido de “atitude de”, podendo assumir um tom pejorativo: “palhaçada”, “cachorrada”.

No excerto em análise, a ideia de coletivo se mantém, mas, ao que parece, “rapaziada” adquire, nesta enunciação, o mesmo sentido de negação observado em “gurizadinha”, sendo,

¹⁸ Esta análise é inspirada na realizada por Flores (2008) sobre a palavra “doguinha”, na fala que uma menina de pouco mais de um ano e meio dirige à mãe.

então, uma expressão que contribui para que o grupo seja avaliado positivamente, ou seja, como não sendo capaz de realizar um delito.

A explicação “que saiu pra encontrar um machinho no caminho. Alguém a fim de brigar” isenta o grupo da suspeita de assalto, mas acaba categorizando-o como “arruaceiro”. Tem-se aqui, novamente, o uso do diminutivo, em “machinho”, que, nesse caso, assume um tom irônico, que, de certo modo, contribui para reduzir o grau de atenção que deve ser dada ao grupo. Por um lado, ele é visto como incapaz de lesar alguém de forma mais drástica, como em um assalto. Por outro lado, o diminutivo “machinho” acaba depreciando esses meninos, ocupados com uma questão, ao que tudo indica, julgada irrelevante: encontrar qualquer um para provocar briga.

Assim, também neste enunciado pode-se perceber a emergência da subjetividade à medida que há uma avaliação por parte dos agentes que, embora elimine a suspeita de que o grupo seja aquele procurado por assalto, deixa no ar a possibilidade de ser constituído por irresponsáveis “buscadores” de briga.

Finalmente, a decisão a que chega o grupo de agentes envolvidos na discussão é de não intervir na cena. Os jovens continuam o seu caminho sem que sejam abordados por agentes de rua. É feito apenas um comunicado à Central de Polícia dando conta da localização do grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que o sujeito, mesmo que minimamente, intervém na sua atividade de trabalho, o desafio desta pesquisa foi tentar apreender esse investimento pessoal na atividade a partir da linguagem, para a qual se olhou sob ponto de vista da enunciação, que tem o discurso como objeto de investigação, visto como linguagem posta em ação necessariamente entre parceiros.

Nesse intento, o presente estudo privilegiou a atividade de agentes de segurança pública responsáveis pelo monitoramento das câmeras de segurança que constituem o Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) da cidade de São Leopoldo – RS. Por meio da observação e análise dessa atividade, buscamos examinar a especificidade dos modos de intervenção nas práticas dos agentes, investigando se é possível visualizar em que medida ela ocorre por meio da fala.

Expostas as intenções deste trabalho, as considerações finais, bem como suas contribuições e sugestões para pesquisas futuras são aqui apresentadas, ressaltando algumas reflexões acerca do tema estudado, sem, no entanto, pretender esgotá-lo:

1. Na busca por examinar a especificidade dos modos de intervenção nas práticas dos agentes de segurança pública, as situações em que há antecipação de uma situação de risco mostraram-se solo bastante fértil para a constituição da materialidade linguística selecionada para a análise. Tratam-se de processos que envolvem situações acessíveis aos olhos do linguista, de interação e diálogo entre os agentes, seja na (a) exposição da situação identificada por um deles aos demais, na (b) discussão a respeito da situação ou na (c) decisão a respeito da atitude a ser tomada.

Foi justamente dos momentos de discussão a respeito da situação de risco (b), das falas dos agentes em momentos pré-decisórios, que foi possível extrairmos os fatos enunciativos passíveis de análise para o que aqui se propõe.

2. Igualmente fértil para a realização da pesquisa, especificamente para a análise da materialidade linguística coletada, foi a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, pois, ao situar o sujeito como centro de referência, permite explicar como o aparelho formal da enunciação dispõe de recursos para marcar a subjetividade na estrutura da língua. A noção de enunciação é, para Benveniste, o ato de apropriação da língua pelo locutor, para enunciar sua

posição de sujeito, marcando-se como *eu*, instaurando o *tu* e o *ele* em seu discurso. A Teoria de Benveniste possibilitou, pois, focalizar o sujeito e suas marcas no discurso.

É comum pensarmos que a subjetividade é uma capacidade existente no homem em qualquer situação de sua vida. Pensamos que, de qualquer modo, ele pode refletir sobre si mesmo e o mundo ao seu redor. Contudo, ao conhecermos melhor o conceito de subjetividade na perspectiva da linguagem, vemos que a subjetividade é constituída “na linguagem e pela linguagem”. Por ela, o sujeito e o sentido se constroem no momento de uma enunciação, determinada pelas condições de produção de um discurso.

A subjetividade não é um mecanismo autônomo que se constitui em um indivíduo de um modo qualquer. A sua capacidade de reflexão, enquanto um sujeito capaz de pensar suas ações, surge nas relações simbólicas em que os seres humanos interagem. A subjetividade possibilita ao indivíduo se propor como sujeito do seu discurso e lhe atribuir um sentido.

A análise do *corpus* permitiu visualizar, num primeiro movimento, o quadro da enunciação, a partir de indicadores do gesto de apropriação da língua pelo locutor (eu-tu-aqui- agora). Conforme pudemos observar nos momentos de discussão entre os agentes a respeito da situação de risco, os diferentes locutores implantam o outro, o *alocutário*, diante de si. Trata-se de uma produção de discurso da qual emergem marcas de *pessoa* (relação *eu-tu*), de espaço e de tempo, em que *eu* é o centro da enunciação.

É somente pela *enunciação* que certos signos passam a existir. É também pelo fato de que o *locutor* ou *enunciador*, ao se enunciar, influencia o comportamento do alocutário que tomam sentido as funções sintáticas: a asserção, a interrogação, a intimação e ainda algumas modalidades formais (modos verbais, desejo, etc.). O enunciado se refere a *ele*, a *não-pessoa*, o qualquer um ou qualquer coisa de que se fala no discurso.

3. Um segundo movimento de análise permitiu a identificação de formas que, embora não sejam classicamente definidas como “marcas de subjetividade”, apresentam um uso singular da língua, a partir do qual se configura, na fala dos agentes, a emergência da subjetividade em momentos de decisão sobre uma possível situação de risco.

Aqui, podemos destacar o uso de termos por parte dos agentes que mostraram que os fatos da língua não podem ser postulados de acordo com uma verdade única, mas dependem, sim, de um caráter relativo, limitado ao universo de crenças de um dado locutor, a sua história e a sua ideologia. O uso de determinados termos pelos agentes em seus enunciados postos em análise trouxe à tona não só o caráter apreciativo de julgamento perante um fato, mas revelou

principalmente particularidades intimamente ligadas às circunstâncias de enunciação vividas pelo locutor.

Há de se destacar também o uso de expressões modalizadoras, que dizem respeito à atitude do falante que assume ou rejeita enunciados (tanto seus quanto de outros agentes) parcial ou totalmente. Em outras palavras, o fenômeno da modalização, tal como a estamos descrevendo aqui, ou seja, como sinônimo de modo – em que o modo diz respeito ao tipo de comunicação instituída pelo falante e seu relacionamento com aquilo que enuncia ou é enunciado –, indica se um enunciado está ou não sendo inteiramente assumido pelo falante, se um fato expresso apresenta-se ou não limitado por uma certa relação possível de existir entre o sujeito e a sua fala .

4. Enxergamos aqui um solo fértil para a realização de estudos ergológicos. Por meio dessa abordagem, pode-se analisar o trabalho de monitoramento não de forma genérica, mas como atividade efetivamente realizada por sujeitos. O trabalho, sob essa perspectiva, não é visto simplesmente como um conjunto de prescrições, que excluem de cena a autonomia do sujeito, em que o trabalhador é “modelado” e se adapta àquilo que precisa ser feito. Pelo contrário: os estudos ergológicos apontam para as possibilidades de o sujeito transformar a atividade de trabalho. Toda atividade prescrita é ressingularizada, ou seja, o sujeito renormaliza parcialmente as operações que recebe antecipadamente de outrem. A atividade de trabalho, portanto, media a relação do sujeito com o meio, expressa contradições e transgressões.

Dessa forma, desloca-se o interesse da tarefa para o sujeito que a realiza, na perspectiva de dar à atividade de trabalho a importância que de fato tem. Ou seja, a atividade de trabalho é o encontro entre trabalho prescrito (normas antecipadoras do trabalho) e experiência (particular, específica de cada sujeito). As normas prescritas não antecipam de modo pleno o trabalho. Elas são confrontadas no cotidiano das situações reais, re-normalizadas pelos sujeitos trabalhadores.

As situações de trabalho expostas em nosso estudo implicam em relações de comunicação entre os sujeitos, num diálogo constante com as normas, na efetivação do desempenho da atividade. Olhar para a subjetividade no mundo do trabalho é fundamental para que se possa, pela enunciação, pelas marcas subjetivas identificáveis, conhecer o “saber fazer” no mundo do trabalho.

Talvez o que se possa destacar da análise da atividade dos agentes em observação das câmeras de segurança é o que Schwartz (2007) designa por “buracos de normas”. As

instruções orientadoras do trabalho destes agentes são insuficientes, não são capazes de instaurar uma prática padronizada no exercício de monitoramento. Assim sendo, a discussão que se instaura em torno da codificação das cenas observadas e analisadas neste estudo mostra que cada sujeito atua a sua maneira. Essas lacunas, classificadas por Schwartz (2007) de “infidelidade crônica do meio”, exigem dos agentes fazerem escolhas para dar conta do que falta, o que faz da atividade de trabalho um processo que inclui o uso de si para preenchimento de “buracos de normas”.

Assim, “Sorria, você está sendo filmado: emergência da subjetividade em práticas discursivas de Agentes de segurança pública do Sistema Integrado de Monitoramento de São Leopoldo” pretende lançar discussões, mais do que responder perguntas. Pretende ser um viés, uma possibilidade. Semeando o pensar, pode-se colher a ação, afinal, conforme Bakhtin, “ser significa comunicar-se”. Ou, conforme pondera Orlandi (1983, p. 127) “o que interessa se pensarmos o discurso, é a possibilidade dos múltiplos sentidos, não a informação”.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Margareth. **O Uso de Filmagens em Pesquisa Qualitativa**. Revista Latino-americana de Enfermagem, 2005 setembro-outubro; 13(5):717-22, disponível em www.eerp.usp.br/rlae em 23 de jan. de 2010.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). (1929). **A Interação Verbal**. In: _____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Duas orientações do pensamento filosófico linguístico**. In: _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARBISAN, L.B.; FLORES, V.N. **Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística** (2009). Disponível em http://www.editoracontexto.com.br/produtos/pdf/CONVITE%20A%20LINGUISTICA_APRESENTACAO.pdf em 26 de mar. 2010.

BARBISAN, Leci Borges; FLORES, Valdir do Nascimento. **Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística**. In: NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 7-22.

BARROS, M. E. **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 2002.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.372.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. (Tradução: Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

BENVENISTE, E. **Da subjetividade na linguagem**. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991b. [1. ed.: 1958].

_____. **O aparelho formal da enunciação.** In: _____. **Problemas de Linguística Geral II.** São Paulo: Pontes, 1989.

_____. **Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística.** In: _____. **Problemas de Linguística geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1988.

BORGES NETO, José. **Ensaio de Filosofia da Linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRONCKART, J.-P. **O texto e seu estatuto: considerações teóricas, metodológicas e didáticas.** In: _____. **Atividades de linguagem, textos e discursos.** Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

_____. **Atividades de Linguagens, texto e discursos.** Por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1999.

CALDEIRA, Teresa P. **A cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Jefferson Lopes. **Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios da linguagem.** Tese de Doutorado. UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2010. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza C. da. **O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre.** Iluminuras. Porto Alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 80, 2005.

FARACO, C. A. **Interação e linguagem: balanço e perspectivas.** Calidoscópio. V. 3, n. 3, set./dez., 2005.

_____. **Pesquisa Aplicada em Linguagem: Alguns Desafios para o Novo Milênio.** D.E.L.T.A., 17: Especial, 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte).** In: *Letras de Hoje*. V. 36, nº 4, p. 7-67. Porto Alegre: EDIPUCRS, dezembro 2001.

_____, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____, V. N. 2008. **Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative**. In: NORMAND, Claudine (coord). *Paralleles Floues: vers une théorie de l'activité de langage* (no prelo).

_____, V. N. et. al. (orgs.) **Dicionário de linguística da enunciação**. Contexto: São Paulo, 2009.

_____, V. N. **A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbio da linguagem**. *Organon*, Porto Alegre, n. 46, janeiro-junho, 2009, p. 177-190.

FILHO, Milton Chamarelli. **Subjetividade Revisada**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/33/09.htm> em 01 de fevereiro de 2010.

KOCH, I. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992. p.13-24

LACOSTE, M. Fala, atividade, situação. In: DUARTE, F; FEITOSA, V. *Linguagem & Trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.

LICHTENBERG, Sônia. **Sintaxe da enunciação: noção mediadora para reconhecimento de uma linguística da enunciação**. Tese de Doutorado. porto Alegre: UFRGS, 2006. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

LUDKE, M. André MEDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo (SP): EPU; 1986.

MAGALHÃES, Ruyrillo de. **Direito e segurança pública**. São Paulo, Ed. Átomo, 2000.

MARIANTE, Helio Moro. **Crônica da Brigada Militar gaúcha**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MIRA Y LOPES, Emílio. **Os Quatro Gigantes da Alma: o medo, a ira, o amor e o dever**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

NORMAND Claudine. **Os termos da enunciação em Benveniste**. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATTO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. **Os conectores reformulativos**. In: *Scripta*. Revista de Linguística e Filologia. In: DECAT, Maria Beatriz et alii (Org.). v. 5, n. 09, PUC-Minas, 2001. p. 229-233.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges Elia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

RÖSE, D. **Análise de imagens em movimento**. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis (RJ):Vozes; 2002. p.43-64.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social: revista social USP**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, 1996.

_____. **Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel**. Educação & Sociedade, n. 65. 1998

_____. **Trabalho e uso de si. Pro-Posições**. São Paulo, v. 1, n. 5, 1987.

_____. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. 2000. Toulouse: OCTARES, 763p.

_____. **Trabalho e uso de si**. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.) **Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007, p.189 – 206.

SILVA, C. L. C. **A criança na linguagem: enunciação e aquisição**. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, M. J. P. **Comunicação não verbal**. In: SILVA, MJP. **Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde**. São Paulo (SP): Gente; 1996. p. 45-52.

SOUZA E SILVA, M. Cecília. **O trabalho do professor sob um enfoque ergológico-discursivo**. Cientefico. Ano VII, v. II, p.314. Salvador, julho-dezembro 2007

PASTANA, Débora Regina. **Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo**. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.12, n.22, p.91-116, 2007. Disponível em : <[http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=viewFile&path\[\]=350&path\[\]=214](http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=viewFile&path[]=350&path[]=214)> Acesso em: 17 janeiro de 2010.

TEIXEIRA, M. **Palavras para fazer ouvir interrogações**. *Organon*. Porto Alegre, n.40/41. jan-dez, 2006. p. 231-253.

_____, M. **Análise de discurso e psicanálise**. Elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____, M. **Benveniste: um talvez terceiro gesto?** Letras de Hoje. Porto Alegre. v. 39, n. 4, 2004, p. 107-120.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Durante a realização do exercício profissional, os trabalhadores encontram um conjunto de normas e exigências a partir das quais se espera que as tarefas sejam realizadas. No entanto, esse conjunto de normas é transformado na realização prática do trabalho, uma vez que cada profissional tem um modo singular de conduzir suas atividades interagindo com as prescrições previamente recebidas.

Nesse sentido, a presente pesquisa intitulada *Emergência da Subjetividade em Práticas Discursivas de Agentes de Segurança Pública do Sistema Integrado de Monitoramento de São Leopoldo* tem como objetivo investigar, por meio de conversas entre profissionais da segurança pública, durante a observação de imagens captadas pelas câmeras de segurança do Sistema Integrado de Monitoramento, a maneira com que esses procedimentos espontâneos atuam na busca de soluções para problemas e conflitos que se apresentam no cotidiano.

A presente pesquisa prevê, num primeiro momento, a partir da análise de dados presentes em relatórios do SIM, a identificação dos dias da semana e dos horários em que, na média, há maior índice de ocorrências registradas pelos agentes através das câmeras do Sistema.

A coleta do Material de Investigação se dará por registro em vídeo das ações e conversas, nos dias (dois / três por semana) e nos horários (período de duas / três horas) que apresentam os maiores índices de ocorrências. Logicamente, o período de registro do material de investigação é variável e poderá ser redefinido a fim de buscar melhores resultados. Essas imagens de vídeo e registros ficarão estritamente restritas ao grupo de pesquisa, garantindo-se o anonimato dos participantes do estudo e o uso das informações para os fins da investigação. Nenhuma alteração a respeito desse aspecto será feita sem conhecimento prévio e autorização por parte dos profissionais envolvidos.

Além disso, cada um dos sujeitos participantes da investigação tem o direito de: ser esclarecido sobre quaisquer aspectos da pesquisa antes e durante o seu desenvolvimento; não participar ou se retirar do estudo, a qualquer momento, sem que isso represente qualquer tipo de prejuízo para si dentro da instituição onde o projeto está sendo realizado.

Assim, a assinatura deste documento implica que você aceita fazer parte da pesquisa e autoriza o registro em vídeo de conversas suas com colegas de trabalho durante a troca de turno, bem como declara ter recebido uma via do presente documento, tendo conhecimento de que a outra se encontra em poder do pesquisador. Agradecemos sua colaboração e participação neste trabalho e nos colocamos à disposição para qualquer dúvida acerca do trabalho – Jorge Augusto Feldens, Fones: (51) 3590 8237 / (51) 8148 9398 (e-mail: jfeldens@unisin.br).

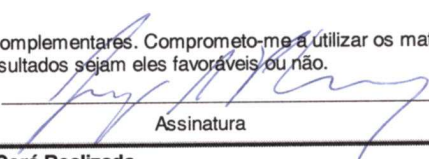
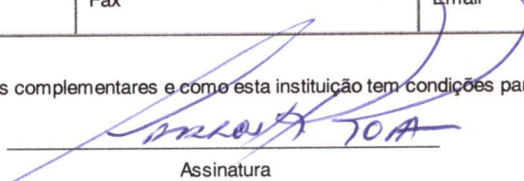
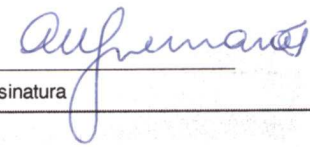
Nome completo

Assinatura

Jorge Augusto Feldens
(Mestrando do Programa de Pós-Graduação Em Lingüística Aplicada – UNISINOS)
Fones: (51) 3590 8237 / (51) 8148 9398
e-mail: jfeldens@unisin.br



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS				FR - 338172	
Projeto de Pesquisa SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE EM PRÁTICAS DISCURSIVAS DE GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE SÃO LEOPOLDO.					
Área de Conhecimento 8.00 - Lingüísticas, Letras e Artes - 8.01 - Lingüística				Grupo Grupo III	Nível
Área(s) Temática(s) Especial(s)				Fase Não se Aplica	
Unitermos Linguagem e Interação - Lingüística da Enunciação - Ergologia - Subjetividade					
Sujeitos na Pesquisa					
Nº de Sujeitos no Centro 15	Total Brasil 15	Nº de Sujeitos Total 15	Grupos Especiais		
Placebo NAO	Medicamentos HIV / AIDS NAO	Wash-out NAO	Sem Tratamento Especifico NAO	Banco de Materiais Biológicos NAO	
Pesquisador Responsável					
Pesquisador Responsável Jorge Augusto Feldens		CPF 832.959.330-49	Identidade 1084290335		
Área de Especialização LETRAS - HABILITAÇÃO PORT/ALEM		Maior Titulação GRADUAÇÃO	Nacionalidade BRASILEIRO		
Endereço RUA SÃO JOAQUIM, 775 - AP. 402		Bairro CENTRO	Cidade SÃO LEOPOLDO - RS		
Código Postal 93010-190	Telefone (51) 3590 8237 / (51) 8148 9398	Fax	Email jfeldens@unisinos.br		
Termo de Compromisso					
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não.					
Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.					
Data: 03 / 05 / 2010		 Assinatura			
Instituição Onde Será Realizado					
Nome Prefeitura Municipal de São Leopoldo		CNPJ 89.814.693/0001-60	Nacional/Internacional Nacional		
Unidade/Órgão Secretaria Municipal de Segurança Pública		Participação Estrangeira NAO	Projeto Multicêntrico NAO		
Endereço Praça Tiradentes, 119		Bairro Centro	Cidade São Leopoldo - AC		
Código Postal 93330000	Telefone 35928811	Fax	Email		
Termo de Compromisso					
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.					
Nome: CARLOS ROBERTO S. DA ROSA		 Assinatura			
Data: 07 / 05 / 2010					
Vinculada					
Nome Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS		CNPJ 92.959.006/0008-85	Nacional/Internacional Nacional		
Unidade/Órgão Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada		Participação Estrangeira NAO	Projeto Multicêntrico NAO		
Endereço Av. Unisinos, 950		Bairro Cristo Rei	Cidade São Leopoldo - RS		
Código Postal 93.022-000	Telefone 51 35911198	Fax (51) 3590.8118	Email cep@unisinos.br		
Termo de Compromisso					
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares.					
Nome: ANA MARIA DE MATTOS GUIMARÃES		 Assinatura			
Data: 10 / 05 / 10					